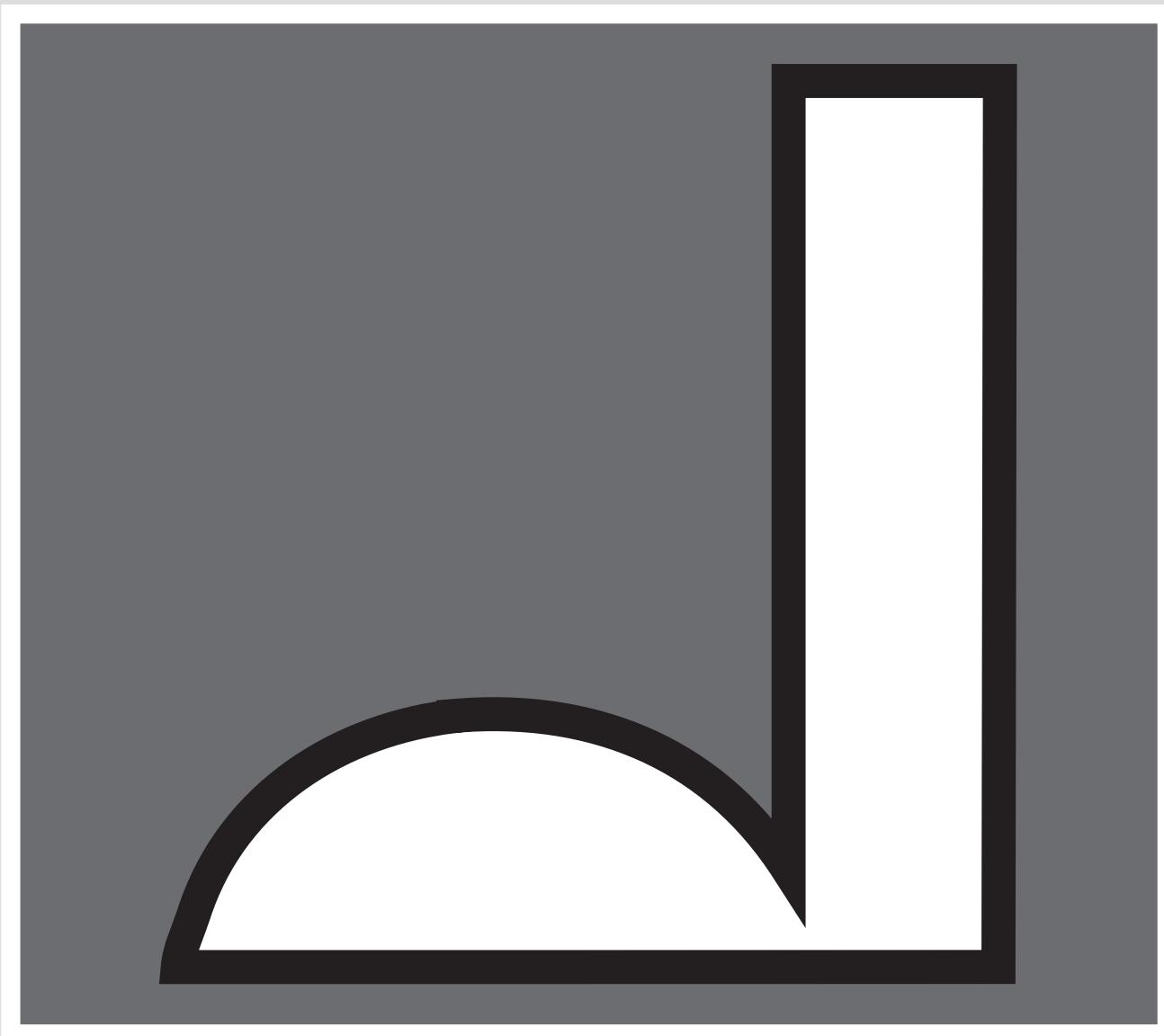




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 082 - SÁBADO, 07 DE JUNHO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 20 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 20 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 96ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE JUNHO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 116, de 2008 (nº 337/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2008 (nº 1.641/2003, na Casa de origem), que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio*, sancionado e transformado na Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008.....

18839

Nº 117, de 2008 (nº 338/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2008 (nº 7.505/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008.....

18839

Nº 118, de 2008 (nº 339/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2008 (nº 7.708/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo*, sancionado e transformado na Lei nº 11.686, de 2 de junho de 2008.....

18839

1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 279/2008, de 3 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1 e 2 oferecidas pelo Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 410, de 2007), e seu envio à sanção.....

18839

Nº 280/2008, de 3 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 6, e rejeição das Emendas de nºs 3, 4, 5 e 7, todas oferecidas pelo Senado Federal ao Projeto de Lei de Conver-

são nº 13, de 2008 (oriundo da Medida Provisória nº 415, de 2008), e seu envio à sanção.

18839

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 4 de junho de 2008 e publicada em 5 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 434, de 2008, que *dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, e dá outras providências*. Constituição da Comissão Mista e Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

18840

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa ao Projeto de Resolução nº 27, de 2008.....

18841

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Anúncio de viagem para representar o Senado Federal em seminário internacional, na OIT, em Genebra, Suíça.....

18841

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Transcurso, ontem, do Dia Mundial do Meio Ambiente. Comentários à Carta de Santa Maria, elaborada por ocasião do Fórum Mundial de Educação, realizado de 28 a 31 de maio último, na cidade de Santa Maria/RS.. ..

18844

SENADOR GEOVANI BORGES – Importância da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, que regulamenta a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em Zonas de Processamento de Exportação, as ZPEs.....

18848

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Defesa da apreciação, em regime de urgência, de projeto de sua autoria, que proíbe a veiculação no rádio e na TV de propaganda de bebidas alcoólicas. Críticas à proposta de criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS).....

18850

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Comentários a respeito de denúncias feitas por ex-diretores da ANAC com relação à venda da VARIG.....

18854

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre o horário de apresentação de alguns programas televisivos na Amazônia. Análise de denúncias contra a Ministra Dilma Rousseff. Críticas à

criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS) e do Fundo Soberano.....	18858	Diário do Senado Federal nº 60, de 7 de maio de 2008.....	18893
SENADOR ADELMIR SANTANA – Transcurso, ontem, dos 50 anos de fundação da cidade de Taguatinga/DF.....	18864	3 – TERMO DE REUNIÃO	
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre denúncias envolvendo a venda da VARIG...	18867	Datado de 5 de junho de 2008, referente à Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 433, de 2008.	18894
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – O desmatamento e a questão fundiária na Amazônia.	18867	4 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR PAULO PAIM – Questões relativas à CPI do Detran, instalada no Rio Grande do Sul. Transcurso, ontem, do Dia Mundial do Meio Ambiente. Defesa do desenvolvimento sustentável com responsabilidade social. Situação do Parque Estadual Delta do Jacuí, no Rio Grande do Sul. Importância da reciclagem do lixo.	18883	Nº 1.161, de 2008.	18894
1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação		SENADO FEDERAL	
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Considerações sobre a decisão do STF a respeito do uso de células tronco-embrionárias em pesquisas científicas.	18890	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
1.3 – ENCERRAMENTO		– 53ª LEGISLATURA	
2 – RETIFICAÇÕES		6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
Ata da 22ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 4 de março de 2008 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	18891	7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Ata da 32ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 18 de março de 2008 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.....	18891	8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
Diário do Senado Federal nº 37, de 2 de abril de 2008, referente à Ata da 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal.	18893	9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	

Ata da 96^a Sessão Não Deliberativa, em 6 de junho de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Geraldo Mesquita Júnior e Geovani Borges

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 7 minutos
e encerra-se às 13 horas e 16 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 116, de 2008 (nº 337/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2008 (nº 1641/2003, na Casa de origem), que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, sancionado e transformado na Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008.
- Nº 117, de 2008 (nº 338/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2008 (nº 7.505/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008; e
- Nº 118, de 2008 (nº 339/2008, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2008 (nº 7.708/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, sancionado e transformado na Lei nº 11.686, de 2 de junho de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Nº 279/08/PS-GSE

Brasília, 3 de junho de 2008

Assunto: Comunica envio de PLv à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprovadas, na Sessão Plenária do dia 28-5-2008, as Emendas de nºs 1 e 2, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2008 (Medida Provisória nº 410, de 2007, do Poder Executivo), que “Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995 e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

Of. nº 280/08/PS-GSE

Brasília, 3 de junho de 2008

Assunto: Comunica envio de PLv à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foram aprova-

das, na Sessão Plenária do dia 27-5-2008, as Emendas de nºs 1, 2 e 6, e rejeitadas as Emendas de nºs 3, 4, 5 e 7, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2008 (Medida Provisória nº 415, de 2008, do Poder Executivo), que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências’.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, os **Projetos de Lei de Conversão nºs 8 e 13, de 2008**, provenientes das Medidas Provisórias nºs 410, de 2007, e 415, de 2008, voltam à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senhor Presidente da República adotou, em 4 de junho de 2008, e publicou, em 5 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 434, de 2008**, que “*Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, e dá outras providências*”.

Nos termos dos §§2º e 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

José Agripino (DEM)	1. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	2. Raimundo Colombo (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	4. Marisa Serrano (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PcdoB/PP/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	1. Inácio Arruda (PcdoB)
João Ribeiro (PR)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	3. Francisco Dornelles (PP)

PMDB (Maioria)

Valdir Raupp	1. Almeida Lima
Wellington Salgado de Oliveira	2. Leomar Quintanilha
Valter Pereira	3. Neuto de Conto

PTB

Epitácio Cafeteira	1. Sérgio Zambiasi
--------------------	--------------------

PDT

Osmar Dias	1. Patrícia Saboya
------------	--------------------

PSOL*

José Nery	1.
-----------	----

* Rodízio nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves – PMDB	1. Carlos Willian – PTC
Maurício Rands – PT	2. Vinícius Carvalho – PtdoB
Mário Negromonte – PP	3. Edinho Bez – PMDB
Luciano Castro – PR	4. Beto Faro – PT
Jovair Arantes – PTB	5. Benedito de Lira – PP
Hugo Leal – PSC	6. José Carlos Araújo – PR

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal – PSDB	1. Ronaldo Caiado – DEM
Antonio Carlos Magalhães Neto – DEM	2. Arnaldo Jardim – PPS
Fernando Coruja – PPS	3. Bruno Rodrigues – PSDB
Bruno Araújo – PSDB	4. José Carlos Aleluia – DEM

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Renildo Calheiros – PcdoB	1. Ana Arraes – PSB
Márcio França – PSB	2. Vieira da Cunha – PDT

PSOL*

Luciana Genro	1. Ivan Valente
---------------	-----------------

* Rodízio nos termos do §3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Também de acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: 5-6-2008

- Designação da Comissão: **6-6-2008**
- (SF)
 - Instalação da Comissão: **6-5-2008**
 - Emendas: até **11-6-2008** (6 dias após a publicação)
 - Prazo na Comissão: **5-6-2008 a 18-6-2008**(14º dia)
 - Remessa do processo à CD: **18-6-2008**
 - Prazo na CD: **de 19-6-2008 a 2-7-2008**(15º ao 28º dia)
 - Recebimento previsto no SF: **2-7-2008**
 - Prazo no SF: **de 3-7-2008 a 16-7-2008**(42º dia)
 - Se modificado, devolução à CD: **16-7-2008**
 - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 3-8-2008 a 17-7-2008**(43º ao 45º dia)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **3-8-2008** (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: **17-8-2008**(60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 27, de 2008**, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *denomina de “Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Senador Jefferson Péres” o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Educação e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passo a palavra, de imediato, ao Senador Mão Santa, pelo espaço cedido a ele pelo Senador Romeu Tuma.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 06 de junho, às 9 horas e 7 minutos, Parlamentares presentes, brasileiros e brasileiras presentes e que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado, composto pela TV Senado, por suas duas emissoras de rádio, AM e FM, e também pelo conceituado *Jornal do Senado*.

Às sextas-feiras, falamos para o Brasil.

Geovani Borges, Norberto Bobbio disse que uma das mais importantes funções do Parlamento é sermos a ressonância popular, do povo. Podemos dizer o que o povo sente, o que gostaria de falar, mas não

tem condições, por medo, por falta de poder, por falta de um sistema de comunicação.

Este, Paim, é o sistema representativo a que chegamos e que aperfeiçoamos. Lá, onde se iniciou a democracia, na Grécia, era interessante: eles iam à praça pública, Senador Borges, e falavam. Começavam de manhã e, à noite, estavam falando, porque todo mundo tinha direito a falar. Paim, a confusão era grande, de tal maneira que se foi aperfeiçoando. Os romanos avançaram, construindo esta democracia representativa, com muita grandeza. Daí a Itália do Renascimento, a Itália grandiosa. O Senado teve tanta força, e eles falavam. E eles diziam sempre: o Senado e o povo de Roma. Então, assim devemos falar: o Senado e o povo do Brasil.

Paim, que aí está, tem representado o povo do Brasil, e pedi para falar antes dele, que era o primeiro inscrito, porque vou viajar já, já. No início da semana, estarei representando o Senado num seminário internacional que reputo da maior importância, na OIT, em Genebra.

Genebra é uma cidade da Suíça que apareceu para o mundo como órgão centralizador de todas as iniciativas globalizadas. Quase todos os organismos internacionais estão centralizados e convivendo em Genebra.

Paim, eu já conheci essa cidade. E sei que o Paim já esteve lá, nesse mesmo seminário em que eu e o Senador Dornelles vamos representar o Senado. O Senador Dornelles é de grande valia, Presidente do PP, representa o Rio de Janeiro, é mineiro e é um homem de uma visão extraordinária. Este País tem muito respeito a Dornelles; todo mundo se lembra de que ele foi escolhido por Tancredo para ser Ministro da Fazenda, e hoje o povo do Rio de Janeiro o escolheu para representá-lo. Então, nós vamos. O Paim já esteve em congresso semelhante.

E eu acho que é um dos mais importantes, porque, Geovani Borges, a gente tem que ter fé. Fé. Acreditar. Sem crença, é nada. E eu tenho as minhas crenças: eu creio em Deus. Aí, aprendemos que Deus é amor, amor é Deus, e eu creio no amor. O amor, no meu entender, é o cimento que constrói a família, e eu acho essa, Paim, a instituição mais sagrada. Mozarildo, tão sagrada é – e eu o respeito pelo amor que V. Ex^a tem à família, o amor e o orgulho que V. Ex^a sente dos filhos, juizes –, tão importante que o próprio Deus, depois de muitas tentativas de salvar este mundo, manda um filho especial, Jesus, que está ali. Paim, Ele não desgarra; Ele bota numa família. Eu acho que nós temos de fazer esta reflexão: a Sagrada Família, Jesus, Maria e José. Bota na família de um trabalhador, Paim, de um

operário, como V. Ex^a representou os operários e os trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Então, é outra mensagem de Deus: o amor – está escrito que Deus é amor – é o cimento da instituição primária e fundamental, a família. Ele bota seu Mensageiro para nos salvar, depois de muita tentativa, na casa de um trabalhador operário.

Então, está escrito em Seu Livro: “Pelos ungidos, comerás o pão com o suor do seu rosto”. Geovani Borges, é uma mensagem de Deus aos governantes: o trabalho. Esse congresso em que, com muito orgulho, vou representar o Senado da República é do trabalho. Eu acredito no trabalho. Acredito. É crença! Principalmente, quando aquele, ungido por Deus, deixou escrito, o Paulo...

As conversas do Suplicy, as teses do Suplicy, eu as aceito, ele é um homem bondoso. Mas prefiro ficar com o Apóstolo Paulo. Aliás, o pai e a mãe de Paim o homenagearam colocando esse nome em Paim, e eu também tenho um irmão chamado Paulo de Tarso, aquele guerreiro que disse: “Percorri o meu caminho, preguei a minha fé e combati o bom combate”.

Mas o bonito mesmo nesta vida que ele descreveu foi – Paim, esta é uma mensagem –: quem não trabalha não merece ganhar para comer. Com isso, ele não está enterrando o conceito de Deus, que é amor. Ele mesmo disse que devemos ter fé, esperança e caridade, que é amor. Devemos ter, mas ele disse que o trabalho é mais importante.

Paim, Rui Barbosa, que também glorifica este Senado, que nós estamos tornando grandioso por mérito nosso – talvez este tenha sido o melhor Senado da história da República –, por nossa causa, pelo estudo e pelo trabalho com que nós chegamos aqui, é lógico... Se o “senadinho” de Cristo, que eram treze, não teve a perfeição – por dinheiro, a traição –, aqui também há os que traem os propósitos por fraqueza, por interesse.

Mas basta dizer isto: estamos aqui numa sexta-feira, ô Mozarildo, este Senado nunca se reunia às sextas-feiras. Fomos nós, Paim. V. Ex^a era o Vice-Presidente da Casa, V. Ex^a abriu, V. Ex^a passou a fidelidade ao Partido, que não se interessava e que é normal, que é normal, porque aqui lançamos o clamor das oposições, mas V. Ex^a facilitou. Então, vínhamos para cá, Presidente era o Sarney, vínhamos para cá, Efraim Morais deu a idéia, Antero Paes de Barros, que tive o prazer de rever há dois dias, Arthur Virgílio e eu.

Daí quase sempre eu apareço presidindo, porque o Efraim, fiel ao Regimento, dizia que eu tinha mais idade. Aí, foram aumentando, e V. Ex^a era o quinto – a mão tem o quinto –, chegava e, democraticamente, dava força. E eu tenho visto aqui pronunciamentos

muito importantes. O nosso companheiro Pedro Simon tem oferecido à Nação, à democracia e ao Brasil grandes reflexões. Para não citar todos, ele, que é o nosso Cícero.

Mas, Paim, então, vamos... O próprio Rui Barbosa engrandeceu esta Casa, e nós, nós todos... Eu não acredito nesse negócio de uma mídia comprada dizer, ô Mozarildo... Outro dia, fui à missa, mas o arcebispo deu uma pesquisa em que não acredito. Eu não acredito, pois aqui há tantos valores, e eu tenho acompanhado isso. E tive também, não vou dizer o prazer, mas um misto de tristeza e prazer de ir aos enterros dos Senadores que faleceram vi o povo de suas cidades, de seus Estados e do Brasil chorar. Assim aconteceu com Ramez Tebet, assim aconteceu com Antonio Carlos Magalhães, assim aconteceu, ultimamente, com Jefferson Péres. Então, eu queria dizer: eu vi o povo chorar e os céus chorarem com Jonas Pinheiro. Choveu. Era o céu chorando por aquele homem que se dedicou tanto à produção da terra, Paim. Então, eu não acredito naquela pesquisa. E, Mozarildo, eu não acredito, porque só recebo manifestações de aplausos por onde ando. Eu nunca pensei que iria dar autógrafo lá em Buenos Aires, saindo de um show de tango. Brasileiro, a metade que assiste é brasileiro: “Ah, é o Mão Santa?” Aí tira um retrato... Então, nós gozamos de bom conceito.

A luta é de V. Ex^a, Paim, eu não vou ressaltar. Só ela garante e garante um percentual de aprovação desta Casa, a sua luta pelo trabalho. E quero crer em dizer aqui, Geovani Borges... Desligue o telefone e aprenda isso. Olhe, Geovani, eu sei da popularidade do Presidente Luiz Inácio e desejo e quero. Votei nele na primeira e é o nosso Presidente. Eu não quero e não admito que se fale em terceiro mandato. Quem fala em terceiro mandato é um idiota! Não é *O Idiota*, de Dostoiévski; é o idiota ao quadrado e ao cubo. E vou dizer por quê. Nós entendemos as coisas, ô Paim.

V. Ex^a foi constituinte, não foi? Mozarildo também foi? Sábios constituintes! Geovani Borges foi? Sábios constituintes!

Mas eu ia relembrar que lá estava Fernando Henrique Cardoso, que lá estava Mário Covas, que lá estava Ulysses Magalhães, o nosso Vice-Presidente Alvaro Dias. Então, sábios brasileiros comprometidos com a democracia. Eles a fizeram para um mandato presidencial. Atentai bem, ô idiotas!

Eu já ouvi idiotas falam, na Câmara, de lei, eu já ouvi aqui. Ô idiotas! Não é o do Dostoiévski, o livro, não. É idiota ao quadrado e ao cubo. Os sábios constituintes fizeram a Constituição para um mandato presidencial. Não é verdade? Depois, mudou. Um mandato!

O Presidente da República nomeava os da Suprema Corte. Dois, três, quatro, conforme a aposentadoria, a morte, mas não passava disso. E não passou disso, na história do Brasil. Atentai bem!

Esse é meu dever. Por isso estou aqui. Nós somos os pais da Pátria. Só tem esse sentido. Assim foi criado.

Deus, quando Moisés, querendo desistir, quebrou as tábuaas da lei: "Não desista! Busque os mais velhos e os mais experientes". Aí nasceu a idéia.

Paim, com dois mandatos, o Presidente da República já está nomeando seis. O nosso querido, popular Luiz Inácio ainda não se apercebeu. Ele já nomeou uns oito. Se dermos dois anos apenas a mais, como eu já vi idiota dizer, aí ele vai nomear todos.

Essa democracia foi o povo querendo dividir o poder. Tinha os reis, os faraós, e o povo insatisfeito: "Liberdade, igualdade e fraternidade". A primeira coisa foi dividir o poder, a tripartição, acabar com o "L'État, c'est moi". Iguais, harmônicos, equipotentes, um frenando o outro.

Aí, se nós sairmos para um terceiro mandato, o Presidente tem o dele, o Executivo é que tem o dinheiro, o Executivo é que tem o BNDES, o Executivo é que tem a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e a Casa da Moeda. É forte. Não é forte, Paim, em dinheiro? E o Poder Judiciário, muito forte, ele prende, ele cassa, ele multa. Aí ele vai ter os dois, e nós, sonhando em fazer lei, e hoje já estamos enfraquecidos.

Então, essa é uma reflexão. Por isso é que nós estamos aqui, porque essa democracia foi uma conquista, Mozarildo, da humanidade, que nasceu lá na Grécia. Aperfeiçoada, o povo na rua, rolaram as cabeças nas guilhotinas. Cem anos depois que derrubamos rei no Brasil, nós não vamos retroceder.

Então, essas são as palavras, Paim, mas queria dizer aqui, dar os meus aplausos e a minha análise ao maior êxito deste Governo: a divisão de renda. Mas isso foi dado, Paim, porque V. Ex^a teve a coragem e nós aqui tivemos a coragem de apoiar o aumento do salário mínimo. Quando nós chegamos aqui, Mozarildo, V. Ex^a se lembrava que era de US\$70. Paim ouviu e disse que ia aos US\$100. E nós com ele, e nós lutamos. Teve uma época que nós botamos R\$15,00 a mais, lá os 300 picaretas, que Luiz Inácio disse: enterraram os R\$15,00. Foi no fim do primeiro ano. Nós continuamos. E hoje esse salário mínimo... Quantos dólares são, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hoje está em torno de US\$250.

O SR. MÃO SANTA (PDMB – PI) – Duzentos e cinqüenta dólares! Esse foi o maior êxito deste Governo. Essa é a distribuição, é a compensação do trabalho, é o

salário justo. Se não é o que o Paim ainda sonha, mas melhorou muito. E nós temos que reconhecer. Isso foi o que houve, essa estabilidade, essa satisfação que você não vê em países que estão enriquecidos. A China! Eles estão fazendo aí os relógios, os eletrônicos, mas como ganham mal lá na China, não é? Salário mínimo. É a escravidão da vida moderna, escravos, máquinas... Máquinas humanas! E aqui melhorou.

Então é nessa esperança que eu vou, com essas mesmas idéias, absorver o mundo e dizer a grande conquista do nosso Governo, porque o Governo é nosso, o Governo são os três Poderes que eu chamo de instrumento. Isso é que é o Governo. Eu sou o Governo. Não tem mais *l'Etat, c'est moi*. É desse equilíbrio, um controlando o outro. E nós estamos aqui, cumprindo a nossa missão. É como disse Teotônio, moribundo: "esse é o grande ensinamento".

Daí eu ser orgulhoso de estar aqui, porque eu vi Ramez Tebet moribundo, eu vi Antonio Carlos Magalhães – não é? – quase sem forças físicas. Eu mesmo recomendei, como médico, que ele não podia subir a escada. Ramez Tebet com a quimioterapia, os cabelos caindo. Os outros foram surpresas, não é? Mas nós vimos.

Mas o Brasil viu o Menestrel das Alagoas, na ditadura, moribundo, com câncer, aqui dizer. É falar resistindo; é resistir falando. Esse foi o grande ensinamento.

Paim, V. Ex^a simboliza o máximo de ideal aqui e eu vou representar este País no Congresso da OIT com a mesma grandeza que V. Ex^a representou em épocas passadas, eu e Dornelles. Ciente, levar a mensagem do nosso patrono Rui Barbosa, que brilhou em Haia, na Holanda. Nós vamos levar a Genebra aquele seu conceito muito atual, a primazia do trabalho e do trabalhador. Eles vieram antes, eles que fizeram as riquezas. Não vamos passar os donos das riquezas, os banqueiros, na frente dos direitos.

Eu vou contar, Paim, essa nossa luta, essa nossa história. Martin Luther King teve um sonho, mas ele morreu antes de realizar o sonho. Hoje, V. Ex^a pode agradecer a Deus, porque foi um grande sonho; esse sonho de V. Ex^a e nosso era de US\$100. Então, V. Ex^a tem que agradecer.

Essas são as nossas palavras e a nossa saudade de deixar por uma semana esta convivência.

Ó Meu Deus, inspire-nos e abençoe os trabalhadores do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, quero cumprimentá-lo. Sei que V. Ex^a representará muito bem o Congresso Nacional em Genebra. Com certeza, lá, V. Ex^a há de mostrar a nossa experiência e há de comprovar que,

nos países de primeiro mundo, o salário mínimo não é menor que mil dólares. É claro que temos que seguir. No Governo Lula, nós triplicamos o valor: era em torno de US\$70,00, e hoje estamos em torno de US\$250,00.

Então, meus cumprimentos e boa viagem. Represente-nos bem lá na OIT (Organização Internacional do Trabalho) em Genebra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide, que sei que vai pedir sua inscrição, regimentalmente, para uma comunicação parlamentar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é isso mesmo. Eu gostaria de pedir minha inscrição para uma comunicação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está convidada a usar da tribuna neste momento, porque vamos, conforme manda o regimento, intercalar um orador inscrito e uma comunicação parlamentar ou de Líder.

V. Ex^a falará como comunicação parlamentar, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em virtude da realização, na noite de ontem, da abertura da Conferência Nacional GLBT, venho a esta tribuna ainda muito emocionada pela participação efetiva do Presidente Lula, não apenas afirmado, mas reafirmando os compromissos do Governo brasileiro e da nossa sociedade, que muito avança no sentido de garantir direitos humanos a todos e a todas, independentemente de suas diferenças.

É com muita alegria, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna na manhã de hoje também para fazer um registro sobre a ocorrência, no dia de ontem, 5 de junho, do Dia Mundial do Meio ambiente.

A civilização que somos hoje agoniza sob grave crise socioambiental global, que enfrentamos entre perplexos e anestesiados pela fé absoluta nos desígnios do Capital – que tudo pode e em seu nome tudo se justifica.

Criamos, Sr. Presidente, a abstração do capital como engenhosa ferramenta para nos facilitar a vida. Mas nos confundimos no caminho.

Hoje, somos os únicos seres do mundo a acreditar que “sem dinheiro não se vive” e, cegos por esta fé absurda, julgamo-nos superiores a tudo que existe

sem ela. A ela nos submetemos e, por ela, insistimos em submeter todo o mundo criado.

Sob a fé absoluta nos poderes que nós e somente nós atribuímos ao capital; que, por sua vez, foi criado por nós a partir de algum momento recente no longo caminho da humanidade; e que existe apenas porque nós pactuamos entre nós mesmos a sua existência; acreditamos que nós somos produto dele e não ele de nós; que estamos criados para ele e não ele para nós; que, portanto, ele é tudo e tudo pode contra nós – e que, sem ele, a vida é inviável e não tem sentido.

Mais que um arranjo econômico, o capitalismo também é uma espécie de religião – cujo deus é o capital e seu evangelho as leis de mercado. De tal modo que, enquanto descrevo este quadro, devotos fiéis desdenham ou impacientam-se, como se a realidade que descrevo fosse algum sacrilégio ou delírio, resultante de ignorância ou de inocência pagã.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, esse, felizmente, não é o fim da história. Ou, ao menos, Sr. Presidente, não precisa ser.

Uma antiga canção de Chico Buarque de Hollanda diz: “Você, que inventou a tristeza, agora tenha a fineza de desinventar”.

O mundo se mobiliza para “desinventar a tristeza” que temos constituído com nossa displicência contra a vida.

Em artigo publicado nesta semana, intitulado “Agir rápido, agir juntos”, Frei Leonardo Boff nos informa que, em março passado, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, visitou o Conselho Mundial das Igrejas em Genebra e disse: “Um problema global exige uma resposta global: nós precisamos da ajuda das igrejas”.

E elas responderam prontamente com uma clamorosa aos milhões de cristãos dispersos pelo mundo afora com estas palavras: “agir rápido, agir juntos porque não temos tempo a perder”.

Por sua vez, recentemente, uma carta pastoral dos bispos católicos canadenses adverte: “Precisamos libertar-nos da obsessão consumista. O egoísmo não é somente imoral, ele é suicida; desta vez não temos outra escolha senão uma nova solidariedade e novas formas de partilha. Agora estamos colhendo os frutos envenenados da dessacralização da vida induzida pelo poder da tecnociência a serviço da acumulação de uns poucos”.

É necessário, Sr. Presidente, nos reeducar para a vida.

Por isso, na ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente de 2008, quero saudar a recente realização do Fórum Mundial de Educação, realizado de 28 a 31 de maio último, na cidade querida de Santa Maria, no Rio Grande do Sul – no seu Estado, Sr. Presidente –, desta

feita, sob o tema geral *Educação: Economia Solidária e Ética Planetária*.

E quero fazê-lo comprometidamente, repercutindo, desta tribuna do Senado Federal, a Carta de Santa Maria (que encaminho à Mesa como parte de meu pronunciamento), porque creio que é necessário nos curvarmos às evidências da insustentabilidade e trabalhar na conversão possível.

Neste sentido, sobretudo como profissional de educação, trago a Carta de Santa Maria ao conhecimento desta Casa, como informação, testemunho do resgate possível e, sobretudo, como convocação ao grande mutirão pela vida que se articula em todo o mundo e, no Brasil, germina em solo fértil – como se pôde ver no exemplo recente na pequena Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Ali reuniram-se 35 mil participantes: mulheres, homens, crianças e idosos, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, organizações governamentais e da sociedade, igrejas, universidades e escolas. Gente vinda de diferentes regiões brasileiras e de mais 14 países: Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Alemanha, Suécia, Peru, Estados Unidos, China, Portugal, Coréia do Norte e Argentina.

Entre esses, 130 empreendimentos solidários integraram a Mostra Mundial de Economia Solidária; 1.500 pessoas estiveram envolvidas no Fórum Gerações em Movimento; 84 jovens organizaram-se no Acampamento da Juventude – além de centenas de outras atividades.

Destaco aqui, Sr. Presidente, alguns trechos da Carta de Santa Maria, como contribuição a esta Casa e à sociedade brasileira por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente:

As relações sociais capitalistas, atualmente materializadas através da globalização neoliberal, têm se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial.

Fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho dos povos, na divisão da sociedade em classes e na degradação do meio ambiente, têm tido, entre suas consequências fundamentais, a prática da guerra como meio para a solução de problemas, o individualismo, a xenofobia, a homofobia e a perseguição às minorias e a mercantilização da vida.

Com essa leitura da realidade, o Fórum Mundial de Educação aponta princípios norteadores da transformação possível, tais como:

- economia solidária – não apenas como alternativa à falta de trabalho e renda, mas também como um agente de desenvolvimento

que promova a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas;

- solidariedade;
- soberania e segurança alimentar dos povos;
- construção de redes de cooperação e autogestão no processo produtivo;
- produção, comércio justo e consumo consciente e ético;
- universalização dos bens da humanidade: ar, água, terra e sementes;
- valorização da cultura e saberes populares;
- educação que possibilite relações de igualdade, diversidade étnica, respeito às diferenças e à livre orientação sexual;
- educação para uma consciência socioambiental;
- ecoalfabetização e ecopedagogia;
- inclusão digital das pessoas e não dos instrumentos;
- integração e comprometimento das diferentes gerações com atitudes éticas e humanas;
- defesa da ética planetária como uma política do bem comum universal.

Com base nesses e outros princípios, a Carta de Santa Maria propõe que concentremos nossos esforços e atenção no sentido de:

- fortalecer políticas públicas que incentivem espaços de formação para os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e criem oportunidades de geração de trabalho e renda, como maneira de atender às necessidades dos explorados e oprimidos;
- formar empreendimentos nos princípios de economia solidária, como: autogestão, cooperativismo, associativismo, respeito ao meio ambiente, solidariedade e trabalho organizado em redes e cadeias produtivas;
- agregar valor aos produtos da economia solidária;
- efetivar a construção do marco regulatório legal para empreendimentos de economia solidária;
- construir e socializar tecnologias adequadas ao processo de trabalho, à economia solidária;

- criar redes de produção, socialização e sistematização dos conhecimentos produzidos nos empreendimentos solidários;
- priorizar o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos de aproximação entre o movimento da economia solidária e às universidades;
- ampliar o debate nos espaços educativos sobre a livre orientação e violência sexual;
- ressignificar valores para a vivência da cidadania;
- estimular programas educativos que transformem a mentalidade da competição para a construção de uma cultura de cooperação.

Documento a que se refere senadora: Fátima Cleide
FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO SANTA MARIA-RS/BRASIL
EDUCAÇÃO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E ÉTICA PLANETÁRIA

CARTA DE SANTA MARIA

Nós, participantes do Fórum Mundial de Educação, realizado em Santa Maria (RS-Brasil), de 28 a 31 de maio de 2008, motivados pelo tema – Educação: Economia Solidária e Ética Planetária reafirmamos nesta CARTA, princípios e proposições, fruto dos debates e discussões que desenvolvemos neste Fórum. Somos 35 mil participantes, mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, organizações não-governamentais, igrejas, universidades e escolas vindos de 15 países: Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Alemanha, França, Suécia, Peru, Estados Unidos, China, Portugal, Coréia do Norte e Argentina; 130 empreendimentos solidários participantes da Mostra Mundial de Economia Solidária; 84 jovens organizados no Acampamento da Juventude; 1.500 pessoas envolvidas no Fórum Gerações em Movimento e 515 voluntários.

As atividades foram organizadas em três eixos temáticos: Educação e Economia Solidária; Educação, Inclusão e Cultura Emancipatória; Educação e Ética Planetária, integrando três grandes conferências; 31 debates temáticos; 355 apresentações de pôsteres de trabalhos; 14 atividades simultâneas; 98 atividades culturais e 110 atividades autogestoradas.

As relações sociais capitalistas, atualmente materializadas através da globalização neoliberal, têm se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial. Fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho dos povos, na divisão da sociedade em classes e na degradação do meio ambiente, têm tido, entre suas consequências fundamentais, a prática da guerra como meio para a solução de problemas, o individualismo, a xenofobia, a homofobia e a perseguição às minorias e a mercantilização da vida.

Na educação, em especial, tais relações têm submetido as experiências educacionais aos interesses do mercado, em um processo de reconversão material e cultural. Neste sentido, a educação tem sido utilizada como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, conformando as consciências, justificando relações sociais desumanizantes através de uma cultura do egoísmo, da competição e de pedagogias que tomam os seres humanos como objetos e não como sujeitos.

Considerando a construção de um outro mundo possível, de uma globalização alternativa - não como algo inevitável, mas como uma possibilidade histórica -, nós assumimos como signatários da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. As relações sociais existentes e as possibilidades de construção de estratégias potencializam um aperfeiçoamento de lutas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras e experiências educacionais, que têm apontado relações de novo tipo, pautadas em novas relações sociais de produção, comprometidas com a justiça, com a igualdade, a democracia e a solidariedade.

Afirmamos como compromisso, educar para outro mundo possível, a partir dos seguintes princípios e proposições:

PRINCÍPIOS:

- economia solidária, não apenas como alternativa à falta de trabalho e renda, mas, também, como um agente de desenvolvimento que promova a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas;
- solidariedade;
- soberania e segurança alimentar dos povos;
- construção de redes de cooperação e autogestão no processo produtivo;
- produção, comércio justo e consumo consciente e ético;
- territorialidade, como espaço de construção de uma globalização contra-hegemônica ao atual projeto global de desenvolvimento;
- universalização dos bens da humanidade: ar, água, terra e sementes;
- relação dialética entre educação e economia solidária;
- educação popular concebida como processo de construção coletiva de conhecimento;
- valorização da cultura e saberes populares;
- educação que possibilite relações de igualdade, diversidade étnica, respeito às diferenças e à livre orientação sexual;
- combate à divisão sexual do trabalho e à linguagem sexista;
- radicalização da democracia;
- radicalização das lutas por políticas públicas para a saúde e educação;
- formação permanente e integral como estratégia para o desenvolvimento humano;
- educação como um bem público, coletivo e de responsabilidade do Estado;
- educação humanizadora e para a paz;
- educação inclusiva que reduza os preconceitos sociais, buscando a participação de todos e todas nas práticas excluidentes;

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não apenas este outro mundo é possível, como também sua construção está em marcha e há sinais concretos do seu vigor. Um outro mundo que será possível se tivermos uma outra educação que veja o ser humano como sujeito e não como objeto. Um outro mundo que se avizinha para todos e todas que acreditam nos valores que constroem a humanidade e, juntos, buscam a superação dos erros que nos levam às grandes catástrofes ambientais e sociais de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
 SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU
 PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

- educação para cidadania participativa;
- educação para uma consciência sócio-ambiental;
- justiça cognitiva;
- ecoalfabetizacao e eco-pedagogia;
- educação para participação na gestão da cidade;
- cidade como tema gerador para a construção de uma cidade educadora;
- democratização da mobilidade urbana com centralidade na pessoa;
- nova lógica social e simbólica para utilização da informática na educação;
- inclusão digital das pessoas e não dos instrumentos;
- educação para justiça fiscal;
- acesso ao lazer como uma conquista e um direito da classe trabalhadora;
- educação patrimonial como responsabilidade do poder público, das instituições educativas, dos meios de comunicação e da sociedade;
- promoção da justiça patrimonial;
- democratização dos meios de comunicação;
- integração e comprometimento das diferentes gerações com atitudes éticas e humanas;
- defesa da ética planetária como uma política do bem comum universal.

PROPOSIÇÕES:

- fortalecer políticas públicas que incentivem espaços de formação para os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e criem oportunidades de geração de trabalho e renda, como maneira de atender às necessidades dos explorados e oprimidos;
- formar empreendimentos nos princípios de economia solidária como: autogestão, cooperativismo, respeito ao meio ambiente, solidariedade e trabalho organizado em redes e cadeias produtivas;
- agregar valor aos produtos da economia solidária;
- efetivar a construção do marco regulatório legal para empreendimentos de economia solidária;
- fortalecer o processo autogestionário de empresas solidárias;
- criar ações que fortaleçam as incubadoras tecnológicas e cooperativas populares (ITCPs);
- construir e socializar tecnologias adequadas ao processo de trabalho à economia solidária;
- criar redes de produção, socialização e sistematização dos conhecimentos produzidos nos empreendimentos solidários;
- priorizar o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos de aproximação entre o movimento da economia solidária e às universidades.
- promover justiça cognitiva através do fomento de debate em escolas e universidades, de autores e autores que proponham uma educação libertadora e emancipatória dos povos excluídos;
- ampliar o debate nos espaços educativos sobre a livre orientação e violência sexual;
- ressignificar valores para a vivência da cidadania;
- estimular a construção de políticas públicas que se inscrevam no âmbito da diversidade, que conte com escolas bilingües para surdos enquanto espaços de construção de conhecimento para essa comunidade, ambiente lingüístico de desenvolvimento e expansão da LIBRAS;
- estimular programas educativos que transformem a mentalidade de competição para a construção de uma cultura de cooperação;
- construir uma nova cultura do trabalho que seja materializada no dia-a-dia da produção;
- estimular a criação de projetos educacionais que englobem a gestão democrática da cidade;
- articular a relação tempo-espacó-lazer como parte dos processos educativos;
- promover a participação popular na construção de espaços de lazer;
- inserir a Educação Patrimonial e Fiscal como tema transversal nos currículos do ensino fundamental, médio e técnico, bem como na formação de educadores e educadoras;
- contemplar, nas legislações municipais de uso e ocupação dos solos a educação patrimonial;
- construir modelos de comunicação alternativa, como rádios, televisões e jornais comunitários;

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senadora Fátima Cleide. Confesso a V. Ex^a que fiquei um pouquinho enciumado, porque a Carta de Santa Maria é lá do meu Rio Grande. Meus cumprimentos. Se V. Ex^a concordasse, eu gostaria de ser signatário também do pedido nos Anais da Casa, na íntegra do seu brilhante pronunciamento, pelo evento acontecido no Rio Grande do Sul.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com todo prazer! Muito me orgulha, Sr. Presidente Paulo Paim, tê-lo como parceiro na construção e na luta pela concretização de todos esses ideais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

De imediato, seguindo a ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, que terá o tempo de 20 minutos, prorrogáveis por mais 5, com certeza absoluta, por parte desta Presidência.

Senador Geovani Borges, V. Ex^a está convidado a usar a tribuna.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^s e Srs. Senadores, o Senado aprovou, no final da noite dessa quarta-feira, dia 4, o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 418, de 2008, que regulamenta a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em Zonas de Processamento de Exportação, as famosas ZPEs. Foram vinte anos de luta e de espera.

O projeto teve como Relator revisor o eminentíssimo Senador José Sarney, do PMDB do meu querido Estado do Amapá; o amigo e correligionário Senador, além de um dos maiores entusiastas do projeto.

Quando Presidente da República, entre 1985 e 1989, Sarney iniciou a defesa da ZPEs. O projeto elimina o pagamento de sete impostos e contribuições em sua importações ou aquisições no mercado interno de bens e serviços: Imposto de Importação; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – Cofins-Importação; contribuição para o PIS/Pasep; contribuição para o PIS/Pasep-importação e Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

Além de alterar a Lei nº 11.508, de 2007, que trata do regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, o projeto de lei de conversão também modificou a Lei nº 8.256, de 1991, que cria áreas de livre comércio

nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, em Roraima – Senador Mozarildo, seu Estado, ex-Território.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com muito prazer e muita honra.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geovani Borges, exatamente eu estava aguardando, já que V. Ex^a estava abordando a questão da aprovação desta MP, que como sempre vem misturada com outras coisas. V. Ex^a disse muito bem: o objetivo desta MP é regulamentar a questão das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil, que há muito tempo estava por ser feita, embora se estivesse aprovando aqui um projeto criando as ZPEs – projeto de autoria do Senador Sarney, da Senadora Roseana, meu e de vários outros Senadores. Apresentei um projeto para uma ZPE em Boa Vista, outra em Caracaraí, outra em Rorainópolis. Muito bem. Aproveitando a carona dessa MP que regulamenta o sistema das ZPEs no Brasil todo – e me preocupo muito, porque, se formos criar a ZPE, por exemplo, não no seu Estado e no meu, que são pobres e precisam de incentivos, mas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em São Paulo, no Sul Maravilhoso, vamos realmente continuar com o descompasso da desigualdade regional. Mas pedi o aparte justamente quando V. Ex^a expôs que a MP também alterou uma lei de 1991, que criou uma Área de Livre Comércio em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e em Bonfim, na fronteira com a Guiana, no meu Estado. Como foi essa história, Senador Geovani? O Senador Sarney, que foi o Relator dessa matéria – talvez até tenha passado despercebido para ele –, como Presidente da República, encaminhou uma mensagem criando a Área de Livre Comércio de Pacaraima, como criou a de Santana, lá no Amapá. E, agora, nessa MP, o que foi feito? Alterou-se a lei, extinguindo a Área de Livre Comércio de Pacaraima e criando a de Boa Vista.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – E Bonfim, né?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – A de Bonfim já tinha sido criado pela lei. A MP faz referência, mas ela já estava criada pela Lei de ...

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Ratificou, não é?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Ratificou desnecessariamente. Na verdade, é um jogo de egos de pessoas que querem ser o pai da criança. O que quero é que realmente se implante essa área de livre comércio, porque, na verdade, isso vem desde 91, portanto, foi sancionada no Governo Collor mensagem do Presidente Sarney, quando Presidente da República, depois, apreciada pelo Congresso – Câmara e Senado – como projeto de lei, não como medida provisória ou decreto-lei e, agora, mexida novamente. E eu, Senador

Geovani, quero dizer a V. Ex^a que venho votando sistematicamente contra a questão dos pressupostos de constitucionalidade das medidas provisórias. Por quê? Porque quero fazer parte do movimento de moralização do Congresso Nacional. Isso que fizemos aqui... Todo mundo reclamando neste Senado Federal, toda a imprensa denuncia que há um excesso, um abuso de medidas provisórias. Mas o que fazemos aqui? Votamos todas, reclamando e chiando, mas votamos todas para destrancar a pauta, porque tranca a pauta. Mas aprovamos aqui um projeto regulamentando a tramitação das medidas provisórias que não trancam mais a pauta, e está na Câmara. Mas não se vota porque o Governo não quer, Senador Geovani, porque é lá que ele realmente manobra as coisas – mais, mais. Pois bem. Então, como adotei essa postura de votar contra, votei contra essa medida provisória no que tange aos pressupostos constitucionais de urgência, relevância e adequação financeira. Mas não podia votar contra o mérito, porque estava embutida uma bondade para o meu Estado, embora uma bondade deformada, porque, para criar uma área de livre comércio em Boa Vista, não precisava extinguir a de Pacaraima, que é na fronteira da Venezuela, que, aliás, criou uma área de livre comércio na cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén, porque nós criamos uma em Pacaraima, e não a implantamos, e lá já implantou. Então, infelizmente, no afã de fazer média, se comete, na correria das medidas provisórias, esse equívoco. Mas para piorar, os meus adversários políticos fizeram publicar na imprensa local que votei contra as áreas de livre comércio. Eu expliquei ontem – e quero aproveitar o discurso de V. Ex^a, pedindo-lhe desculpas até, para ratificar essa explicação – que o mérito da criação das áreas de livre comércio de Boa Vista e de Bonfim... Bonfim foi de um projeto meu, inclusive, aproveitando a mensagem do Presidente Sarney. Mas o que importa não é ser o pai da criança, é realmente botar para funcionar, porque o Presidente Lula, desde que assumiu, há seis anos, diz que vai implantar; o Presidente Fernando Henrique Cardoso também prometeu implantar e não implantou. Então, o que nós queremos é menos conversa e mais ação. Quero dizer a V. Ex^a que vou continuar votando contra os pressupostos constitucionais das medidas provisórias, porque não concordo com a desmoralização que o Poder Executivo faz. Mesmo quando a medida é meritória, tem como fazer por projeto de lei com urgência constitucional, e não dessa forma. Desculpe-me o tamanho do aparte, que foi excessivo, mas eu gostaria de aproveitar esse ensejo, já que Amapá e Roraima são pares nessa questão.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito pelo contrário, agradeço o aparte de V. Ex^a e o in-

corporo ao nosso pronunciamento. Quero deixar meu testemunho de que V. Ex^a é um dos grandes e sempre o foi, seja na qualidade de Deputado Federal, Deputado Constituinte, Senador da República, defensor dos mais legítimos interesses do ex-território, hoje Estado de Roraima. Eu sou testemunha viva disso. Então, sei que V. Ex^a, no mérito, aprovou e está torcendo agora para a implantação, como nós, também, lá no Estado do Amapá. Muito obrigado pelo aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, embora a produção das ZPEs seja basicamente destinada à exportação, o projeto permite que as empresas instaladas nessas zonas vendam internamente até 20% de sua produção, arcando, nesse caso, com o pagamento de todos os impostos que são isentos nos produtos exportados.

Na defesa da proposta, o Senador Sarney lembrou que o Decreto Lei nº 2.452, por ele editado em 1988, criou ZPEs em todo o Brasil. Mas a resistência de empresas do centro e do sul do País deteve sua instalação.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que a idéia da criação das ZPEs voltou na discussão do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, do ex-Senador Joel de Hollanda, que se transformou na Lei nº 11.508. O projeto foi aprovado no bojo de uma negociação na qual o Governo se comprometeu a editar uma medida provisória, complementando algumas lacunas, medida provisória essa que gerou o Projeto de Lei de Conversão, agora votado.

O Senador José Sarney lembrou que passou a defender a criação das ZPEs quando voltou de viagem à China em 1988. Naquele ano, aquele país tinha quinze ZPEs, Senador Mozarildo. Hoje, segundo Sarney, são 163, que produzem US\$1,7 trilhão, ou dois terços das exportações chinesas. Lembrou ainda que o resto do mundo aderiu à idéia: hoje há 184 ZPEs nos Estados Unidos, 62 nos países do ex-bloco comunista e também em vários países sul-americanos, como o Uruguai, a Venezuela e o Chile.

Aliás, vieram dele, e não por acaso, as mais contundentes manifestações de alegria com a aprovação das ZPEs nesta Casa.

Sarney garante – e eu acredito – que o Brasil estaria inserido no mercado internacional com a mesma competitividade que a China apresenta hoje caso as Zonas de Processamento de Exportações, ZPEs, já estivessem funcionando a pleno vapor. Mas chegamos com vinte anos de atraso.

Quando uma idéia é uma força poderosa, ela resiste ao tempo – ensina o Senador Sarney, ao observar que, mesmo com atraso, as ZPEs agora vão se tornar realidade.

Por essa razão, aliás, José Sarney recebeu homenagens de vários Senadores que salientaram ser essa uma estratégia que favorece o desenvolvimento do País como um todo e não apenas essa ou aquela região.

O Senador Sarney garante – e eu acredito – que as ZPEs poderão impulsionar o desenvolvimento regional do País, melhorando as condições das Regiões Norte e Nordeste. Disse ainda que as ZPEs têm sua produção destinada exclusivamente ao mercado externo, principal diferença das zonas de livre comércio, como a Zona Franca de Manaus, cuja produção é destinada ao mercado interno.

De acordo com o ex-Presidente da República, o PLV impede a transferência de indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus ao proibir a instalação, nas ZPEs, de fábricas com produção semelhante. Também citou o dispositivo que impede a venda dos 20% permitidos para o mercado interno caso os produtos das ZPEs prejudiquem a produção interna.

O projeto de lei de conversão especifica os benefícios tributários para as ZPEs e as exigências para as empresas alcançarem esses incentivos. Esses deverão ser aplicados na aquisição de bens e serviços a serem incorporados ao patrimônio da empresa. Caso as empresas que operam em ZPEs resolvam vendê-las, terão de pagar os impostos, contribuições e multa por descumprimento da legislação.

A matéria agora, Sr. Presidente, vai à sanção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E, como diz o antigo ditado popular: antes tarde do que nunca.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geovani Borges, permita-me, primeiramente, cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, e dizer que sou também um apaixonado pelas ZPEs como V. Ex^a, assim como o é o Senador Sarney, que fez um brilhante trabalho. Inclusive, conversei muito com o Senador Eliseu Resende, que é o Relator da proposta de criação de mais cinqüenta ZPEs em todo o País. Ele nos garantiu, pelo menos no caso do Rio Grande do Sul, que vai dar parecer favorável a mais quatro ZPEs: uma no Vale dos Sinos, uma outra na região norte, mais uma em Uruguaiana e a quarta na região oeste.

Aproveito este momento em que estou presidindo para cumprimentar V. Ex^a e também o Senador Eliseu Resende, que está fazendo um belo trabalho de propostas de novas ZPE's, que entrarão agora por meio de projeto de lei.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

Incorporo a intervenção de V. Ex^a ao nosso pronunciamento, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, ao próximo orador inscrito, que é o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Em seguida, pela ordem de inscrição que tenho, falará o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado companheiro, Senador Paim, que preside esta sessão, eminentes Senadores presentes, eu queria anunciar, antes de mais nada que, cansado de aguardar a tramitação de projeto que protocolei em 2003, logo que cheguei a esta Casa, que trata da proibição de veiculação de anúncios afeitos a bebidas alcoólicas na televisão e no rádio, cansado de aguardar que esta matéria fosse apreciada pelas Comissões Técnicas da Casa, resolvi, Senador Mozarildo, num esforço último, tentar trazê-la ao Plenário. Neste sentido, protocolei, dois requerimentos. Um, que retira um outro requerimento que fiz para juntar projetos que tratam de assunto da mesma natureza, para que, de forma solteira, o meu projeto pudesse vir ao Plenário, provocado por um requerimento de urgência, que também protocolei, contendo assinaturas de quase sessenta Srs. Senadores. Tenho aqui a cópia do requerimento com quase sessenta assinaturas para que, ao final, esse projeto possa vir a Plenário, para que apreciemos a sua natureza.

O projeto trata exatamente do quê? Trata de redefinir o que é bebida alcoólica em relação ao teor, para incluir cervejas e bebidas *ices* na categoria de bebida alcoólica de fato. Trata também de vedar, de proibir, terminantemente, a veiculação de propaganda nas rádios e nas televisões brasileiras. O argumento é muito simples, Senador Adelmir Santana: as televisões e as rádios brasileiras são instrumentos públicos a serviço da população brasileira. Mas alguém diria: "Mas, é a iniciativa privada que administra esses instrumentos". É verdade. Mas eles não perdem a natureza de "público", pois para que alguém possa gerir uma tevê, uma rádio, ele precisa da concessão que é dada aqui no Senado Federal. Então, é um instrumento público, sim. E, na minha cabeça, e na cabeça de milhões de brasileiros, é inconcebível que um instrumento público de comunicação possa servir de veículo para promoção de comerciais como propagandas que estimulam o consumo de bebida alcoólica, que atraem, diariamente, milhares de novos consumidores de bebida alcoólica, ao contrário do que as cervejarias dizem. Elas afirmam que "a propaganda não induz ao consumo", Senador

Paulo Paim, nunca vi uma mentira mais deslavada do que esta. As cervejarias dizem que aquelas propagandas nas quais aparecem o Zeca Pagodinho, a Juliana Paes, ou aquelas moças bonitas não induzem ao consumo de bebida alcoólica. Balela! Induzem, sim! Induzem principalmente a nossa juventude, que está aí em uma armadilha desgraçada, que só conseguiremos minimizá-la, sair parcialmente dela, se tomarmos medidas duras, como a que tomamos, Senador Paulo Paim, com relação ao cigarro, que não tem mais propaganda no rádio nem na televisão. Proibimos a propaganda de cigarro. E olha que o cigarro também faz mal, mas prejudica apenas a saúde individual das pessoas, enquanto que a bebida prejudica de forma social, Senador Paulo Paim, desestruturando famílias, mandando milhares de pessoas todos os anos para os hospitais públicos do SUS. O Governo diz que arrecada uma fábula com o tributo das cervejarias, mas talvez gaste o triplo disso para consertar as pessoas nos hospitais públicos. Então, é um contra-senso; é um absurdo! Quem quiser fazer propaganda, que a faça nos milhares de bares que existem no País. Em qualquer esquina deste País tem um bar com a placa da bandeira da cervejaria. Está lá, façam-na lá, mas não nas rádios e nas televisões brasileiras. Isto é um absurdo!

Portanto, Senador Paulo Paim, já estou anuncian-
do aqui uma nova batalha que teremos de travar e, para tanto, peço a sua solidariedade e a dos companheiros, para que o projeto venha a Plenário. E, aqui, a consciência de cada um dirá. Só quero isso, mais nada, entendeu, Senador Mozarildo Cavalcanti? Há cinco anos que o projeto está aí nas gavetas do Senado, e não conseguimos fazer com que ele ascenda ao Plenário. Vou forçar a barra. Esta aqui: requerimento de urgência com quase sessenta assinaturas de S. Ex^{as}s – a sua, a do Senador Adelmir Santana, a do Senador Paulo Paim –, para que o projeto venha a ser apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Dito isto, quero tratar de um outro assunto que logo, logo virá para esta Casa. Trata-se da tentativa inexplicável do Governo da renovação da proposta da CPMF. Veja como o Poder Legislativo é alvo de um processo de desmoralização sistemática, por parte do Governo Federal.

No final do ano passado, rejeitamos, aqui, a proposta da renovação da prorrogação da CPMF.

Pesquisas feitas logo após essa votação indicaram que quase 80% da população brasileira aprovou a decisão que o Senado Federal tomou. O Presidente Lula se comprometeu, depois de serenado, depois de passada a raiva, a não mais propor iniciativas como essa, de criação de tributos para substituir a CPMF. Há

o compromisso público que ele assumiu com a população brasileira. Todos aqui lembramos. E agora, para nossa surpresa, está aí de novo a chamada CPMF nas nossas portas.

É uma falta de respeito. O Congresso Nacional acabou de decidir, não faz seis meses, Senador Adelmir. Isso é absurdo. Olhe, o SUS, com décadas de funcionamento, ainda não tem um sistema de financiamento seguro no País. É uma preocupação que nós devemos encarar. Precisamos imaginar – essa é uma responsabilidade bem maior por parte do Governo Federal, mas nós também temos a nossa responsabilidade nisso – uma maneira de criar um mecanismo de financiamento perene para o SUS, que é um sistema importante, que dá assistência a grande parte da população brasileira na área da saúde, mas não dessa forma canhestra, dessa forma absurda, dessa forma improvisada. Não é possível que um sistema de saúde como o SUS tenha de viver dependendo de formas improvisadas de fontes de financiamento.

Isso é uma verdade, Senador Mozarildo. O Governo envia uma reforma tributária para cá e esse assunto não é cogitado. Que coisa absurda!

Eu já afirmei aqui diversas vezes, Senador Mozarildo, e farei mais isso uma vez: o sistema tributário brasileiro, a carga tributária brasileira é excessiva. O que significa excessiva, Senador Mozarildo? Excessiva é quando ela passou de todos os limites suportáveis. Quer uma prova? No primeiro quadrimestre deste ano, o Governo obteve, a título de excesso de arrecadação, mais de R\$20 bilhões, Senador Adelmir. Está aí a prova material e concreta de que a carga tributária é excessiva. É excessiva, porque há uma arrecadação exagerada. Mais de R\$20 bilhões foram arrecadados só no primeiro quadrimestre além daquilo que era previsto. É por isso que a carga tributária brasileira é excessiva.

Então, nesse cenário, nesse contexto, desde o ano passado, desde a discussão da CPMF, eu tomei a decisão de não mais votar no sentido de aprovar qualquer tentativa de criação de tributo, qualquer tentativa de majoração de tributo nesta Casa enquanto a carga tributária como um todo não for rediscutida, redimensionada no sentido da sua simplificação, no sentido de tornarmos essa carga tributária algo racional, porque ela é irracional.

O Senador Mão Santa, muitas vezes, vem aqui e lembra a leitura que ele fez de mais de 70 impostos e contribuições que recaem sobre os ombros do povo brasileiro. Então, enquanto a carga tributária se manter excessiva sobre os ombros do povo brasileiro, eu não votarei no sentido de aprovar criação de tributo ou majoração de tributo nesta Casa.

Senador Mozarildo, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita, fico muito feliz que V. Ex^a esteja abordando esse tema na data de hoje. Como V. Ex^a bem disse, considero realmente um escárnio à opinião pública, ao povo e ao Senado, principalmente, que extinguiu a CPMF. Eu, como médico, disse reiteradas vezes dessa tribuna que tinha um dever de consciência de votar contra a CPMF, porque durante 14 anos a CPMF não serviu para melhorar a qualidade do serviço de saúde no Brasil. Não houve melhoria para o paciente, para os trabalhadores da saúde, não houve melhoria para os médicos, para os enfermeiros, que têm os salários aviltados. É por falta de dinheiro? V. Ex^a lembrou muito bem que não é por falta de dinheiro; é por falta de vontade, de prioridade e de gestão. O Presidente Lula realmente não gosta que se faça observação contrária ao que ele pensa. Ele gosta muito de falar e todo mundo tem de ouvir o que ele diz. Ele joga muito bem com as palavras. Ele disse, quando foi derrotado na CPMF, que o mundo não ia acabar por causa disso e que ele não ia fazer nenhum tipo de aumento de imposto. No mês seguinte, em janeiro, aumentou o IOF e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Mas, Senador Mesquita, esses impostos, quem paga no final das contas é o povo, é o consumidor, é o pobre. E ele fez isso. Não satisfeito, induz sua base na Câmara dos Deputados Federais – local que ele disse que havia, pelo menos, 300 picaretas – a propor a criação dessa Contribuição Social para a Saúde, que eu chamo de mais um comedor do seu salário.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Bem definido.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Na verdade, isso é um absurdo. Quer algum exemplo? Como V. Ex^a já expôs, está lá a reforma tributária. Por que não inserir na reforma tributária um imposto que defina de maneira clara o dinheiro para a saúde? Por que não se cortam gastos supérfluos com a Presidência da República? Para manter o Presidente da República com a sua casa, a sua mordomia, os seus palácios, as suas viagens, a sua publicidade, quanto se gasta? Gasta-se várias vezes mais do que com o Senado e com a Câmara. Quer exemplos de impostos que podem resolver o problema da saúde de maneira definitiva? Vamos lá. Bebidas não fazem mal à saúde? Então, é justo que a indústria da bebida pague um imposto alto para manter a saúde até para cuidar das pessoas que são vítimas da bebida alcoólica. O fumo não é outra coisa que faz mal à saúde e que onera o serviço de saúde? Vamos tributar alto e destinar exclusivamente à saúde esses tributos sobre bebida e sobre fumo. Quer mais exemplos? Há um projeto do Senador Garibaldi

Alves, Presidente desta Casa, que recria, regulamenta e oficializa os bingos no Brasil, coisa que o Presidente quis fazer, mas, por causa do incidente do Waldomiro, que estava pegando dinheiro, digamos, nas barbas do gabinete dele, ele tirou o sofá, isto é, retirou o projeto que tinha mandado para cá. O Senador Garibaldi apresentou um projeto do qual sou o relator. Eu vou relatar e vou dizer que todo tributo arrecadado com os bingos será destinado à saúde. O bingo diz-se que é um lazer ou um vício. Eu acho que são as duas coisas. Quem vai por vício deve pagar o tributo para a saúde, para que possamos curar esse vício, esse distúrbio, portanto. Se vai por lazer, nada mais justo também do que destinar para saúde esse dinheiro. Eu tenho um projeto que permite o funcionamento de cassinos em hotéis de selva, ou em hotéis fazenda na região amazônica e no Pantanal. Não querem que preservemos a Amazônia, Senador Geraldo Mesquita Júnior?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pois é.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Está aí o exemplo de uma indústria limpa. Quem é que vai lá? Quem é que vai em hotel de selva e em hotel fazenda? Quem pode pagar, não vai querer um! E quem pode pagar e quer se divertir no cassino, gasta, paga, e o dinheiro arrecadado vai para a saúde. Pronto. Estão aí algumas fontes sugeridas, e que podem ser estabelecidas rapidamente, por um projeto ou uma emenda constitucional, conforme o caso. Mas o que não pode é ficar com essa brincadeira. Com o Ministro Temporão, aliás, Senador Geraldo Mesquita Júnior, estou me decepcionando a cada dia que passa. Mas como diz o Dicionário Aurélio, temporão é “quem vem, nasce ou acontece fora de tempo, fora do tempo próprio” ou desejável. Dizem que o Ministro Temporão é um grande sujeito, um grande técnico, mas parece que veio fora de época, fora de tempo, fora do momento desejado e está perdido. Então, eu acho que a única coisa que ele tem é um marqueteiro para sugerir que ele fique falando sobre temas polêmicos e chamando a atenção para ele. Mas ele não citou que esse Ministério da Saúde poderia ser chamado de ministério da doença e da corrupção. Não devia ser chamado de Ministério da Saúde, porque tem uma Funasa que é um câncer da roubalheira no País: rouba dinheiro da saúde indígena, rouba dinheiro de tudo, e, no Ministério da Saúde mesmo, rouba-se dinheiro de tudo. Então, é preciso que haja seriedade. Parem de roubar na saúde e vai sobrar dinheiro para gerir a saúde. Parem de hipertrofiar a ação federal da saúde e municipalizem, de fato, a saúde, que aí muda tudo. Eu quero dizer a V. Ex^a que eu fui contra a CPMF. Sou mais contra ainda a hipocrisia dessa contribuição social para a saúde, ou mais

um comedor do seu salário, do nosso salário, principalmente do salário de quem ganha menos, porque outra vez estão mentindo para o povo dizendo que só vai pagar quem ganha acima de três mil e que, agora, os aposentados e os pensionistas não vão pagar. Vão pagar. É uma contribuição cumulativa, regressiva. Não precisa nem ser economista nem entender muito de economia, não. Se cai sobre a cadeia produtiva, vai recair sobre tudo que a pessoa comprar: o feijão, o arroz, o pão. E aí o Presidente fica sofismando: não, mas não baixou nada porque tirou a CPMF. Não baixou e não pode baixar. Se ele aumentou o IOF, aumentou a CSLL, aumentou o petróleo – não foi culpa dele, mas, pelo menos, incompetência da Petrobras –, não soube ter uma política adequada com a Argentina na importação do trigo, não tem uma política agrícola eficiente para que não tenhamos problemas com a produção de grãos. Temos terras sem devastar nada, porque o grande ecoterrorismo que existe aqui agora é devastar. Então, temos terras, mas não podemos. Quero dizer que o discurso de V. Ex^a nesta sexta-feira sobre esta maldita nova CPMF disfarçada, aliás, é a CPMF com pele de cordeiro, porque apenas tirou algumas coisinhas, mas é a mesma coisa. Quero dizer que o povo brasileiro não aceita mais imposto. V. Ex^a tem razão. Não podemos mais votar aumento de um centavo de imposto sequer aqui. Um dia desses passou, Senador, dentro dessas malditas medidas provisórias, de novo, um aumento da CSLL. Acho que ninguém aqui quase viu.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Contra meu voto.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Pois é. Fazem essas MPs Frankenstein, em que se colocam água, azeite, vinho, areia, tudo, como aquela das ZPEs. Votando as ZPEs no Brasil, encaixaram a área de comércio de Boa Vista, por quê? Porque eu tinha apresentado o projeto antes e o Líder do Governo queria passar na frente. Só por isso. Na verdade, está a serviço de interesses de grupos ou de pessoas. Quero, portanto, dizer da felicidade de fazer, embora um longo aparte, mas um aparte que é, na verdade, desculpe, um protesto contra essa ameaça que está na Câmara de se implantar de novo a CPMF.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O seu aparte é muito bem vindo porque é esclarecedor. Lembro aqui, Senador Mozarildo, que, se no País conseguíssemos... Há três chagas no País responsáveis pelo sumidouro de dinheiro, dinheiro sofrido do povo brasileiro que é arrecadado por meio dos impostos: é a corrupção, o desperdício e a sonegação.

Se conseguíssemos uma ação eficaz, efetiva, para reduzir – reduzir, não, porque corrupção não tem

nível aceitável -, para acabar com a corrupção, reduzindo o desperdício e dando uma dura na sonegação neste País, tenho certeza absoluta de que teríamos, além desses vinte bilhões de excesso de arrecadação, mais quarenta bilhões de arrecadação, porque são três sumidouros que sacrificam o recolhimento dos tributos do povo brasileiro.

Acho uma contradição o Governo fingir que não é autor dessa idéia, dessa proposição. Parece que a gente é criança aqui, não é? O Governo finge que não tem interesse, que não é autor da proposição da nova CPMF. Coisa de brincadeira, de menino, negócio de doido isso. No momento em que torna a incomodar o Congresso Nacional com uma proposição como essa, ele anuncia a constituição de um fundo soberano, ou seja, esse excesso de arrecadação irá constituir um fundo soberano. Rapaz, isso é uma coisa de doido! Coisa de doido! Por que não se trata com seriedade? Olhe, quando é que vamos tratar com seriedade a questão da saúde neste País, rapaz? Há que se tratar com seriedade.

A saúde merece um sistema de financiamento próprio, perene, para o SUS principalmente. Não podemos continuar inventando fontes de financiamento da saúde dessa forma, Senador Adelmir Santana. Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mesquita, o assunto que V. Ex^a traz à Casa é realmente palpável e nos interessa a todos. Quando se fala no aumento de tributo, efetivamente nos deixa assustados, levando em conta que hoje temos no País uma carga tributária excessiva e que sacrifica sobremaneira os mais pobres. É bom que retomemos um pouco o passado e lembremos por que foi criada a CPMF – aquele forte apelo emocional de um homem culto, um cientista, um médico extremamente conceituado, Adib Jatene, que propõe ao País a criação da CPMF, objetivando complementar os recursos destinados à saúde. Complementação essa que, efetivamente, começava com uma alíquota pequena, mas que chegamos ao final a 0,38%. Sabemos que os recursos da CPMF, na verdade, não funcionaram ou não foram carreados para a área da educação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Dizem que serviu até para financiar o mensalão.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Portanto, não foi uma contribuição para a complementação. Ao contrário, ao se criar a CPMF, as fontes destinadas à saúde foram suprimidas, deslocadas para outros afazeres e outros pagamentos.

Então, o que vimos aqui foi o Senado derrubar a CPMF e, imediatamente, declarações de que ela não

retornaria. Para compensar a perda da CPMF, foi elevado o IOF, a CSLL – Contribuição Social Sobre os Líquidos, e, como V. Ex^a faz referência, o excesso de arrecadação, que todos nós já prevíamos. Então, é uma coisa que não compreendemos. Isso parece até que tem o objetivo de não regulamentar aquilo que votamos aqui, que foi a Emenda nº 29. Essa, sim, determina os percentuais de aplicações nos vários entes federativos – Municípios, Estados e União – para a área da saúde. A sanção dessa regulamentação resolve as questões da saúde, porque incide inclusive sobre esses excessos de arrecadação. A criação, a forma como se inicia esse processo de criação dessa nova contribuição, a CSS, “contribuição sem sentido”, a forma como hoje é contestada por algumas Lideranças, inclusive da Base de apoio do Governo, a forma como está sendo conduzida sua criação, é um engodo e pode representar no futuro o que ocorreu com a CPMF: hoje, 0,10%, amanhã, 0,20%, 0,30%, enfim, evitando que se regulamente efetivamente a Emenda Constitucional nº 29, que dá o caráter de fixar valores ou percentuais sobre todas as receitas dos entes federativos. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a e dizer da minha preocupação e do meu posicionamento de sempre. Fui contra a CPMF, sou contra qualquer elevação de impostos ou de tributos quaisquer que sejam, sob a forma de contribuição, de imposto ou de qualquer outra coisa, porque acho que temos uma carga tributária excessiva, que incide de forma regressiva e que prejudica os mais pobres. Portanto, associo-me ao seu discurso e quero congratular-me com V. Ex^a pelo pronunciamento desta manhã.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado. V. Ex^a, assim como o Senador Mozarildo, oferece uma contribuição valiosa ao meu pronunciamento porque fez aquilo que deixei de fazer, ou seja, o retrospecto histórico da criação da CPMF: tudo o que se passou, um tributo que tinha por propósito financeiro as ações da saúde e acabou financiando tudo, menos a saúde, e esse poderá ir pelo mesmo caminho, porque é uma prática usual do Governo fazê-lo.

Portanto, o que pretendo aqui, hoje, Senador Mozarildo, Senador Adelmir, companheiros que estão presentes nesta sessão de sexta-feira, como fiz da outra vez, é já anunciar meu voto contrário, meu voto absolutamente contrário a essa tentativa. Por que faço isso agora? A proposição está na Câmara e, segundo consta, será votada na terça-feira. Já na próxima semana, esse assunto poderá estar aqui no plenário, Senador Mozarildo, e, de logo, já anuncio a minha decisão irrevogável de votar contra essa proposição, a fim de somar esforços com V. Ex^as para o trabalho de convencimento.

O Senador Adelmir lembrou bem, a regulamentação da Emenda 29 que aqui aprovamos talvez seja a forma perene de financiamento da saúde. O Governo tenta se desvincilar dessa obrigação que foi constituída aqui, no Congresso Nacional, mas não tem jeito, vai ter que se dobrar à decisão do Congresso Nacional.

A regulamentação da Emenda nº 29 prevê, de forma escalonada, aportes cada vez maiores de recursos para o financiamento da saúde neste País, para o sistema público de saúde deste País. E este é o modo certo, correto: recursos orçamentários para o financiamento de tão importante área que atende – e pessimamente – ao povo brasileiro.

Portanto, está aqui já a minha declaração de voto, Senador Mozarildo. Não há necessidade de alguém me procurar para tentar alterá-lo ou mudá-lo, porque não há a menor possibilidade de eu rever essa decisão, é uma decisão serena e ponderada sobre fatos e fruto de uma reflexão que comprehende todo o sistema tributário brasileiro. Enquanto ele estiver assim, enquanto ele for excessivo para o povo brasileiro, eu não voto aumento de tributo ou criação de novos tributos no nosso País.

Agradeço o Senador Paim pela benevolência do tempo concedido e desejo aos colegas e a todos que conosco trabalham esta Casa um bom fim de semana, extensivo a todo o povo brasileiro e, em especial, a meus conterrâneos acreanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conforme entendimento feito, passo a palavra para o Senador Heráclito Fortes, mediante o acordo que ele fez com o Senador Mozarildo Cavalcanti e com o Senador Adelmir Santana.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero voltar a um assunto que estorrece o País todo. Trata-se exatamente das denúncias feitas por ex-diretores da Anac com relação à venda da Varig.

O Senador Paulo Paim, que está presidindo a Casa, é testemunha do que nós tentamos fazer na Comissão de Infra-Estrutura, no sentido de salvar uma companhia aérea que representava, acima de tudo, um símbolo brasileiro nos céus do mundo afora. O Senador Paulo Paim, como brasileiro e também como gaúcho – sendo aquela empresa um orgulho do seu Estado –, juntamente com o Senador Pedro Simon, propuseram a criação de uma Comissão Mista para a análise da situação em que a empresa se encontrava. Fizemos umas 10 reuniões, mais ou menos – não é isso, Senador Paim? –, com a participação da então Deputada Yeda Crusius e da Bancada do Rio Grande do Sul em peso.

Mas pelo menos eu notei, desde aquela época, que qualquer esforço que fizéssemos seria inútil, porque a sorte da companhia já estava lançada. Como sempre, as pessoas do Governo chamadas pelo Senado para prestar esclarecimentos a esta Casa vieram e não acrescentaram nada. Não trouxeram clareza para os fatos que intrigavam a mim e, quero crer, a vários companheiros.

Hoje se sabe – e isso é grave – que um advogado de grande influência, de influência pessoal, compadre do Presidente da República, estava por trás, traçando o fim de um orgulho brasileiro, que era a Varig, para atender interesses que até agora ninguém sabe quais são. Aliás, Senador Adelmir Santana, se examinarmos a digital desse advogado em processo de aviação no Brasil, vamos ver sua marca a começar pela Transbrasil, em que esse advogado era tido como um dos grandes padrinhos e protetores, e que perdura até hoje. Se nós examinarmos o hangar da Transbrasil em área da Infraero, veremos que continua abandonado em Brasília, em São Paulo e no Rio. As ações judiciais estão todas engavetadas, e quem toma prejuízo com isso é a Infraero. É hora de esclarecer também esses fatos.

Quem é que vai pagar, Senador Paim, o estacionamento daquelas aeronaves que, para tristeza nossa, vemos deteriorando-se pelas intempéries nos aeroportos de Brasília e de São Paulo?

É preciso clareza sobre o que aconteceu também no caso Transbrasil. Por que não houve ainda uma ação efetiva para retomada dos hangares, uma vez que o crescimento da aviação no Brasil é considerável, e uma vez que, evidentemente, quero crer, outras companhias desejam fazer a ocupação daquelas áreas?

Mas esse caso, Senador Paulo Paim, da Varig é o mais grave de todos, porque, se for verdade o que a imprensa traz, pelas denúncias de uma ex-diretora, a interferência direta do Palácio do Planalto numa agência reguladora, além de inoportuna, é criminosa.

A manipulação de fatos não pode, Senador Geraldo Mesquita, ficar sem uma explicação. Daí por que eu acho que os aloprados que estão protegendo a Ministra Dilma Rousseff, querendo blindá-la para ela não vir ao Senado, estão cometendo um grande erro, como o que fizeram recentemente na questão dos cartões corporativos. A Ministra já declarou que nada tem a ver, que os fatos não são verdadeiros. Pois que venha ao Congresso Nacional e preste esclarecimentos, mostre que a verdade está a seu lado, e aí poderá tirar das costas esse peso de suspeita que pesa hoje infelizmente sobre ela, porque, na verdade, a denúncia partiu de uma ex-diretora, mas, posteriormente, já tem a confirmação de mais dois ou três diretores.

Eu era Presidente da Comissão de Infra-estrutura na época da sabatina. A prática da vida lhe ensina a conhecer mais ou menos as pessoas no primeiro momento, no primeiro contato. E, quando li notas de jornais, há dois ou três meses, acusando o Coronel Veloso de ter cometido algum ato ilícito nesse episódio, discordei, protestei, a meu modo, tratando com as pessoas certas, porque não via, de maneira nenhuma, naquele militar, com quem tive a oportunidade de conversar algumas vezes, nenhuma vocação para esse tipo de comportamento. O Sr. Veloso talvez fosse, de toda a diretoria, o que mais ou quem sabe o único que entendesse realmente de aviação. Um militar respeitado, conceituado e, de repente, sofrendo acusações.

Agora, os fatos vêm à tona. E quando a gente vê o contexto do episódio, baseando-se no comportamento permanente de alguns membros do Partido dos Trabalhadores, chega-se à conclusão de que, lá atrás, esse homem pode ter sido vítima de pressão e de chantagem porque não atendia a algum desses interesses contrariados. É lamentável que esses fatos ocorram numa parte sensível da economia brasileira, que é o setor aéreo.

Senador Geraldo Mesquita, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Heráclito, eu já ouvi do nosso querido amigo Senador Paim, que é conterrâneo da Ministra Dilma, a afirmação de que se trata de uma pessoa séria, correta. Acho que até por isso deveria voltar a Ministra, que foi tão bem tratada aqui quando da sua última vinda ao Congresso Nacional. Caberia à Ministra a visita, neste e em qualquer momento. Autoridade, quando é posta numa condição como essa, havendo fundamento ou não, deve se apressar a prestar esclarecimentos, não só ali no *briefing* da notícia, ao lado do seu gabinete, mas vir onde deve vir: ao Congresso Nacional. Eu aguardo duas iniciativas da Ministra. É aquela história: quem não deve, não teme, Senador Heráclito. Eu ficaria muito tranquilo e feliz se a Ministra tomasse duas atitudes. Primeiro, abandonando essa estratégia meio desparafusada daqui, da sua base de apoio no Congresso Nacional, se colocasse voluntariamente para vir ao Congresso Nacional conversar com os Senadores e dar explicações. Todos nós devemos explicações quando somos colocados em situações atravessadas, Senador Paim. Não estou aqui afirmando nem inferindo qualquer responsabilidade e qualquer ato que tenha sido cometido pela Ministra. Mas surgiu, o fato veio a público, eu acho que é um dever nosso – seu, do Senador Paim, do Senador Mozarildo, do Senador Adelmir, meu, de toda pessoa pública: surgiu alguma inferência, tem que vir a público, no foro exato e com-

petente, para dar explicações. A outra iniciativa que eu espero da Ministra, que me deixaria também muito tranquilo, é uma interpelação judicial dela em face dessa senhora, Denise. Enquanto essa interpelação não surgir, Senador Heráclito, não for protocolada, eu vou ficar intranquilo. Porque eu já fui alvo de acusação leviana, safada, e interpelei quem me fez judicialmente. É assim que a gente procede. Enquanto a Ministra não tomar essas duas atitudes, ou seja, passar por cima dessa articulação meio doida que o pessoal às vezes arma aqui, dá a entender que querem defender... Defender de quê, rapaz? Tem que defender não. Tem que receber a Ministra com todo o respeito, como ela sempre será recebida nesta Casa, para que ela venha aqui conversar. Isso é da prática democrática, não é? É um assombro isso aqui no Senado! Aliás, quando eu cheguei aqui, eu soube que tinha sido decretada... O Senado assim, de forma... Não tem nada escrito, mas aqui, desde que cheguei, é proibido se convocar uma autoridade. O requerimento de autoridade cria um *frisson*, corre todo mundo e se diz: "Não, vamos transformar isso aqui em um requerimento de convite". Rapaz, que absurdo um negócio desse! A convocação é algo previsto na Constituição, no nosso Regimento, Senador Paulo Paim. Não há nada de ofensivo em você convocar uma autoridade para vir aqui no Congresso prestar declarações ou conversar sobre o tema de sua pasta ou seja lá o que for, não é? Mas aqui se estabeleceu, sem nada escrito, que é proibido convocar autoridade, como se aqui só houvesse moleque. Então, querido Senador Heráclito Fortes, eu aguardo de parte da Ministra essas duas atitudes: primeiro, colocar à disposição, marcar com a Comissão de Infra-estrutura uma data para que se venha aqui falar sobre mais esse episódio. E aqui eu me estribo no pronunciamento do próprio Senador Paulo Paim, que, por mais de uma vez, já me disse que a Ministra Dilma é uma pessoa séria, correta. Pronto. Para mim, a palavra do Senador Paulo Paim é um decreto. Então, não há o que temer. A Ministra vem aqui, conversa, já veio de outra vez. Tudo normal. O mundo não caiu, a bolsa não caiu, nem subiu. Nada acontece. É só isso. E a outra providência que eu aguardo da Ministra, na verdade, é que ela protocole uma informação judicial para a moça que lhe fez acusações seriíssimas e pesadas. É inadmissível que uma pessoa na posição da Ministra Dilma ouça e colha uma denúncia como essa sem interpelar judicialmente a pessoa que a formulou. São as duas providências, Senador Heráclito, que eu aguardo de S. Ex^a a Ministra Dilma Rousseff.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a e acho que a Ministra Dilma não deveria esperar ser chamada, não. Ela deveria repe-

tir o que fez o Ministro Nelson Jobim, que, ao tomar conhecimento de um debate que houve nesta Casa onde pesavam acusações sobre transporte ilegal de armamentos para a Venezuela, acusação trazida pelo Senador Arthur Virgílio, marcou, na mesma data, de vir ao gabinete do Presidente do Senado, com a presença dos Líderes e dos interessados sobre a matéria, para prestar esclarecimentos. Caso não fosse satisfatório, estaria à disposição, aí sim, para ser convidado.

Esse é um episódio clássico de um país que preza pela democracia, e, de repente, os que combatem a vinda da Ministra Dilma são os mesmos que defendem o parlamentarismo. Não sabem então que, no parlamentarismo, o parlamentar, que é ministro, está sempre à disposição da Casa e presta esclarecimentos a qualquer momento.

Eu quero lembrar, Senador Paulo Paim, que esse caso é um pouco diferente do caso do dossiê. O caso do dossiê não envolvia cifras, não envolvia valores. Esse caso não envolve valores; o dinheiro público é a suspeita, uma vez que essa transação feita, se tem a interferência do Governo, precisa ser esclarecida.

Senador Eurípedes, eu queria que V. Ex^a, que ocupou esta Casa substituindo o Senador Cristovam Buarque, que é um homem que preza pela ética, que sabe fazer conta, queria que me explicasse como pode uma empresa ser vendida por R\$24 milhões – junto com a empresa de manutenção da Varig, os hotéis da rede Tropical, VarigLog e Varig – e ser revendida, sete meses depois, por R\$320 milhões, somente a Varig. Que conta é essa? Que contabilidade é essa? Que crescimento foi esse? Isso precisa ser explicado. Uma criança, na sua inocência, quer esclarecimento. Pode ser que haja erro nisso, pode ser que as empresas tenham sido fracionadas, mas por que esse mistério? Por que não há transparência? Não se abre um jornal para ter uma comunicação, para ter um fato relevante, explicando esses fatos...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concedo o aparte, em primeiro lugar, ao Senador Adelmir Santana. Em seguida, eu o concederei a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Heráclito Fortes, eu queria aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a, que quero louvar, que faz referência à questão do uso de estacionamentos, como também se refere à forma como essas empresas foram liquidadas, para rememorar que talvez a origem dessas questões esteja exatamente na interferência do atual Governo no processo das agências reguladoras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a tem toda a razão.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Essas agências foram criadas, no Governo passado, objetivando fazer o controle das relações fora do âmbito do Governo, entre consumidores, empresários e o mundo capitalista. Na verdade, o que se percebe é que essas agências passaram a ter reuniões com o Governo, quando elas deveriam ser independentes, tanto do ponto de vista financeiro quanto do de decisão, inclusive com mandatos divergentes dos mandatos dos governos eleitos, porque elas são maiores, do ponto de vista da regulação, do que o próprio Governo. O que se percebe hoje é que essas agências não foram bem absorvidas neste Governo no que diz respeito ao papel que elas têm como organismos reguladores. Então, tudo isso ocorre exatamente porque foi diminuída a presença dessas agências, porque se retirou delas o poder da regulação. Há poucos dias, esteve aqui o nosso Presidente da agência reguladora de petróleo, falando de reuniões no Palácio, reuniões com esse ou com aquele, não sabendo, inclusive, dizer com quem tinham sido as reuniões, quando, na verdade, essas agências, na sua criação, tinham como filosofia ser maiores do que o governo de plantão, vamos dizer assim...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Serviriam ao Estado.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Ao cidadão, a todos nós, e não aos governantes. Então, eu acho que todos esses acontecimentos têm ampla ligação com esse processo de descredenciamento das agências reguladoras, que são muitas. Nós temos visto que poucas delas, talvez uma ou outra, a de energia, a que está ligada também à telecomunicação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu acho que a de energia é um bom exemplo.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – A de telecomunicações também é um bom exemplo. A Agência Nacional de Saúde é um mal exemplo hoje, a Anvisa não é um bom exemplo, a agência de que estamos tratando aqui, de aviação, também não é um bom exemplo, e é por isso mesmo que estão ocorrendo esses acontecimentos que V. Ex^a bem traz nesta manhã, e com preocupações. Associo-me, portanto, às suas preocupações dentro dessa direção. É preciso que a gente dê força a esse processo de regulamentação das agências reguladoras dos setores específicos da economia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Heráclito, eu não vou comentar mais a parte da agência porque o Senador Adelmir o fez com muita precisão. Na verdade, o que acontece – desculpem-me pela palavra – é que se está prostituindo uma instituição, essas agências reguladoras, com a politização, com a colocação, dentro das agências, de camaradas e não de técnicos para servirem ao Estado e ao cidadão. Mas quero voltar principalmente à questão da Ministra Dilma. Fico muito preocupado com acusações que às vezes podem não ser verdadeiras. Mas acontece que há um princípio da Administração Pública que é capital: quando um funcionário, por mais modesto que seja, está sob uma acusação, o que se faz? Afasta-se o funcionário e abre-se uma sindicância. Se ele for julgado inocente, volta a exercer suas atividades. O Presidente Itamar Franco deu um exemplo com o Ministro Hargreaves, que era um homem da sua intimidade. Houve denúncias contra o Ministro, o Presidente o afastou e mandou fazer os procedimentos de apuração. Comprovado que o Ministro não teve culpa, retornou. Agora, a Ministra Dilma, aliás, sucessivos Ministros do Presidente Lula são acusados e acontece como naquela música: fulano é isso, mas não importa, porque ele é meu amigo; beltrano é aquilo, mas não importa, porque ele é meu amigo; o outro fulano é mais do que aquilo, mas não importa, porque ele é meu amigo. O Presidente Lula tem de mudar essa postura e não tem de esperar que se faça a denúncia no Senado, na Câmara, na imprensa. Se ele teve notícia de algo equivocado, ele tem de mandar apurar imediatamente e de maneira clara e transparente, para que o povo todo saiba. Quero, portanto, aplaudir V. Ex^a pela denúncia e pelo alerta que faz neste momento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Presidente Lula vive um momento extraordinário de popularidade – reconheçamos isto –, mas a questão não é essa. Acho apenas, Senador Paim, que o Presidente Lula devia seguir o ensinamento do ex-Governador de Pernambuco e ex-Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, que viveu um auge de popularidade, de poder. Dizia que o homem público tinha de dormir com um alfinete no criado-mudo, na cabeceira da cama, e todo dia dar uma espetadela no corpo para sentir que a dor é a mesma de qualquer ser humano. É um bom começo de dia. É preciso que essa lição seja seguida.

Mas, meu caro Senador Paulo Paim, a Ministra Dilma, para preservar a sua autoridade, a sua imagem, a sua autonomia, precisa esclarecer a situação. O Ministro José Múcio, que é um homem discreto, equilibrado, mede as palavras, é hábil – vamos reconhecer –, Parlamentar, disse, com todas as letras, em uma entrevista, que esse episódio é produto de um

ressentimento. De quem? É preciso esclarecer quem é o ressentido ou quem são os ressentidos e por que estão agindo dessa maneira.

Aliás, no primeiro episódio envolvendo a Ministra Dilma, eu disse aqui que havia um processo chamado queimação de fogo amigo. Era preciso descobrir quem era o lança-chamas. Ele existe, mas isso não anula nem diminui a gravidade do fato. Se denunciado por fogo amigo ou por inimigo, é outra questão. Mas não podemos desviar o foco desse assunto. O que precisamos é de apuração, até porque há uma necessidade do próprio Presidente Lula de preservar a sua Ministra, a quem ele escolheu para ser, como ele próprio chama, a mãe do PAC e que tem sobre a sua mesa e sob a sua responsabilidade o destino de bilhões de reais desse programa.

A ser verdade, a haver dúvida, pairará sobre a Ministra a desconfiança, e ela não poderá dar andamento ao seu projeto com a tranquilidade e a firmeza que a função exige. Esse é um assunto que precisa ser esclarecido.

Senador Arthur Virgílio, não tem jeito para a Oposição brasileira. A Oposição brasileira não se emenda. Eu estou ficando desesperançado. Nós não temos oportunidade de criar uma crise para este Governo, é o próprio Governo que cria todas. A denúncia de onde é que sai? De dentro do Governo, do seio do Governo, de assessores ou de ex-assessores. Essa gente precisa dar uma chance a nós oposicionistas, que estamos aqui tentando cumprir o nosso papel. E eles não deixam!

Vamos ver qual vai ser a próxima crise – certamente, denunciada por eles. E nós estamos pegando o bonde andando. Não há, nesses seis anos de Governo Lula, uma crise denunciada pela Oposição. Deixem de ser ambiciosos, vocês já têm o Governo, vocês já tem o cofre, têm a máquina! Deixem a Oposição exercer o seu papel! Nem isso, nem isso eles querem! Ocupam os espaços de maneira pouco ética, é verdade; mas a verdade é que ocupam um espaço que é da Oposição. Querem tudo!

Portanto, seria bom que houvesse um acordo. Deixem essas denúncias para a Oposição, gente! Se há ressentimento, como disse o Ministro José Múcio, vamos apurá-lo, vamos ver de onde partiu, vamos ver quem são os culpados. Agora, parem com isso! Deixem a Oposição trabalhar, pelo menos.

Senador Arthur Virgílio, encerrei o assunto, mas quero perguntar a V. Ex^a se assistiu a uma entrevista do Governador Aécio Neves dada a Miriam Leitão, na Globo News. Perfeição de entrevista, mostra, com clareza, a ambição e os erros do Partido dos Trabalhadores em relação ao caso de Minas Gerais, que

aquilo é um retrato, é uma amostra do que acontece no Brasil. Entrevista equilibrada, sem rancor, sem... Muito positiva. Mostra o amadurecimento de um Governador ainda jovem, que assume a responsabilidade de governar um Estado como o de Minas Gerais, transforma os números econômicos, cria perspectivas e é capaz de fazer uma aliança administrativa com um adversário – no caso, o Prefeito de Belo Horizonte –, visando a aspectos administrativos em prol do Estado. E a ambição pelo poder tenta impedir!

É muito interessante, Senador Mozarildo. Se V. Ex^a não assistiu e todos os que estão nos ouvindo neste momento, recomendo que a assistam. Faz bem à democracia ver, neste momento, uma entrevista daquela natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus colegas Senadores que estão no plenário, estou seguindo a ordem de inscrição. E o Senador Arthur Virgílio, nesta lista, antecede os senhores. Então, tenho que chamá-lo, seguindo o Regimento Interno; em seguida, pelo acordo feito, falaria o Senador Adelmir Santana e, depois, viria o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Falei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Falaria e falará.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem 20 minutos como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, antes de mais nada, trato de assunto do meu Estado e da minha região, da região do Senador Geraldo Mesquita e do Senador Mozarildo Cavalcanti, que está angustiando as pessoas porque está dando a sensação de que elas não fazem parte do País a partir de portaria do Ministério da Justiça e de atitude do Ministério Público Federal.

Na Amazônia, pelo menos por enquanto, a paixão pelo futebol desmente em parte o ditado popular de que nada no Brasil é mais realista que o rei. Por conta disso, as populações do norte se colocam em situação parecida com a de quem vai para a guerra; no caso, ainda bem que uma guerra pacífica e sem armas. O que se pretende é apenas a transmissão de jogos de futebol ao vivo, seja do Brasileirão, seja da Libertadores, seja dos amistosos da Seleção Brasileira, como o do próximo dia 18, contra a Argentina, em Minas.

No momento, isso é impossível, em decorrência da obrigatoriedade da classificação indicativa de horários para efeitos de veiculação de programas de televisão. Como no norte o horário legal não coincide com

o de Brasília, os jogos de futebol só são exibidos em gravação, no final da noite e no início da madrugada.

A Rede Globo, por exemplo, que tem na Rede Amazônica de TV a sua afiliada em cinco Estados da Amazônia, viu-se obrigada a veicular sua principal novela, chamada de “das oito”, a partir das 21h, hora local – 22h daqui –, por força do cumprimento dos critérios de faixa etária.

Ora, 21h é quase o horário do futebol às quartas-feiras. A única alternativa para a Globo, então, é gravar os jogos e exibi-los depois, mas muito mais tarde – estamos falando da Globo, Senador Adelmir –, após o programa tão concorrido e tão respeitado do prezado Jô Soares. Mas bem mais tarde entra, então, o futebol. Quer dizer, é cultura nacional a paixão pelo futebol. O grito de gol é retardado em horas lá.

Sempre que vou ao Amazonas, ouço dezenas de reclamações. E estou sabendo que os habitantes do Acre, Senador Geraldo Mesquita, extravasam o seu inconformismo de forma contundente, inclusive com telefonemas desaforados, porém direcionados erradamente, porque direcionados para a Rede Amazônica de Televisão, Senador Eurípedes, que não tem qualquer culpa pelo que está ocorrendo.

A Amazônia, antes uma área não-inserida no conjunto do País, hoje passa novamente, sobretudo às quartas-feiras, a se sentir novamente desligada, e logo no futebol, que é o esporte nacional por excelência! A verdade é que os moradores do Amazonas, do Acre, de Rondônia, de Roraima bem como os de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul sentem-se, sobretudo quando é quarta-feira, novamente desligados do Brasil.

Não foi sem muito esforço que minha região conseguiu antenar-se ao restante do País; foi graças a muito esforço de empreendedores que investiram capitais e talento para criar na área uma eficiente rede de televisão. Assim é a Rede Amazônica, conduzida pelo jornalista Phelippe Daou.

Por tudo isso, Sr's e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa projeto de resolução propondo alteração nos critérios atuais, sem ferir a legislação que regula a exibição de programa de televisão e outros, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. A dúvida da minha assessoria é se nós podemos efetivamente apresentar esse projeto de resolução, porque talvez não coubesse uma resolução alterando portaria de Ministério. Se houver o impasse técnico, não faremos o projeto de resolução.

Mas quero demonstrar a disposição nossa de ir até o final para evitar uma situação esdrúxula, uma situação absolutamente grotesca, como se no horário da tarde não houvesse cena picante, ou como se não coubesse aos pais cuidar do que é mais justo

para seus filhos, como se tivéssemos aquela figura do Estado stalinista, que diz o que é bom e o que é ruim para os seus filhos.

Tenho filhos de todas as idades. Tenho filho de 28 anos, tenho filha de 23, ambos me deram netos – ela, até antes do que ele. Tenho filho de 16 e tenho filha de 13. Não consigo mais dizer à minha filha de 13 o que ver ou o que não ver. Confio no discernimento dela, na educação que recebe, mas ela é absolutamente dona da... Vou fazer o quê? Ela lê o que quer ler, ela vê o que quer ver. Não vou supor que eu vá criar agora um departamento familiar de censura, à moda do que acontecia no regime de força no País. E entendo que é injusto.

Muito bem. Estou certo de que as populações do norte precisam ser resarcidas dessa – e temos que ter todas as precauções, sim, com a proteção à infância e à juventude – defasagem que é absolutamente grotesca, absolutamente imperdoável, porque retorna àqueles tempos em que se gravava. Hoje, nas feiras internacionais de tecnologia da área, não se encontra mais nem material para gravação desse tipo. Ter que gravar para passar horas depois.

Eu, por exemplo, brinco muito com meu filho que mora em Manaus e brinco muito com outros amigos fingindo que estou informando o resultado do jogo de futebol para eles. É claro que eles sabem o resultado, porque quem tem TV a cabo sabe. Então, penaliza os pobres; penaliza os mais pobres, os menos afortunados.

Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, muito oportuna a presença de V. Ex^a com este tema na tribuna.

(Interferência sonora.)

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Como eu estava dizendo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pensei que fosse censura, mas vi que era o celular mesmo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu também, porque, um dia desses, recebi um e-mail de um ouvinte do Sul do Brasil, por sinal, dizendo que, coincidentemente, na hora em que eu fazia algumas críticas ao Governo Federal, o sinal da TV Senado desapareceu. Mas creio que foi coincidência, como agora com V. Ex^a, com o celular. Mas eu estava falando a V. Ex^a que é muito oportuno o tema que V. Ex^a traz. É mais uma discriminação contra a nossa região, propositada ou não, mas o certo é que é. É impressionante como ficamos privados, como V. Ex^a disse com muita sobriedade e com muita oportunidade, em um dos pontos mais importantes que nós temos, até de

integração nacional, que é a televisão. Como V. Ex^a frisou, o empreendimento feito pelo Dr. Phelippe Daou na Amazônia, através da Rede Amazônica de Televisão, que realmente faz uma integração da Amazônia internamente e da Amazônia com o Brasil, está sendo prejudicado grandemente. Entendo que esse requerimento que V. Ex^a faz merece ter o apoio unânime da Casa, porque não podemos realmente passar por mais essa punição e também nos classificar, como disse V. Ex^a, como se fôssemos cidadãos que não tivéssemos condição de julgar o que é bom ou o que é ruim, o horário adequado disso ou daquilo. Portanto, parabéns, e solidarizo-me com V. Ex^a sobre este tema.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mozarildo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mozarildo.

Não sei se é um projeto de resolução, mas imagino que caiba uma atitude da Casa, uma atitude legislativa, para coibir esse erro, esse equívoco praticado em relação às populações da minha região.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar o tempo que me resta para trazer outro assunto que julgo relevante, mas, antes, eu não poderia deixar de fazer coro com o Senador Heráclito Fortes em relação à vida tumultuada que passou a ser vivida pela Ministra Dilma Rousseff.

A Ministra veio aqui, à Comissão de Infra-Estrutura, falou muito do seu passado guerrilheiro, foi evasiva e não foi sincera quando se referiu ao episódio do dossiê montado para intimidar as oposições, valeu-se de uma tropa de choque... e bato na madeira três vezes, quatro, porque não acontecerá, nesta legislatura, mais CPI mista. Isto não acontecerá. Foi intolerável o que vimos lá. Aquele clima de algazarra, de gritaria, de besteira, de tolice, de falta de respeito ao Regimento, tudo isso para defender um carguinho aqui, um carguinho acolá, para fazer média com o poder e desmoralizando um instrumento essencial para a investigação e para a moralidade pública que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, as instituições estão sendo desmoralizadas umas após as outras. A última a ser desmoralizada foi a CPI.

Quero louvar aqui o papel correto da Presidenta Marisa Serrano. As oposições cumpriram o seu papel. Foram derrotadas, mas apresentaram um relatório sério, que haverá de ser investigado pelo Ministério Público e, quem sabe, dar frutos na justiça brasileira.

Mas o que nós queríamos não conseguimos, que era olhar as contas presidenciais. Não conseguimos. O que nós queríamos nós não conseguimos, que era fazer a Ministra se explicar em relação ao dossiê.

E, como a justiça divina anda mais rápida do que aquela que anda a cavalo, em seguida acontece a declaração da Dr^a Denise Abreu, que foi da Anac, pessoa de confiança do Governo – não venham dizer que ela é tucana, que ela é do DEM ou que ela é do PPS; ela é do Governo, pessoa do Governo. Se saiu, por que saiu, isso é problema deles lá. Saiu por causa do “apagão aéreo”. Ela fala claramente que a Ministra pratica tráfico de influência, o que seria motivo para demiti-la do Ministério, e alega ter como provar isso. Então, nós a trouxemos aqui. “Ah, o Governo agiu bem!” Não tinha mesmo como agir de outra forma. Se o Governo não fizesse isso, nós iríamos ouvi-la na Liderança do PSDB; nós iríamos ouvi-la no salão aqui; iríamos ouvi-la de algum jeito. Não tinha como impedir que nós a ouvíssemos. Ela quer falar e nós queremos ouvi-la. Ela tem o que dizer à Nação.

O fato é que a Ministra está numa certa linha de tiro, porque são muitas atitudes: é dossiê falso – é dossiê falso, não; é dossiê montado para intimidar as oposições –, agora é acusação de tráfico de influência, é a verdade proferida diante de uma comissão do Senado Federal. Chega um momento em que não adianta, não tem tropa de choque que resolva. Dr^a Denise vem aqui.

Outro dia, uma pessoa já me disse, um colega me disse: “Essa Dr^a Denise é desequilibrada.” Eu digo: “Pelo amor de Deus, não digam isso! Eu sou amigo de vocês. Não digam isso no dia da vinda dela aqui, porque, aí, eu vou ficar ainda mais apavorado com vocês do que já ando, porque se ela é desequilibrada, e vocês nomeiam a moça para cuidar de avião, para cuidar de Anac... Então, digam tudo, menos que ela é desequilibrada, porque ela cuida de avião...” Então eles colocaram gente desequilibrada para cuidar de avião?! Pelo amor de Deus! Aí, eu vou começar a desconfiar da sanidade de quem a nomeou. Então, não digam que ela é desequilibrada.

Vamos ouvir de maneira fria e ponderada o que ela tem de concreto para afirmar. Isso é o que interessa para nós. Então, aguardamos a quarta-feira para ouvir Dr^a Denise e começarmos a deslindar, se Deus quiser, mais essa negociação num País onde a negociação, a desonestade e a corrupção ficaram banais. Hoje em dia é como feijão e arroz,: ninguém se choca mais com corrupção. Não se choca! É o que faz parte já do cotidiano e, infelizmente, entramos em uma rotina muito lamentável. Mas o nosso papel, a nossa obrigação é fiscalizar e cobrar mil e uma vezes ou dez mil e duas vezes que esses casos sejam deslindados.

Muito bem. Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dois assuntos dominaram o noticiário na semana pas-

sada, a saber: a criação da Contribuição Social para a Saúde – CSS e a criação do Fundo Soberano.

Num primeiro momento, o Presidente Lula argumentou que a criação da CSS seria uma iniciativa exclusiva do Congresso. Está sendo insincero o Presidente. Ele está louco pela aprovação do projeto, apenas não quer o desgaste popular, porque ele parece eternamente candidato. Não enfrenta as dificuldades diante da opinião pública. Quer sempre passar a responsabilidade para os outros.

Seria uma iniciativa exclusiva do Congresso para suprir a falta de recursos para viabilizar a aprovação do projeto de lei que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, que define, entre outras coisas, em caráter permanente, os recursos para aplicação nos serviços de saúde por Estados, Municípios e União.

Falta dinheiro para a saúde coisa alguma. Há excesso de arrecadação. Há corrupção demais. Sem corrupção e com excesso de arrecadação, dá para realocar recursos para a saúde e fazê-la funcionar se houver gerência, que é outra coisa que falta no País.

Pelas declarações do Presidente Lula, isso seria uma iniciativa dos Congressistas. Nada disso partiria do Poder Executivo. Mas o que vemos hoje é um grande número de Ministros se movimentando para aprovar a proposta, sem contar as ações dos líderes e membros da base governista brigando pelo novo tributo. É um indicativo exclusivo de que o Governo do Presidente Lula se recusa a assumir publicamente a paternidade de um imposto que ele jurou jamais tentar recriar. É mais uma vez o povo brasileiro arcando com essa já elevada carga tributária, porque este Governo gosta muito de aumentar tributos, gosta de arrecadar, mas não se preocupa com uma disciplina nos seus gastos.

Veja você, cidadão que nos assiste, quero didaticamente tentar esclarecer isso para o eleitor brasileiro. O Presidente Lula argumenta que não tem recursos para aprovar o projeto que eleva o volume de recursos para a saúde, mas deseja criar o Fundo Soberano.

E o que é Fundo Soberano? Inicialmente, a idéia era financiar empresas brasileiras no exterior e também abrir escritórios do BNDES no exterior, mediante a alocação de recursos da ordem de US\$15 bilhões. Mas aí surge a pergunta: qual a razão para isso, se a taxa de juros no mercado internacional é muito mais baixa do que a nossa, que ontem chegou a 12,25% ao ano? E mais: isso não é para criar empregos no exterior? Por que não se usa o nosso dinheiro para criar empregos aqui no Brasil para os brasileiros?

Assim começa a ficar mais fácil de entender. O Governo quer criar mais um tributo para financiar empregos para estrangeiros na Europa e nos Estados Unidos da América, mas não tem recursos para

financiar a saúde do seu povo. Para isso não tem dinheiro. Realmente é um absurdo e nós não podemos concordar com isso.

O Ministro da Saúde está tão empenhado na criação da nova contribuição que até já definiu os projetos para os quais serão direcionados os recursos adicionais, conforme bem definiu esta semana, em seu *blog*, o atento jornalista Josias de Souza.

Também fica evidenciada a incoerência do Governo mais uma vez. Ao mesmo tempo em que encaminha ao Congresso uma nova proposta de reforma tributária, ele incentiva sua base a criar um novo tributo. Veja o povo brasileiro que incoerência tão explícita: se a proposta de reforma tributária propõe acabar com as contribuições, qual a razão de se criar mais essa? Então, o Governo não quer fazer reforma tributária, quer aumentar a carga, isso sim.

Mas, muito bem, Sr. Presidente. Oficialmente, o Governo diz não ter nada a ver com a recriação da CPMF; seria coisa do Congresso. Mas isso é lorota. O Deputado Pepe Vargas, do PT do Rio Grande do Sul, Relator da emenda que inclui a ressurreição da CPMF, reconhece: “A gente utiliza basicamente técnicos da Câmara. Mas, obviamente, como temos muitos contatos com técnicos do Governo, informalmente pedimos ajuda”. E acrescenta: “São pessoas muito qualificadas que têm nos auxiliado. Tudo em caráter extra-oficial”.

Os Partidos de oposição – PSDB, DEM e PPS – e os independentes, que são muitos da Base do Governo, o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Mão Santa, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Geraldo Mesquita, para citar alguns. E teremos mais votos: o Senador Delcídio Amaral disse que não vota a CPMF; o Senador Gerson Camata também; o Senador Renato Casagrande falou que votou da outra vez e não vota a CPMF; Senador Osmar Dias, que igualmente é um homem de palavra, declarou que não vota a recriação da CPMF. Então, aqui não passa. Sob forma nenhuma, aqui não passa. E é bom que tirem literalmente o cavalinho da chuva, porque aqui não passa a recriação do novo imposto.

Se aprovada, a velha nova contribuição propiciará ao Governo uma coleta adicional de R\$10 bilhões por ano. Só para começar, Temporão diz que precisa de pelo menos R\$6 bilhões para 2008 – estou dizendo: fim da corrupção, melhor gerência e priorização da saúde, porque excesso de arrecadação tem havido –, dinheiro que terá de ser providenciado pelo Governo, se acontecesse a aprovação, o que não permitiremos aqui no Senado, já que o projeto a ser votado no Congresso prevê que a cobrança da CSS só vai começar em 1º de janeiro de 2009. Então, eles teriam de arranjar dinheiro este ano de qualquer jeito sem a CSS.

O Congresso tem de acordar para essa triste realidade a que foi submetido por esse Governo. Pesquisas de opinião recentes mostram a popularidade do Presidente em franca ascensão. Por outro lado, a imagem do Legislativo e de seus membros está em baixa permanente.

E os Congressistas têm sua cota de contribuição para isso. Ontem, por exemplo, num final melancólico, foi encerrada a CPMI dos Cartões Corporativos. O parecer do relator aprovado na Comissão não indicia ninguém. Será que ele achou regulares as operações com cartões realizadas por vários ministros do atual Governo, conforme foi amplamente noticiado nos últimos meses?

Sinceramente, não dá. Não dá mais para o Congresso ser conivente com isso.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Temos de melhorar a nossa imagem. Enquanto o Congresso e seus Membros se enterram com atitudes como essa, o Governo Lula flana na popularidade. Temos de reagir.

Não podemos mais ser coveiros de falcatruas do Poder Executivo. E agora mais essa: criar um novo tributo. E o Presidente dizendo que não é com ele, embora esteja louco pelo dinheiro.

Sinceramente, Sr. Presidente, o Brasil precisa avançar. O Presidente Lula precisaria ter uma visão de estadista, inclusive sabendo empenhar a sua popularidade; desgastar a sua popularidade, consumir a sua popularidade em gestos até impopulares no início, mas que sejam bons para o País.

Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Meu Líder, eu queria fazer um aparte ao pronunciamento de V. Ex^a na mesma direção do que fiz ao pronunciamento do Senador Mesquita. Na verdade, temos de fazer uma retrospectiva sobre a criação dessa contribuição, a CSS, contribuição sem sentido. Se fizermos essa retrospectiva, lembrando – e fiz isso hoje pela manhã – o nosso Jatene, compreendímos naquela época e havia um verdadeiro clamor, e ele soube convencer a todos nós, o Parlamento e a população em geral, da necessidade da complementação de recursos para a área da saúde. A CPMF começou com uma lista pequena, foi crescendo, e na verdade aqueles recursos não foram integralmente destinados à complementação da questão da saúde. O que está em jogo? Primeiro, a própria forma como se está criando essa nova CPMF. Ela recebe hoje, inclusive, críticas de Parlamentares da base do Governo, porque é uma contribuição. Se nós atentarmos, todas essas contribuições, que também

são tributos, deveriam ser criados por uma forma de alteração constitucional...

(Interrupção do som.)

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – ... e vêm de uma forma que não está sendo aceita pelos Congressistas. E hoje começa com 0,10%, amanhã pode chegar novamente a 0,38%. Na hora em que derrubamos aqui a CPMF, foi aumentado o IOF e a CSLL para compensar. Há excesso de arrecadação. Então, na verdade, o que está em jogo, na minha visão, é não regulamentar a Emenda 29, que nós aprovamos aqui, que define claramente os percentuais que cabem a Município, Estado e União empregar na área da saúde. Ao fazer-se isso, com o excesso de arrecadação, efetivamente não precisamos de novos tributos, seja imposto ou contribuição, para complementar os recursos para a saúde. O que falta é definir claramente uma decisão política das fontes que devem financiar a saúde nesse instante, e, ao se regulamentar a Emenda 29, isso fica claro, fica muito evidente ao definir os percentuais para os entes federativos na aplicação da saúde. Congratulo-me com V. Ex^a por trazer essa matéria nesta manhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Adelmir Santana.

Eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, um minutinho mais para concluir, porque eu quero responder ao aparte do Senador, que, com a acuidade de sempre, me traz aqui uma perspectiva muito inteligente em contribuição ao meu discurso. Veja só, Senador: essa história de driblar. Deveria ser emenda constitucional. Dribla, achando que, por essa via, chega às facilidades. Vai criando, inclusive, um sentimento muito negativo, de que esta Casa seria uma espécie de motel para atitudes rápidas do Governo Federal, como se não fosse uma Casa com independência, com altitude.

Nós precisamos mostrar que não há ninguém aqui disposto a se imolar, a se suicidar politicamente para colocar mais dinheiro para o Governo desperdiçar, sacrificando empresários, sacrificando a produtividade, sacrificando a competitividade sistêmica da economia brasileira.

Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte.

Como eu estava dizendo, Sr. Presidente – e eu encerro com este pensamento –, nós tivemos o exemplo do Presidente Fernando Henrique. Ele saiu desgastado do Governo, é verdade. Mas ele fez o País avançar. Desregularizou a economia, promoveu reformas, contrariou interesses.

O Presidente Lula manda uma reforma tributária por brincadeira. Fica aí o Deputado Palocci, que é um homem preparado, e o Deputado Sandro Mabel, para

cima e para baixo, feito lançadeiras no País, conversando sobre uma coisa que não vai acontecer. Porque, quando ele manda a reforma tributária – que tem defeitos, já vai dar para debater, li muito, ela tem muitos erros; a do Senado é melhor do que a do Governo –, no mesmo momento, diz que quer acabar com as contribuições e, em seguida, manda uma contribuição para arrancar mais dinheiro do contribuinte. Qual é a solução que o Governo vê como fácil? Porque o Governo é de soluções fáceis. A solução justa seria cortar gastos e ser formiga e não cigarra. A solução fácil é aumentar impostos, é meter a mão no bolso do contribuinte brasileiro. É a solução mais fácil.

Então, o Presidente Lula não entra em bola dívida; ele não manda as reformas para cá. Ele quer manter a popularidade. Eu acredito piamente que ele não quer terceiro mandato, acredito na sua convicção democrática, mas então ele quer ser “miss simpatia”. Ele quer ser, já que não é bonito, “miss simpatia”. Não há isso no concurso de Miss Brasil? Eles pegam a que não é tão bonita e dizem: “Você é a Miss Simpatia.” Nenhuma delas vai lá para isso. Todas elas vão lá para brigar pelo cetro. Imagine chegar para o Guga Kuerten, que foi campeão mundial de tênis tanto tempo, e dizer: “Guga, você não vai ser campeão de Roland Garros, você vai ser miss simpatia do concurso.” Pelo amor de Deus! Ele diria: “Eu não quero, esse tipo de cetro não me interessa.” Mas o Presidente parece que quer. Deveria usar a sua popularidade para mandar para o Congresso uma reforma de verdade, que fizesse o País avançar. Não importa com quanto de popularidade ele saísse, desde que o Brasil saísse mais preparado para enfrentar os seus destinos.

Portanto, Sr. Presidente, eu firmo aqui um compromisso muito claro: no meu Partido ninguém vai tocar nesse assunto, nem governador, nem prefeito, ninguém. Não vai ter ninguém! Quem já morreu do meu Partido não vai aparecer em sessão espírita, não vai ter ninguém que tenha a ousadia de vir falar novamente para aprovar a CPMF aqui.

Eu espero não passar mais por problemas e aborrecimentos que tive naquele episódio. Essa é uma decisão muito clara. Minha bancada vai estar una, unida, e ela vai votar inteira contra essa contribuição, se passar pela Câmara, muito nitidamente. E nós vamos mobilizar a opinião pública, vamos à sociedade. A sociedade tem de se mobilizar. Nós não podemos admitir que essa tunga permaneça impune.

Então, a única forma de mostrar que existe Congresso, Poder independente, seja sob que forma chegue aqui o tal imposto, é nós dizermos não com qualquer maioria que o Governo julgue de aprovação. Quarenta e nove Senadores eles não teriam mesmo. Não terão

41. Nós não vamos permitir que passe o imposto aqui, porque nós não aceitamos mais que o povo brasileiro continue sendo ultrapassado nas suas expectativas, porque simplesmente o Governo acha que deve fazer da economia um saco sem fundo. Precisa de dinheiro, cria mais imposto, mete a mão e fica desperdiçando uma ocasião de ouro da economia mundial, quando nós podíamos ter crescido tão mais e tão melhor.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se fosse possível conceder o aparte ao Senador Mozarildo, eu concederia e encerraria o discurso com a resposta a ele.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Só para falar sobre a famosa CSS, que o Governo chama de Contribuição Social para a Saúde e que na verdade estamos chamando de “comedor do seu salário”, porque vai comer o salário do cidadão mais pobre principalmente. Na verdade é uma CPMF com pele de cordeiro. Fizeram algumas bondades modificando a faixa sobre a qual incide, tirando aposentados e pensionistas, mas novamente mentindo ao povo, dizendo que quem não utiliza cheque não paga esse imposto. Paga, sim; vai pagar cumulativamente. Então eu fui contra e vou continuar contra. Quero lutar mais ainda para que nenhum outro imposto seja criado ou aumentado neste País.

O SR. ARTUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, respondendo ao Senador Mozarildo: primeiro, mexe sobretudo com quem não tem cheque. Aliás, falando dos mais pobres, a inflação, que está em torno de 5% e ameaçando subir, para os mais pobres é diferente. No preço dos alimentos é alguma coisa do tipo 11%; para os mais pobres está indo de 8% a 9%. O mais pobre é o que paga mais duramente os reflexos da alta dos preços. É muito grave mesmo.

E temos de dizer outra coisa: para mim, não sei nem se o Governo quer de fato aprovar isso. Não sei se quer aprovar isso! Tenho dúvidas até se ele quer mesmo aprovar a CSS, porque sabe que terá uma guerra muito grave aqui no Senado. Para mim, ele talvez queira um impasse: “Não regulamento a Emenda 29, portanto não dou mais recursos para a saúde porque não aprovaram no Senado a matéria.” E fica naquele jogo meio safadinho – um jogo meio safadinho! – de colocar a opinião pública supostamente contra o Parlamento.

Mas o fato é que pode fazer o jogo que quiser, mas aqui não vai passar.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem. Parabéns, Senador Arthur Virgílio, pelo brilhante pronunciamento.

Concedo a palavra, de imediato, ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu quero, nesta manhã, recapitular um acontecimento havido ontem. Ontem, o Distrito Federal comemorou os cinqüentas anos de fundação da cidade satélite de Taguatinga. E falar de Taguatinga, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é motivo de muito orgulho para mim. Foi lá onde morei os primeiros dias ao chegar a Brasília. E já se vão mais de quarenta anos, mais precisamente 44 anos.

Taguatinga é uma cidade satélite – para os brasileiros que não a conhecem –, criada em 1958, portanto, antes da inauguração de Brasília, dois anos antes da inauguração da nossa capital. Ela foi criada para abrigar os pioneiros que não encontravam mais lugar para ficar no Núcleo Bandeirante ou Cidade Livre – hoje, Núcleo Bandeirante, mas antiga Cidade Livre. Eram áreas descampadas que cederam lugar a vias e a quadras, constituindo-se numa das cidades satélites mais importantes de Brasília, a grande locomotiva econômica do Distrito Federal.

Lá, hoje, além de quadras e ruas, nós temos logradores importantes, como a Praça do Relógio, o símbolo daquela cidade, a Avenida Hélio Prates, a Avenida Comercial, a Avenida Sandu. É uma cidade, como eu disse, fundada em 1958, mais precisamente, no dia 5 de junho.

Em 1970, o Governador Hélio Prates, antigamente Prefeito Hélio Prates da Silveira, resolveu determiná-la, pelo Decreto nº 571, uma cidade oficialmente existente. Daí hoje ter uma das suas principais avenidas o nome do ex-Prefeito Hélio Prates da Silveira.

Desde seu surgimento, a cidade mostrou potencial de crescimento econômico e social. Em apenas seis meses de sua fundação, já existia uma infra-estrutura completa para seus moradores, com escolas, hospitais, estabelecimentos comerciais. Como eu disse, é efetivamente a grande locomotiva do Distrito Federal.

As primeiras famílias foram instaladas perto de um dos seus símbolos, a Praça do Relógio, que se tornou referência na cidade. Hoje, toda a cidade faz referência a esse símbolo recém-reinaugurado pela atual Administração do meu amigo, o Deputado Distrital Benedito Domingos.

A cidade que deveria abrigar, em princípio, 25 mil pessoas tem, hoje, Sr. Presidente, mais de 300 mil moradores. Aliás, se o Distrito Federal não fosse indivisível e permitisse a criação de Municípios, Taguatinga estaria entre os cem maiores Municípios do Brasil tanto do ponto de vista da economia como do ponto de vista de seus habitantes. É uma cidade pujante, uma cidade que tem todos esses equipamentos a que fiz referência no início, dotada de uma excepcional qualidade de vida.

Taguatinga é uma cidade independente, como se fosse, efetivamente, um Município independente. É lá que se concentra grande parte da economia do Distrito Federal. É uma cidade que não pára, que gera emprego, que gera renda e que cresce de forma louvável. Apesar de ser uma metrópole, não perdeu os ares de uma cidade do interior. As pessoas que moram em Taguatinga se conhecem, são amigas e têm orgulho de sua cidade. Isso é claramente visto quando participamos de uma festa como a de ontem em comemoração ao aniversário da cidade.

Há um sentimento de autovalorização, de perseverança e de auto-estima. A cidade tem-se posicionado com destaques importantes. Na área da música, por exemplo, Senador Mozarildo, a cidade tem as duplas Zé Mulato e Cassiano; Chico Rei e Paraná; Artur e Rafael; Johnny e Raony, Rick e Renner, para citar entre outros. É uma cidade também que se destaca em todos os setores da nossa economia, como fiz referência no início.

Taguatinga, portanto, é hoje uma cidade cinqüentona e dona de uma economia forte. O comércio é diversificado e gera mais de 20 mil empregos no Distrito Federal. A atividade comercial é o ponto forte da economia de Taguatinga. As lojas empregam parte dos moradores e atraem clientes de todo o Distrito Federal e também do Entorno. A cidade abriga grandes centros comerciais, como a Avenida Comercial e o shopping horizontalizado, uma avenida inteira só de comércio. Há um centro comercial chamado Alameda Shopping e o Taguatinga Shopping, para citar apenas os dois mais importantes.

Por isso, eu quero dizer que Taguatinga, efetivamente, é a locomotiva econômica do Distrito Federal.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Adelmir, nós Parlamentares, sejamos Deputados Federais ou Senadores, temos, por dever de ofício, de estar em Brasília. Alguns ficam com a família nos seus Estados, vêm para cá na terça-feira e voltam na quinta-feira à noite. Aqueles que moram em locais mais distantes passam mais tempo aqui do que lá, como no

meu caso – sou de Roraima – e do Senador Geraldo, que é do Acre. Precisamos fazer uma viagem “transatlântica” para chegar aos nossos Estados, porque, na verdade, são 4h30 dentro de um avião. Eu vim para cá, eleito Deputado Federal pela primeira vez, em 1983. Tive dois mandatos como deputado, inclusive um mandato de deputado constituinte, quando tivemos oportunidade de debater a questão da mudança de *status* do Distrito Federal, que passou a ter governador eleito, senadores, representação na Câmara dos Deputados, a Câmara Distrital. Portanto, tive o prazer de participar também e de ajudar nesse debate e, à época, na década de 80, me lembro que as pessoas que começaram a me mostrar o Distrito Federal me diziam: A melhor churrascaria que temos aqui é em Taguatinga. E eu fui algumas vezes lá. Então, quero me associar a V. Ex^a nos parabéns a Taguatinga, a todos os seus moradores e moradoras. Realmente eu costumo falar que há três cidades no Brasil as quais eu gosto muito, e as três começam com “b”. Boa Vista, que é a capital do meu Estado, onde nasci; Belém, que é a capital do Pará, onde estudei e me formei em Medicina, e Brasília. Quando falo Brasília, falo Distrito Federal, é claro. Então, são os lugares de que realmente gosto e onde acho excelentes de viver. E Taguatinga é um exemplo de cidade que, como V. Ex^a disse, embora tenha progredido muito, mantém aquele jeitão de todo lugar do Brasil, principalmente do Nordeste. Portanto, envio, através de V. Ex^a, os meus parabéns a todo o povo de Taguatinga.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço a participação de V. Ex^a. Isso demonstra bem o que significa Taguatinga para o Brasil e para todos nós que aqui vivemos e conhecemos aquela cidade.

Por isso ela tem muito motivo de orgulho por estar completando 50 anos. Comemorar esse cinquentão foi motivo de grande satisfação para todos nós.

Ontem eu participei da comemoração do aniversário de Taguatinga, ao lado do Governador José Roberto Arruda, do Administrador da cidade, Deputado Benedito Domingos, e cantamos parabéns, junto com uma infinidade de pessoas daquela cidade, na Praça do Relógio, um dos marcos da cidade. E vi o tanto que aquelas pessoas têm paixão, amor, auto-estima pela sua cidade.

Antes dessa comemoração, nós estivemos lá, numa sessão solene da Câmara Legislativa, que se transferiu para Taguatinga para homenagear os 50 anos daquela cidade, por proposta de iniciativa do Deputado Berinaldo Pontes, que é vinculado ao Deputado Benedito Domingos, do mesmo Partido. Essa sessão foi presidida pelo Deputado Dr. Charles, que é médico naquela região e tem grande influência e

liderança naquela localidade, principalmente junto à classe médica e aos que trabalham nas atividades da área de saúde.

Parabenizo, portanto, a iniciativa dos Deputados Berinaldo Pontes e Dr. Charles.

Nós, também, mesmo querendo participar dessa festa de aniversário, deslocamos para lá, desde o último sábado até ontem, o Serviço Social do Comércio (Sesc), instituição que eu presido aqui no Distrito Federal, que esteve lá na Praça do Relógio, com todos os seus equipamentos, oferecendo serviços de saúde – todos gratuitos: odontologia, esporte, lazer –, tentando nos incorporar àquela comemoração.

Essa foi uma grande ação social, que foi idealizada e realizada em parceria com a TV Globo, que fazia as transmissões diretamente da praça do povo, a Praça do Relógio.

Nesses seis dias, só para dar a dimensão desse evento, mais de 60 mil pessoas passaram e foram atendidos pelos equipamentos do Sesc, que colocamos à disposição da população. O Sesc, além das ações populares e sociais, temos em Taguatinga duas grandes unidades – Taguatinga Sul e Taguatinga Norte, sem contar a uma unidade específica de educação com mais de 3 mil alunos, o Edusesc. Isso apenas para dar uma demonstração de nosso trabalho em uma cidade, em uma região administrativa do Distrito Federal.

Em Taguatinga Norte, o Sesc tem uma escola, como disse, uma unidade específica, o Edusesc, que é referência na área da educação, educação infantil até o último ano do ensino médio. Lá não fazemos cursos técnicos, porque essa é uma função do Senac, apenas os cursos regulares. Foi construída para atender aos filhos dos comerciários de Taguatinga e de regiões próximas, porque, claro, ali está concentrado um grande número de comerciários do Distrito Federal. Isso proporciona o acesso a equipamentos modernos e profissionais altamente qualificados à população e aos dependentes dos nossos comerciários.

Além da educação, o Sesc oferece atividades nas áreas de saúde, alimentação, cultura, esporte e lazer. Essas duas unidades juntas, o Sesc Taguatinga Sul e o Sesc Taguatinga Norte, atendem diariamente a mais de 10 mil pessoas em suas diversas áreas de atuação. É um exemplo bem-sucedido de responsabilidade social, de que tanto falamos e que tanto pregamos hoje e que já fazemos há mais de 60 anos no País.

O Sesc Taguatinga Norte também foi o local de treinamento para os atletas que, hoje, são reconhecidos nacional e internacionalmente, como as ex-jogadoras de vôlei que já participaram da Seleção Brasileira: Leila e Ricarda Lima; além do campeão de atletismo Joaquim

Cruz, que foi, inclusive, detentor de medalha olímpica para o nosso País. São lá de Taguatinga!

Taguatinga e Brasília foram berço de diversas personalidades que, hoje, fazem sucesso internacional. No próximo domingo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um brasileiro criado aqui em Brasília estará na Nasa para lançamento de um satélite que carrega um telescópio de última geração, desenvolvido por ele e por uma equipe de pesquisadores da Europa, Estados Unidos e Japão. Brasileiro, brasiliense! O nome dele é Eduardo do Couto e Silva, um jovem de 41 anos. Hoje, 41 anos, felizmente, podemos ainda dizer que é jovem, pois nossa perspectiva de vida tem crescido de forma muito boa. Formado aqui na UnB em Física, hoje é um físico respeitado no mundo inteiro.

Então, isso apenas para mostrar que a nossa Capital, apesar de jovem, já tem, na área do esporte, na área da educação, essas pessoas que são referências mundiais, no que Taguatinga se inclui.

Na área da educação, Taguatinga é extremamente bem dotada de centros. Existem quatro centros de educação infantil, trinta e cinco escolas classes, sendo dessas quatro escolas classes rurais, quatro centros de ensino médio, treze centros de ensino fundamental, cinco centros educacionais, um centro de ensino especial, um Caic e uma escola técnica – apenas um. Refiro-me à Escola Técnica do Governo, porque, lá, temos também cursos técnicos, ministrados pelo Senac, onde temos também uma unidade.

A cidade é dotada de uma Universidade Católica na área do ensino superior, que tem hoje mais de trinta mil alunos, e está dentro de Taguatinga, e merece, portanto, atenção especial de todos nós, mas é ensino particular, ligado à Igreja Católica.

Eu dizia que lá tem alguns pontos de referência, como é o caso da Praça do Relógio, a Praça do Bicalho, a Praça do DI, o Setor A Norte, mas são mais de sessenta praças que existem naquela cidade. Na área do lazer, Taguatinga também é bem dotada, tem o Estádio Serejão, a Associação Portuguesa, o Teatro Iara Amaral... Sabem de quem é o Teatro Iara Amaral? Do Sesi. O Sesi tem um teatro lá, que oferece esse tipo de lazer àquela população. Há também o Teatro Paulo Autran. Sabem de quem é o Teatro Paulo Autran? Do Sesc, do nosso Sesc. Um teatro com aproximadamente quatrocentos lugares, em Taguatinga.

Portanto, quero dizer que Taguatinga, efetivamente, merece de todos nós de Brasília, deste Senador que vos fala, uma atenção muito especial, porque é uma cidade que tem, como disse no início, uma auto-estima extremamente elevada e que tem no seu povo uma vivência urbana diferente do nosso centro urbano

do Distrito Federal. Vive como se fosse, efetivamente, um Município interiorano.

Como disse, o Distrito Federal é indivisível, mas se Taguatinga fosse um Município estaria incluso entre os principais Municípios brasileiros e talvez estivesse entre os cem maiores Municípios, tanto do ponto de vista como do ponto de vista habitacional.

Sr. Presidente, lá na Câmara Legislativa, presenciei a uma homenagem que me chamou atenção, e que quero copiar. A Deputada Eurides Brito, em determinado momento de seu pronunciamento, invocou uma colunista, uma jornalista local, muito conhecida, muito reverenciada naquela cidade, chamada Armildes Corrêa, que fez publicar nos jornais de ontem um poema a Taguatinga, o qual quero ler aqui e pedir que conste dos Anais da Casa, tal qual ela fez lá, ao solicitar que o poema constasse dos Anais da Câmara Legislativa.

Diz o poema:

Taguatinga
Você é assim,
Taguatinga:
Próspera
Consolidada
Hospitaleira
Chic... Poderosa
Maravilhosa e necessária
Você é assim,
Taguayork
Cidade única
Metrópole frenética
Mãe generosa
Geradora de emprego e renda
Calor humano é o seu forte
Seu povo, bairrista, orgulha-se do seu progresso
Sou apaixonada por você
E de joelhos curvo-me a seus pés
Parabéns, Taguatinga Capital!

Associo-me a esta poeta, dizendo que a nossa "Capital" é motivo de orgulho para todos nós que moramos aqui.

Parabéns, Taguatinga!
Parabéns, Brasília!

Quero aproveitar ainda as coisas de Brasília, Sr. Presidente, para dizer de Ketleyn Quadros, uma judoca daqui de Brasília, mais precisamente da Ceilândia, vai participar, neste domingo próximo, de um desafio internacional Brasil e Portugal na área do judô. Ketleyn Quadros faz parte da nossa equipe de judô da Seleção Brasileira, constituída de quatorze atletas – sete masculinos e sete femininos – que vão participar

das Olimpíadas de Pequim. Quero, portanto, Ketley, desejar a você, à Ceilândia, a nossa Brasília, sucesso absoluto, não apenas no desafio internacional do próximo domingo, mas na sua participação nas Olimpíadas de Pequim.

Sr. Presidente, essas são coisas de uma cidade como Brasília, de apenas 48 anos, e de Taguatinga, com precisamente 50 anos.

Ao povo de Taguatinga, à população de Taguatinga, ao Administrador de Taguatinga, quero dizer que me associo e desejo efetivamente que constem dos Anais do Senado as nossas homenagens aos seus cinqüenta anos.

Parabéns ao Deputado Pontes, ao Deputado "Charlim", ao Deputado que proporcionou aquela reunião, aquele encontro da Câmara Legislativa na cidade, enfim, a todos os Deputados que se fizeram presentes, ao Governador, que cantou os parabéns junto com a população, com um bolo de mais de cinqüenta metros, oportunidade em que se fazia presente grande parte da população de Taguatinga.

Portanto, ao Deputado Berinaldo Pontes, autor da iniciativa; ao Administrador, Deputado Benedito Domingos, ao Deputado Dr. Charles, as nossas homenagens e os nossos cumprimentos, aliados aos cumprimentos a toda a população de Taguatinga.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ADELMIR SANTANA, EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art.210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Taguatinga, poema de Armildes Corrêa."

Taguatinga
Você é assim,
Taguatinga:
Próspera
Consolidada
Hospitaleira
Chic... Poderosa
Maravilhosa e necessária
Você é assim,
Taguayork
Cidade única
Metrópole frenética
Mãe generosa
Geradora de emprego e renda
Calor humano é o seu forte
Seu povo, bairrista, orgulha-se do seu progresso

Sou apaixonada por você
E de joelhos curvo-me a seus pés
Parabéns, Taguatinga Capital!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Adelmir Santana, os Anais do Senado acolherão, prazerosamente, o pronunciamento de V. Ex^a e os registros que aqui fez, desde que V. Ex^a permita que o registro se faça acompanhar também de nossas homenagens à Taguatinga, esta cinqüentona bonitona, de um povo muito trabalhador e muito querido.

Dizer que Taguatinga é uma cidade-satélite de Brasília depende de onde estivermos: daqui, enxergamos Taguatinga como uma cidade-satélite; estando lá, enxergamos Brasília como um apêndice de Taguatinga, tal é a sua grandeza, a sua importância para o contexto e para esse complexo de cidades que constituem o Distrito Federal.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Que o povo de Taguatinga receba essas homenagens – as de V. Ex^a, as dos Senadores aqui presentes e as da Mesa do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mesquita Júnior, estou inscrito para usar da palavra logo após a fala do Senador Mozarildo Cavalcanti, para falar da questão do meio ambiente e do seu Dia Internacional, que ocorreu ontem. Mas como fui citado inúmeras vezes, apelo a V. Ex^a para que eu possa usar a palavra pelo art. 14 para responder e fazer uma síntese da minha opinião sobre a questão da Varig.

Todos os Senadores se dirigiram a mim de forma muito respeitosa, um carinho especial pela fala de V. Ex^a, mas, mesmo assim, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Aqui, se não houvesse art. 14, nós inventaríamos um para que V. Ex^a pudesse falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mozarildo Cavalcanti, em primeiro lugar, quero dizer que reafirmo todas as falas que fiz neste Senado da República e as conversas que tive com V. Ex^a, Senador Mesquita Júnior, quanto à idoneidade, quanto à seriedade, quanto à honestidade e quanto à confiança que eu tenho na Ministra Dilma. Cheguei a dizer para V. Ex^a – vou re-

petir aqui – que, pela Ministra Dilma, sem sombra de dúvida, eu boto a mão no fogo.

Então, eu não poderia ficar calado nesse momento em que passa a impressão de que pode haver até tráfico de influência por parte da Ministra – eu que cuidei tanto da questão Varig, Senador Mesquita Júnior! Logo que a Varig entrou em crise, eu fiz uma série de requerimentos, realizei uma série de audiências, cuidei, com carinho, na expectativa de salvar nossa querida Varig, do povo gaúcho. Até hoje, os aposentados e pensionistas vinculados ao Aeros da Varig estão ainda acompanhando esse meu trabalho, na expectativa de que, efetivamente, a gente consiga garantir para eles a aposentadoria integral, como eles tinham ao longo de suas vidas.

Mas, com relação ao que foi publicado, meu Presidente Mesquita Júnior, primeiro, eu sou o maior interessado para que haja todo o esclarecimento na questão Varig.

A Comissão de Infra-Estrutura, mediante decisão tomada ontem e no meu entendimento correta, aprovou uma série de requerimentos convidando todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram do processo da Varig. A Ministra Dilma não foi questionada pela Comissão, que entendeu que ela não deveria ser convocada, pelo menos pelas informações que recebi naquela Comissão e naquele momento.

Segundo, Sr. Presidente, toda a questão da Varig passou pelo acompanhamento do Poder Judiciário, inclusive pela 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. Sei que a própria Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, também no dia de ontem, decidiu convidar o próprio juiz que acompanhou todo o processo da venda da Varig.

Sr. Presidente, diante disso, eu diria a V. Ex^a que entendo que, acompanhar o processo Varig, como qualquer mudança nos setores estratégicos como é a aviação, é de competência da Casa Civil. O art. 2º, que fala das atribuições da Casa Civil, diz que é da competência da Ministra, no caso, coordenação, integração das ações de Governo – estou aqui sintetizando, Presidente –, acompanhando a compatibilidade das propostas, avaliação, monitoramento das ações de governo e de gestão.

Então, a Ministra Dilma, mais do que corretamente, tinha de acompanhar o processo. Entre o ato de acompanhar o caso como Ministra-Chefe da Casa Civil e as insinuações que surgiram de tráfico de influência há uma diferença enorme.

Fazendo esse pequeno esclarecimento, digo ainda, Sr. Presidente, que, além de uma grande gestora, dizem a mim que ela é uma grande técnica, mas que não é política. Esse é um grande engano. A Mi-

nistra consegue unir a qualidade de grande gestora, de excelente técnica – competente, honesta, séria –, ainda é, claro, um quadro político; é só ver a história da Ministra Dilma.

Por isso, terminaria, dizendo – porque este é um rápido esclarecimento – que tenho plena confiança na Ministra Dilma. Se necessário for – V. Ex^a também, nas entrelinhas, deixou isso claro – e no momento adequado, se ela tiver de vir à Comissão de Infra-Estrutura, responderá às perguntas com a mesma competência com que as respondeu na CPI dos Cartões. Ninguém tem dúvida de que ela se saiu de forma brilhante, mostrando a sua capacidade, a sua competência.

Eu digo isso, Senador Mesquita Júnior, porque às vezes um ou outro Ministro – com alguns tenho uma relação mais próxima, como tenho com o Ministro Tarso, como tinha com o Ministro Olívio Dutra, até porque todos são gaúchos –, quando convidados aqui, deram um *show*. Toda vez que o Olívio Dutra veio aqui ao Congresso Nacional foi tratado de forma respeitosa pelos Senadores e deu um *show* e saiu daqui aplaudido; as vezes que o Ministro Tarso Genro veio, também, tanto na Câmara como no Senado, eu, aqui no Senado, vi diversas vezes, a vez que ele veio aqui, que ele pôde usar a palavra, expressar o seu ponto de vista, saisse sempre muito bem.

Quando me perguntaram se a Ministra Dilma devia vir ou não à CPI dos Cartões, eu disse que, para mim, ela teria de vir e que tinha certeza de que iria sair daqui, se pudéssemos dar nota, no mínimo, com nota dez com estrelinha. E foi exatamente o que aconteceu. Na CPI, ninguém tem dúvida de que ela se saiu muito bem. Por isso que, se mais adiante entenderem que ela deve ser convidada para dialogar com os Senadores, sei que ela virá, dará as explicações com a maior tranquilidade, e os Senadores verão que não há nenhuma posição que crie dúvida quanto à seriedade, à responsabilidade e à honestidade da Ministra Dilma.

Tinha que fazer esse esclarecimento porque se não ficaria o dito pelo não dito, dando a impressão de que estaríamos concordando com a análise feita por parte de alguns parlamentares. Respeito o posicionamento deles, mas posso ter o direito de discordar. Respeitar o direito de opinião é uma coisa, e manifestar minha posição é outra.

Terminaria, dizendo que não vejo problema quando Ministros são convidados. Convidar um Ministro para vir aqui fazer um esclarecimento, para mim, no momento adequado e na hora certa, ele deve vir e fazer o devido esclarecimento. Claro que uma das minhas discordâncias é quanto ao entendimento – estou comentando aqui de forma muito respeitosa – de que todo Ministro que tiver sido questionado deve renunciar ou sair. Eu

considero isso grave, pois cabe também a nós Senadores. Então, se alguém levantar uma dúvida sobre uma posição nossa nessa ou naquela área, devemos renunciar ao mandato? Então, nesse caso, o Ministro vai sair ou pedir que o Presidente o afaste?

Acho que o problema é mais delicado, e essa não seria a solução, até porque uma pesquisa recente diz que, de cada quatro parlamentares, três estão com processos na justiça. Calculem se todos renunciassem quando se instalasse algum tipo de dúvida em relação a eles... Isso é um ponto de que eu discordo e deixo muito claro.

Se um Ministro é convidado para esclarecer qualquer tema da sua área no momento adequado, deve comparecer. Claro que não pode virar rotina, como virou a CPI.

E veja bem: a mesma crítica que faço à CPI faço também às MPs. Todo mundo sabe que acho que MP está sendo usada de forma abusiva por todos os governos, como também as CPIs, que já estão caindo no ridículo. Isso é uma coisa.

Entendo que o ato de convidar um ministro para vir dialogar com os parlamentares sobre temas correspondentes ao ministério que dirige no momento adequado pode acontecer, sem nenhum demérito à figura do ministro e muito menos à dos parlamentares que fizeram o convite.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Paulo Paim, a sua fala é oportuna. Se fosse possível haver um acréscimo no nível de confiança, de respeitabilidade e de consideração que temos todos por V. Ex^a, ela teria esse sentido.

V. Ex^a disse aquilo o que antecipei num aparte ao Senador Heráclito. De fato, por mais de uma vez ouvi de V. Ex^a, ali atrás, na nossa bancada, considerações respeitosas e afirmações seguras a respeito da Ministra Dilma, personalidade pública que o País deve respeitar. No momento há uma acusação que deve ser esclarecida, mas nem de longe temos sequer o direito de colocar em dúvida a integridade, a respeitabilidade e a seriedade da Ministra Dilma.

V. Ex^a, com o espírito democrático que tem, enxerga, como eu, com a maior naturalidade, a possibilidade de autoridades do Governo – Ministros, como a Ministra Dilma, seja quem for – comparecerem ao Congresso. Jamais houve qualquer tentativa – sequer tentativa – de desrespeito a uma autoridade que aqui compareceu; todas são tratados com o maior respeito. Então, V. Ex^a como eu, como muitos aqui, entendemos que isso é natural. Se for necessário, se for contribuir para o esclarecimento dos fatos, poderá vir, que será muito bem recebida, muito bem tratada. O importante

é elucidar os fatos, esclareça os fatos, para que o País, mais uma vez, entre na linha de serenidade, para que possamos continuar a nossa vida.

Muito obrigado pela sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mozarildo, a palavra é sua.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Mesquita, Srs e Srs. Senadores, nos últimos tempos dois temas têm, efetivamente, ocupado muitas mentes no mundo todo: um, o famoso aquecimento global; o outro, a Amazônia; até, digamos assim, se entrelaçando. Lógico, os países mais ricos, poluidores-mores do planeta, querem jogar a culpa toda nas queimadas na Amazônia, nas derrubadas das florestas, como se o combustível fóssil que eles queimam nas suas fábricas, nos seus veículos, nos seus aviões, não poluisse o planeta muito mais do que polui, por exemplo, a queimada de uma roça na Amazônia.

Não estou com isso querendo justificar, Senador Geraldo, que haja queimadas indiscriminadas. Não estou. Ao contrário, até propugno. Conheço muita gente que tem propriedade na Amazônia, especialmente no meu Estado, que não usa mais esse processo de queimadas, mas, em alguns lugares, os pobres que foram assentados pelo Incra – portanto, pelo Governo Federal – são obrigados a fazer isso para sobreviver. São obrigados a derrubar a mata dentro do que é permitido por lei e a queimá-la, para poderem plantar alimentos para a sua subsistência e sobreviver de alguma venda do que sobra.

Essa questão ambiental já é complexa demais. V. Ex^a, em um pronunciamento seu, e eu tenho repetido aqui que o Presidente Lula, na sua primeira campanha para Presidente da República, na parte do programa dele relativamente à Amazônia, disse que era chegada a hora de dizer o que se pode fazer na Amazônia e não apenas proibir que se faça tudo na Amazônia. Eu achei de uma lucidez enorme, porque ali existem 25 milhões de habitantes. Existem, sobretudo, fronteiras vulneráveis demais porque são fronteiras secas, facilmente ultrapassáveis por rios, por terra, de toda forma, e por onde entra a maior parte das drogas que o centro-sul do País consome, por onde entra a maioria das armas traficadas que vão abastecer os traficantes armados nas grandes cidades.

Lá, portanto, é uma área importantíssima sob todos os aspectos. E o aspecto da soberania, como é que fica, se nós não temos força armada suficiente para policiar todas as fronteiras, não temos Polícia Federal suficiente para estar em todos os pontos da fronteira, se não temos sequer um sistema de vigilâ-

cia bem atualizado e moderno, porque o próprio Sivam e Sipam estão realmente merecendo ter maior apoio para que de fato cumpram a sua missão de vigilância, de proteção da Amazônia?

Então eu quero dizer, Senador Geraldo Mesquita, que está muito fácil, está muito na moda se aproveitar de dados científicos, distorcê-los, adaptá-los a um discurso ecoterrorista e passar a acusar quem vive na Amazônia.

Comecei a ler o livro do Dr. Saulo Ramos e, quando cheguei numa parte em que ele fala da Amazônia, parei de ler. Se aquilo que está dito sobre a Amazônia é o que ele fala no restante do livro dele, não merece crédito, porque ele simplesmente chamou todo mundo da Amazônia de bandido. Disse que na Amazônia existe uma tara por tora, generalizadamente, e outras coisas mais.

Agora, por exemplo, recentemente, o Inpe publicou um laudo apontando que dois Estados na Amazônia foram os que mais desmataram. Mas é preciso saber: desmataram como, em quê, dentro do que é permitido por lei? Por exemplo: quem tem uma propriedade na Amazônia pode desmatar até 20% da propriedade, legalmente, com licença ambiental e tudo. Isso é detectado por satélite. Fora isso, esse diagnóstico precisa ser interpretado e checado *in loco*. É como um exame médico. Médico nenhum vai fazer um tratamento com base só num papel que ele recebe numa radiografia. Ele vai checar o paciente, vai ver se o que está vendo no papel, ou na radiografia, ou no ultra-som, enfim, coincide com o que o paciente tem. Então, é o caso do laudo do Inpe. E aqui, Senador Mesquita Júnior, eu quero dizer que tanto a Fundação do Meio Ambiente do meu Estado como o Governo do meu Estado desmentem esses dados. Até Porque, diferentemente do que se possa pensar, embora eu estando na Amazônia, o meu Estado tem menos mata do que qualquer outro da Amazônia. Então, seria um desastre justamente ele ser o que teria desmatado mais do que os outros. Não há coerência. Até porque, o que se desmata no meu Estado hoje é muito pouco relativamente ao que precisa. A maior parte das áreas já é desmatada porque foram assentamentos do Incra que, depois, os colonos venderam para outros – uma prática, infelizmente.

Eu queria aqui ler alguns trechos das notas sobre o desmatamento no meu Estado:

O Governo de Roraima contesta os números do desmatamento nesse Estado em abril de 2008, que seriam de 284, 8km² – segundo informação do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), divulgada na mídia nacional.

O próprio INPE, que defende os números, fala de imprecisão do monitoramento do

sistema Deter (Detecção do desmatamento em Tempo Real), uma vez que em março “78% da Amazônia estava sob nuvens”, enquanto em abril esse índice teria sido de 53%.

As imagens do Inpe revelam que Mato Grosso e Roraima eram os Estados da Amazônia Legal com menor cobertura de nuvens naquele período. Portanto, com melhor possibilidade de identificação de desmatamento. Por isso, Mato Grosso, com 70%, e Roraima, com 25%, representam a quase totalidade do desmatamento da Amazônia, restando 5% para os demais Estados [o que não tem lógica, não tem coerência nenhuma]. E Roraima, em segundo lugar na lista, era o único Estado da região que estava em período de seca.

A Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) afirma que Roraima é o Estado mais preservado da Amazônia, com cerca de 3% apenas de desmatamento. E defende que – nos dados levantados pelo Inpe – há evidências muito claras de áreas cumulativas, ou seja, os números de 2007 estão sendo somados novamente em 2008, além de incorporarem savanas (campos naturais).

É aquela história que eu contei aqui já. Lá em Roraima, muita gente não sabe, mas praticamente a metade do Estado é de campos naturais, onde nunca existiu floresta. Campos naturais como são os pampas do Senador Paim, ou mais ou menos como o cerrado do Centro-Oeste, ao redor de Goiânia, de Brasília etc.

Então, confundir, em uma foto de satélite, uma área de campo natural com área desmatada não é difícil de acontecer. O Ministro Lutzemberg, lá do Rio Grande do Sul, uma vez, indo ao meu Estado, vendo os campos disse ao Presidente Collor à época: “Olha, olha que coisa! Acabaram com as matas aqui”. Foi Deus que acabou.

As autorizações de desmatamento emitidas pela Femact em 2007/2008, somadas, atingem 59,85km², quase cinco vezes inferior à área de desmatamento divulgada pelo Inpe.

O Governo de Roraima está empenhado em preservar o meio ambiente e defende um plano nacional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Informações incompletas, no momento em que se discutem demarcações de terras indígenas [no meu Estado] não servem a essa causa. Por isso, determinou que a Femact realize estudo detalhado do desmatamento do Estado, para que possam ser adotadas providências legais cabíveis.

Assina o Governador José de Anchieta Júnior.

Então, Sr. Presidente, no meu Estado há essa história. No seu Estado, há uma história igual ou parecida: Rondônia, igual, parecida ou pior; no Amazonas não há tanto desmatamento, Senador Mesquita? Porque no Amazonas só se cuida da Zona Franca de Manaus, não há realmente mais um projeto, inovador que seja, para os outros Municípios, pelo menos. Essa história de Bolsa Floresta, de viver de extrativismo, é brincadeira, acho que é brincadeira com a população de lá.

Mas, aí, vamos para o nacional. O nosso novo Ministro lançou um pacote ambiental e criou mais reservas ecológicas na região. De novo, Senador Mesquita, o Governo Federal usurpando a autoridade dos Estados. De novo, à revelia do Congresso Nacional, criando áreas federais na Amazônia que ele depois não fiscaliza, não polícia e, portanto, não inibe os ilícitos que lá vão ser cometidos. Isso é forma de resolver? Essa história de criar pacotes, proibições, não sei o quê, esse não é o caminho. O Presidente Lula não cumpriu no primeiro Governo e não está cumprindo no segundo Governo o que falou.

Aliás, por falar no Presidente Lula, achei interessante que ele, recentemente, constatou que realmente a Amazônia é do Brasil e falou, mais recentemente, que todo mundo pensa que a Amazônia é como se fosse água benta numa igreja: todo mundo chega lá, mete o dedo e se benze. Interessante que ele também tenha descoberto isso que, há muito, já se vem fazendo na Amazônia.

Essa matéria do Presidente Lula está no jornal *O Estado de S. Paulo* e a do pacote ambiental no jornal *Correio Braziliense*.

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou: *Ibama multa madeireira estrangeira em R\$450 milhões*. Sabe qual é a madeireira, Senador Geraldo Mesquita? Aquela do sueco. Quer dizer, o sueco tem esse negócio há muito tempo. Como a Abin descobriu e a imprensa divulgou, o Ibama foi lá e multou a madeireira em mais de R\$400 milhões.

E segue a matéria:

As multas foram lavradas ontem após conclusão dos processos que tramitavam no Ibama desde 2007; Minc pediu para acelerar processo.

O Instituto Gethal, que é a empresa desse sueco, retirou 230 mil árvores sem seguir a legislação ambiental. São os amazônidas que estão fazendo isso, Senador Geraldo Mesquita? É um estrangeiro. E cadê o Governo Brasileiro?

A *Folha de S. Paulo* diz sobre o perfil do sueco:

“Filantropo’ tem fortuna de R\$1,27 bi”

A compra de 160 mil hectares de terra na Amazônia com o pretexto de preservá-la do desmatamento colocou o Sr. Johan Eliasch entre os líderes da “filantropia verde” do Reino Unido.

Com uma fortuna estimada em cerca de £400 milhões (cerca de R\$1,27 bilhão, segundo o ranking dos britânicos mais ricos do jornal *The Times*), é co-presidente da ONG Cool Earth, cuja missão é ‘lutar contra as mudanças climáticas, protegendo florestas em risco’.”

Ele não revela o valor gasto no negócio, fechado em outubro de 2005. A mídia britânica falou em £8 milhões (cerca de R\$30 milhões). O valor diverge do cálculo realizado por Eliasch [o sueco], segundo o qual um hectare da floresta amazônica custava US\$30,00 – o que resultaria em cerca de R\$11 milhões.

Casado com a socialite paulista ‘Ana Paula Junqueira, o sueco de 46 anos [casado com uma brasileira, o que já dá, portanto, a ele uma série de direitos], nascido em Estocolmo e radicado em Londres, concilia as atividades de presidente do império de produtos esportivos Head, banqueiro e produtor de filmes com a política.

Um dos maiores doadores do Partido Conservador no ano passado, deixou o cargo de vice-tesoureiro da legenda em setembro para se tornar Conselheiro para assuntos ambientais do Primeiro-Ministro britânico, o trabalhista Gordon Brown.

No Brasil, tem amigos poderosos, como o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), os irmãos empresários João Paulo e Pedro Paulo Diniz e o apresentador Luciano Huck.

Muito bem. E aí o empresário deu uma declaração em que diz que desconhece que tenha sido multado. No verso desta página, na *Folha de S. Paulo*, temos: “*Amazônia ganha mais três unidades de conservação*”, algo a que eu já havia me referido. E aqui repete a história do Presidente Lula de que floresta é como vidro de água benta. Quer dizer, todo mundo mete o dedo na floresta.

Por fim, ainda sobre o sueco: “*Incra pode cancelar o registro de terras de sueco*”. O que estava fazendo o Incra todo esse tempo, Senador Geraldo Mesquita? O que estava fazendo? Não sabia que isso existia, não multou, não viu irregularidade em nada, e no entanto a coisa estava acontecendo na Amazônia. E esse sueco não é o único não, Senador Geraldo Mesquita.

São cerca de 33 mil propriedades, segundo o levantamento.

Vamos para mais coisas na Amazônia. Aqui, o jornalista Mauro Santayana fala o seguinte: "ONGs pululam na Amazônia, mas são escassas no Mato Grosso do Sul [a respeito dos índios]. O título do artigo é o seguinte: Os Índios do Norte e os Índios do Sul."

Isso quer dizer que há uma coincidência tremenda de ONGs "cuidando" de índios na Amazônia. Cuidando entre aspas porque sei que é roubando dinheiro da saúde, da educação e de tudo. E é dinheiro do Governo Federal, dos Governos Estaduais e de alguns Municipais.

E diz mais aqui: "Assistência à saúde indígena deixa a desejar", diz diretor da Funai".

Ora, mas não é a Funasa que faz convênios com essas ONGs picaretas? É. Então, o que a Funasa está fazendo? É conivente. Aliás, no meu Estado, o Coordenador da Funasa foi preso porque desviou R\$30 milhões durante o período. Indicado por quem? Pelo Líder do Governo, o Senador Romero Jucá. Depois que o Coordenador foi preso, ele disse que estava retirando o apoio a ele. Ora, depois de preso, não é muito interessante, não é?

Aqui fala mais: "Dossiê aponta desvios de verbas". "ONG contratada sem licitação recebe R\$28 milhões".

E, por fim, Senador Geraldo, uma CPI da Câmara: a Comissão Parlamentar de Inquérito de Subnutrição de Crianças Indígenas. Vejam bem, Senadores: subnutrição de crianças indígenas.

Os indigenistas dizem que os índios têm que ter muita terra para não ter problema com a vida deles, para que eles possam andar, produzir, mas isso é uma mentira. Nas reservas, existe uma miséria grande. O General Heleno tinha muita razão quando disse, naquele dia, que é caótica a política indigenista do País, na Amazônia, porque o que se tem é, realmente, índio passando fome. E a CPI da Câmara concluiu, claramente.

Então, diante desses quadros, na questão ambiental, na questão fundiária, na questão indígena e na questão das nossas fronteiras, Sr. Presidente Geraldo Mesquita – V. Ex^a que também é da Amazônia –, eu acho que, embora a gente possa até ter alguns deslentos em relação às CPIs, eu vou começar a colher, na próxima semana, as assinaturas para instalar aqui uma CPI para investigar na Amazônia a política ambiental, fundiária, indígena e de fronteiras. Nós, como amazônidas, temos obrigação – mas todos a temos como brasileiros – de passar essa história a limpo. Não é possível ficar acreditando nesse bom mocismo de estrangeiros que compram terra, nessa história de

ONG que vende títulos para proteger floresta, porque tudo isso é picaretagem. Enquanto isso, quem mora lá, os brasileiros legítimos que moram lá, índios, caboclos, miscigenados, brancos, enfim, os brasileiros que moram lá estão pagando um preço altíssimo porque não podem sequer trabalhar direito. E o preço é realmente seriíssimo, e falo como médico, porque lá existem doenças endêmicas: malária, dengue, tuberculose, hanseníase. Entre os índios Ianomâmis há um cocercoze que é pior ainda, porque leva à cegueira precoce, à desnutrição, à má-formação, mas estamos fazendo de conta que isso não existe, porque vem a tropa de choque do ecoterrorismo ou do terrorismo indigenista, comprovadamente manipulado. Está aí o caso dos caiapós, em Monte Belo, em que o Cimi foi comprar facão para os indiozinhos agredirem os engenheiros. Então, temos que passar isso a limpo. O Brasil não pode ser um país com facções ou pseudonações dentro da Nação brasileira. Ou com grupelhos que têm interesses que não são os interesses humanitários. Não são. E ninguém aqui está livre, e nem tem atestado de santidade, mesmo o Cimi, que é ligado à Igreja Católica, não está isento e nem tem que ter um atestado de santidade. Não tem, não! Está provado. O padre lá estava comprando facão para armar os índios. Facão é arma tradicional de índio, Senador Geraldo Mesquita? Onde que existe isto: facão ser arma tradicional de índio?

Então, peço o apoio de V. Ex^a antecipadamente, Senador Geovani, que está chegando. Vamos correr, a partir de segunda-feira, para coletar assinaturas e instalar aqui uma CPI, só do Senado, para tratar de fazer um pente-fino na política ambiental, na política fundiária, na política indígena e de fronteiras da Amazônia, para que a Amazônia realmente continue sendo brasileira, e não desperte tardivamente, como o está fazendo o Presidente Lula, para dizer que a Amazônia é brasileira. Ele está vendendo agora como é que os poderosos do mundo não têm amizade nem ideologia, e sim interesses. Está aí a guerra do etanol. O Presidente está vendendo agora como é que eles tratam a coisa.

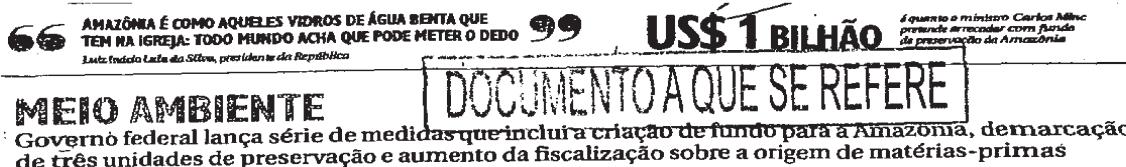
Então, precisamos, Senador Mesquita, realmente sair do discurso para a prática. Tenho recebido muitos e-mails e tenho convocado e pedido a todos os brasileiros que façamos uma grande mobilização nacional de real defesa da Amazônia, porque não adianta alguns "amazonófilos" que moram na Avenida Paulista, em São Paulo, ou em Ipanema, no Rio de Janeiro, ou lá em Londres, como é o caso aqui do Sr. Eliasch, ficarem dando uma de bons moços que defendem a Amazônia, e nós, que moramos lá, pagando o pato de sermos os bandidos da floresta.

Então, encerro, Sr. Presidente, pedindo que esse material a que me referi e requeri parcialmente, conste como parte integrante do meu pronunciamento e deixo aqui o registro de que, a partir de segunda-feira, começamos a colher assinaturas para instalar essa CPI no Senado para vasculhar, passar um pente-fino na política ambiental, indígena, fundiária e de fronteiras na Amazônia.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno.)



Pacote ambiental

LEONEL ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

Os fornecedores de todas as matérias-primas produzidas na Amazônia e utilizadas por siderúrgicas, agropecuárias e madeireiras, entre outras empresas, terão que ser identificados e informados aos órgãos de fiscalização ambiental estaduais e federais a partir do próximo dia 15. A exigência, já definida pelo Ministério do Meio Ambiente, foi anunciada ontem pelo ministro da pasta, Carlos Minc, durante solenidade no Palácio do Planalto, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Quem não informar a origem das suas compras será impedido de negociar os produtos tanto no mercado interno quanto para exportação. "Temos que ser muito duros com os cidadãos que estão fazendo queimadas e destruindo (a floresta) ilegalmente", discursou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ressaltando que a crítica ao desmatamento não pode ser generalizada, o presidente Lula sugeriu que o sistema de fiscalização ambiental do governo encontre pelo menos um responsável por desmatamentos na Amazônia para que seja punido e sirva de exemplo. Segundo ele, os empresários brasileiros precisam entender que há uma vantagem comparativa dos produtos nacionais na disputa pelo mercado externo, quando a exploração é feita respeitando a preservação ambiental.

Para apertar o cerco à ilegalidade na Amazônia, o governo editou ontem um decreto proibindo por tempo indeterminado a exploração de mogno, mesmo legal, como já está previsto na lei,

e a suspensão por um ano da compra de soja de origem duvidosa pelas indústrias e exportadores. Também foram criadas duas reservas extrativistas (Ituxi e Xingu) e o Parque Nacional do Mapinguari, todos na Amazônia, totalizando 26,5 mil km², representando uma vez e meia a área desmatada no ano passado.

O ministro Minc também anunciou que o Planalto enviou ao Congresso um projeto de lei instituindo a política nacional sobre mudanças no clima. O projeto, sem prazo para ser analisado pelo Legislativo, prevê incentivos fiscais e financiamento para a adoção de tecnologias não poluidoras pelas indústrias. Além desse pacote de medidas, Minc também anunciou a criação de um fundo a ser definido por um grupo de trabalho para receber doações nacionais e internacionais para preservação da Amazônia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá administrar o fundo. Minc espera arrecadar em um ano US\$ 1 bilhão de doadores que não poderão ter assento nos conselhos de administração de empresas ou instituições financiadas por esse fundo.

Guarda nacional

O presidente Lula confirmou que o governo vai criar a guarda nacional florestal. O ministro Minc garantiu que o embrião dessa guarda será um núcleo de 500 policiais federais já designados pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. O grupo vai contar também com PMs de vários estados, nos moldes da Força Nacional de Segurança Pública.

Minc reafirmou ontem que vai mesmo confiscar o rebanho bovino que está pastando em áreas de preservação na Amazônia. Segundo ele, as cabeças de gado "piratas" serão marcadas em 331 fazendas que já foram notificadas, autuadas, multadas e embargadas. Agora, a única medida administrativa que resta é o confisco anunculado pelo ministro. Pela medida, o gado marcado pelo Ibama só poderá ser vendido à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa do governo responsável pela formação de estoque reguladores.

JORNAL	DIA/MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S.PAULO	6 jun. 08	Brasil	A	44

Ibama multa madeireira estrangeira em R\$ 450 mi

Segundo o instituto, a Gethal retirou 230 mil árvores sem seguir a legislação ambiental

As multas foram lavradas ontem após conclusão dos processos que tramitavam no Ibama desde 2007; Minc pediu para acelerar processo

KÁTIA BRASIL
DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS
HUDSON CORRÉA
DAS UCURSALS DE BRASÍLIA

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no Amazonas aplicou ontem duas multas no valor total de R\$ 450 milhões contra a madeireira Gethal, do empresário sueco-britânico Johan Eliasch.

Segundo o Ibama, a madeireira explorou, comercializou e transportou madeira nobre da floresta na região de Manicoré (AM) – 699.809 m³ ou 230 mil árvores – sem seguir a legislação ambiental brasileira. Ela também não teria cumprido acordo firmado com o Ibama.

A ação do Ibama ocorre três dias após a divulgação de dados do Inpe indicando um aumento do desmatamento da Amazônia. Em resposta, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) prometeu apreender gado em áreas desmatadas ilegalmente.

As multas foram lavradas ontem após conclusão dos processos jurídico e administrativo que tramitavam no Ibama desde 2007, quando a empresa foi notificada. Os processos foram acelerados em razão de um pedido de urgência de Minc, diante da polêmica sobre a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Em 2006, à Folha, Johan Eliasch se apresentou como dono de 160 mil hectares de floresta que adquiriu em 2005 do grupo GMO Renewable Resources, nos municípios de Itacotira, Manicoré e Lábrea.

O procurador-chefe do Incra no Amazonas, Carlos Alberto

de Salles, disse que uma equipe vai levantar em cartórios a situação das terras da Gethal: ela tem de fato 57 propriedades, que somam 121.200 hectares.

Ontem, o gerente administrativo do Ibama, Henrique Pereira, explicou as duas multas contra a Gethal. A primeira, de R\$ 350 milhões, é referente à prática de exploração da floresta. A madeireira tem 20 dias para recorrer e será notificada hoje. Foram desmatados

21.398 hectares de floresta em várias partes: "A empresa será obrigada a fazer a reposição do volume explorado, ou seja, terá que plantar 230 mil árvores".

A segunda multa do Ibama, de R\$ 100 milhões, foi aplicada pelo descumprimento do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), firmado em 2005 com o órgão ambiental. A madeireira não apresentou as cer-

tidões da área de 21.398 hectares em Manicoré nem os certificados de reconhecimento da regularidade e legitimidade dos títulos de propriedade.

"A Gethal não apresentou até hoje [ontem] o CCIR [Certificado de Cadastro de Imóvel Rural] atualizado e emitido pelo Incra. Não comprovou a regularidade e dominialidade da propriedade. Isso nos dá direito de cassar, cancelar e revogar as autorizações do manejo florestal", disse Henrique Pereira.

A Gethal já responde a outras ações judiciais por supostos danos ambientais. Em maio passado, o TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, em Brasília, negou à madeireira pedido de revisão no valor de multa, de R\$ 12,1 milhões. A ação foi iniciada em 2003 porque a Gethal "despejou produtos tóxicos nas águas do rio Amazonas" em 2002 – antes de Eliasch comprar terras. A empresa afirma no recurso ao TRF que "a multa é exorbitante" em relação ao patrimônio.

Incra pode cancelar o registro de terras de sueco

Folhapress, de São Paulo

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estuda pedir o cancelamento de registros de terras na Amazônia supostamente adquiridas pelo empresário sueco Johan Eliasch. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, determinou à Superintendência do Amazonas que comprove a titularidade das terras.

Se for constatada alguma irregularidade, o Incra pedirá o cancelamento dos registros na Justiça Federal. Para consultar a regularidade, a Procuradoria Federal Especializada (PFE) enviará procuradores aos municípios de Manicoré e

Itacoatiara para verificar os cartórios da região registram imóveis em nome da madeireira Gethal Amazonas, de Eliasch.

"Sabemos da existência de 47 imóveis rurais que pertenciam à Gethal nos municípios de Manicoré, Itacoatiara, Humaitá e Lábrea. Com o levantamento nos cartórios, poderemos verificar a possível ilegalidade na venda das referidas terras", disse o procurador-chefe da PFE do Incra no Amazonas, Carlos Alberto de Salles. Embora Eliasch tenha ficado famoso mundialmente por alardear a compra de um pedaço da Amazônia, não existem propriedades no local em seu nome.

peru

'Filantropo' tem fortuna de R\$ 1,27 bi

DA REDAÇÃO

A compra de 160 mil hectares de terra na Amazônia com o pretexto de preservá-la do desmatamento colocou Johan Eliasch entre os líderes de "filantropia verde" do Reino Unido.

Com uma fortuna estimada em 400 milhões de libras (cerca de R\$ 1,27 bilhão, segundo o ranking dos britânicos mais ricos do jornal "The Times"), é co-presidente da QNG Cool Earth, cuja missão é "lutar contra as mudanças climáticas, protegendo florestas em risco".

Ele não revela o valor gasto no negócio, fechado em outubro de 2005. A mídia britânica falou em 8 milhões de libras (cerca de

R\$ 30 milhões). O valor diverge do cálculo realizado por Eliasch, segundo o qual um hectare da floresta amazônica custava US\$ 30 — o que resultaria em cerca de R\$ 11 milhões.

Casado com a socialite paulista Ana Paula Junqueira, o sueco de 46 anos, nascido em Estocolmo e radicado em Londres, concilia as atividades de presidente do império de produtos esportivos Head, banqueiro e produtor de filmes com a política.

Um dos maiores doadores do Partido Conservador no ano passado, deixou o cargo de vice-tesoureiro da legenda em setembro para se tornar conselheiro para assuntos ambientais do primeiro-ministro britânico, o trabalhista Gordon Brown.

No Brasil, tem amigos poderosos, como o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), os irmãos empresários João Paulo e Pedro Paulo Diniz e o apresentador Luciano Huck. (NOELI MENEZES SOARES)

Defesa de empresário diz desconhecer multa

Entrevista
DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS
DAS CURSOS DE BRASÍLIA

Por meio de advogados, o empresário Johan Eliasch informou que os 160 mil hectares comprados na Amazônia estão em nome do grupo Gethal. Seus advogados, porém, não deram detalhes sobre a participação de Eliasch na empresa. Também informaram ter conhecimento apenas de uma multa de 2003, "que está sendo discutida na esfera administrativa, mas que não é por dano ambiental".

Sobre supostas irregularidades no registro das terras no Incra, a defesa disse que "desconhece a informação, pois nunca recebeu nenhuma comunicação formal a respeito".

O advogado Aldo de Cresci Neto, que atua pela Gethal em ações judiciais por supostos danos ambientais, foi procurado, mas a secretaria dele orientou a reportagem a procurar a assessoria de Eliasch. Conforme a assessoria, a posição do empresário é a mesma de nota oficial divulgada na quarta-feira.

Eliasch se referiu, na nota, à investigação feita pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência) sobre compra de terras

feita por ele na Amazônia.

"De acordo com a mídia, o relatório da suposta investigação sugeriria que a entidade assistencialista Cool Earth, da qual sou co-fundador e co-presidente estaria: a) comprando grandes áreas na Amazônia e estimulando terceiros a fazer o mesmo; b) estimulando a exploração de ouro; e c) adquirindo terras no [parque do] Cristalino (MT)", afirmou na nota.

"Tais alegações são completamente infundadas e inverídicas. A Cool Earth não comprou e não vai comprar um acre de terra, seja na Amazônia ou em qualquer outro lugar." Sobre o parque do Cristalino, ele disse

que a Cool Earth não é proprietária de terras, somente atua na preservação da floresta.

"Também tem sido citado que eu teria dito que a floresta amazônica poderia ser comprada por US\$ 50 bilhões", acrescentou na nota. Ele disse que foi mal-interpretado em discurso de 2006 para indústrias seguradoras em Londres.

"Disse que a indústria teria incentivo ao apoiar a proteção das florestas." Eliasch afirmou que apenas destacou que o prejuízo de US\$ 75 bilhões da indústria com os danos causados pelo furacão Katrina era maior que o valor "de capital estimado para as florestas brasileiras".

Amazônia ganha mais três unidades de conservação

Áreas criadas ontem pelo governo superam a extensão da floresta devastada entre agosto de 2005 e julho de 2007

Proposto ainda na gestão de Marina, pacote anunciado ontem deixa de fora a criação de dois fundos destinados à preservação

MARTA SALOMON
DASUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou ontem, Dia Mundial do Meio Ambiente, mais três unidades de conservação ambiental na Amazônia, cuja área total, 26,5 mil quilômetros quadrados, equivale a quase 18 vezes a cidade de São Paulo e supera a extensão da floresta devastada entre agosto de 2005 e julho de 2007.

As unidades de conservação integram o "paredão verde" destinado a tentar conter o avanço da fronteira agrícola e o desmatamento da Amazônia, cujo ritmo voltou a crescer desde o final do ano passado.

"Temos de correr atrás do prejuízo, diminuir o desmatamento e preservar mais do que aquilo que se desmata", discursou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), em solenidade no Palácio do Planalto.

Das três unidades criadas ontem, a maior é o Parque Nacional de Mapinguari, no Amazonas. A mais polêmica é a Reserva Extrativista do Médio Xingu, no Pará, em decorrência da expectativa de setores do governo

de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Xingu. A terceira unidade, Ituxi (AM), também é uma reserva extrativista.

As unidades faziam parte de um pacote maior proposto pela ex-ministra Marina Silva e que aguardava deliberação da Casa Civil. Segundo dados oficiais, a devastação nas áreas de conservação apresenta percentuais reduzidos em relação ao restante da Amazônia.

"Eu estou sonhando aqui", disse Herculano Costa Silva, representante das 50 famílias da área da Resex do Xingu, escalado para discursar na cerimônia. Não participaram do ato o coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), Mangabeira Unger, nem o mi-

nistro Reinhold Stephanes (Agricultura).

O pacote anunciado ontem deixou de fora a criação de dois fundos destinados à preservação do meio ambiente. O Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia passará por nova rodada de discussão em grupo de trabalho interministerial.

Crédito verde

O governo avalia que tem condições de manter a regra que proíbe os bancos de emprestarem a agricultores que desmataram ilegalmente suas propriedades na Amazônia. Ontem a Folha revelou que a bancada ruralista tenta derrubar o decreto do presidente Lula sobre o assunto.

De acordo com a análise jurídica já disputada no Planalto, o bloqueio ao crédito rural tem amparo em pelo menos três leis diferentes e não depende exclusivamente do decreto presidencial de dezembro do ano passado, que tratou das medidas para conter o desmatamento na Amazônia.

Dessa forma, se o projeto que suspende partes do decreto presidencial for aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na próxima semana, a vedação aos empréstimos continuará valendo, segundo integrantes do governo.

Colaborou LEANDRA PERES, da Sucursal de Brasília

[+] CONGRESSO: DEPUTADA QUER CPI SOBRE TERRAS NA AMAZÔNIA

A intenção de Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) é apurar a compra de terras por estrangeiros, a briga entre índios e arrozeiros na Raposa/Serra do Sol, além de toda a situação fundiária que compõe a região. Ela protocolou o requerimento na Câmara. A Mesa Diretora já verificou que 199 deputados, 28 a mais do que o necessário, apóiam a comissão.

Floresta é como os vidros de água benta, diz Lula

DASUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ontem a metáforas para reclamar do volume de "palpites" que são dados sobre o gerenciamento da Amazônia. Em discurso de improviso durante cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, Lula disse que a Amazônia é como "aqueles vidros de água benta que tem na igreja". "Todo mundo acha que pode meter o dedo", reclamou.

"É são muitos palpites, posso dizer a vocês que palpite é o que não falta, e de pessoas que não têm autoridade política para fazer isso, pessoas que desmataram o que tinham e o que não tinham, pessoas que emitem CO, como ninguém e depois resolvem dizer: 'A Amazônia, nós precisamos pensar se ela é do Brasil'", acrescentou ele.

Segundo Lula, o Brasil quer partilhar com o mundo o debate sobre a Amazônia, mas avisou: "É importante que, quando as pessoas entrem na casa da gente, peçam licença para abrir a nossa geladeira, e não vão abrindo e pegando as coisas que tem lá para beber porque elas têm domo."

A despeito de críticas contra o governo neste sentido, o presidente disse ver uma consciência, dentro do governo e na sociedade, de que não há "incompatibilidade nenhuma" entre a combinação do desenvolvimento com a preservação ambiental. E defendeu a necessidade de ser "muito duro" com quem está fazendo queimada ou desmatando ilegalmente.

Ele atacou quem critica as concessões de terra feitas a indígenas e seringueiros: "As pessoas se esquecem de dizer que um único proprietário tem, às vezes, 1 milhão de hectares (...) e alguns ainda acham pouco e querem grilar a terra dos outros". (LETÍCIA SANDER)

Presidente compara Amazônia à água benta

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva previu ontem, durante a cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, que o Brasil será muito atacado por causa da Amazônia, mas afirmou que não teme o debate. Aproveitou o momento para, em discurso, criticar os que, segundo ele, passam o tempo todo dando palpites sobre o País e, principalmente, sobre a Amazônia, comparada à água benta.

"Não creio que tenha no mundo um exemplo igual ao nosso. A Europa só tem 0,3% da sua floresta nativa. O Brasil ainda tem 69% e é responsável por 28% das terras nativas (*do mundo*) que ainda sobrevivem das nossas florestas. Portanto,

quando alguém falar grosso com a gente – e a gente nunca fala grosso porque somos educados – temos de responder, de forma categórica, que nós não precisamos de palpites na nossa vida." Lula disse que a Amazônia é como aqueles vidros de água benta das igrejas católicas, "em que todo mundo acha que pode meter o dedo". Para ele, tem muita gente querendo pôr o dedo na Amazônia. "Não é que nós não queiramos ajuda, não é que nós queiramos partilhar os conhecimentos que precisamos ter da Amazônia, não é que nós não queiramos construir projetos conjuntos. Mas nós não podemos permitir que as pessoas tentem ditar as regras do que a gente tem que fazer na Amazônia. Palpite é o

que não falta, e de pessoas que não têm autoridade política para fazer isso, pessoas que desmataram o que tinham e o que não tinham, pessoas que emitem CO₂, como ninguém e depois resolvem dizer: 'A Amazônia, nós precisamos pensar se ela é do Brasil'."

Lula lembrou que os palpites vão além da Amazônia. "Esses dias vi um artigo questionando se o aquífero Guarani era do Brasil, era do Mercosul, porque está em alguns países. Nem nós ainda temos acesso à água do aquífero e já tem gente de fora achando que tem que preservar para a humanidade." Ao falar da assinatura dos atos de preservação de novas áreas, Lula disse que os números a respeito da conservação das florestas são favoráveis ao Brasil. "Nos últimos quatro anos

foram criados 20 milhões de hectares de unidades de conservação, homologados 10 milhões de hectares de terras indígenas."

Para Lula, a preservação põe o País em vantagem nos embates internacionais, principal-

CRÍTICAS

Pouco antes da cerimônia, o diretor da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, fez críticas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dizendo que "é uma desgraça do ponto de vista ambiental". Para ele, as licenças para as obras do PAC são "permissões para destruir" o ambiente. Mantovani criticou o ministro Carlos Minc, o qual chamou de "alucinado" por ter passado a apoiar o governo na construção de usinas nucleares, antes condenadas por ele. "Não é possível a gente acordar aí com um ministro alucinado falando em fazer mais três usinas nucleares." Mincrebateu. "É possível desenvolver sem destruir o meio ambiente." • T.M. e J.D.

**Para Mantovani,
licença de obras do
PAC é 'permissão
para destruir'**

mente na Organização Mundial do Comércio, "onde o jogo é mais pesado e ninguém quer abrir mão de vantagem. Nós podemos mostrar que o Brasil atingiu a maioridade para cuidar das suas coisas".

NOTA OFICIAL SOBRE DESMATAMENTO

O Governo de Roraima contesta os números do desmatamento nesse estado em abril de 2008, que seriam de 284,8 km², segundo informação do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), divulgada na mídia nacional.

O próprio Inpe, que defende os números, fala de imprecisão no monitoramento do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), uma vez que em março "78% da Amazônia estavam sob nuvens", enquanto em abril esse índice teria sido de 53%.

As imagens do Inpe revelam que Mato Grosso e Roraima eram os estados da Amazônia Legal com menor cobertura de nuvens naquele período. Portanto, com melhor possibilidade de identificação de desmatamento. Por isso, Mato Grosso, com 70%, e Roraima, com 25%, representam a quase totalidade, restando 5% para os demais estados. E Roraima, em segundo lugar na lista, era o único estado da região que estava em período de seca.

A Femact (Fundação Estadual de Meio-Ambiente, Ciência e Tecnologia) afirma que Roraima é o estado mais preservado da Amazônia Legal, com cerca de 3% de desmatamento. E defende que - nos dados levantados pelo Inpe - há evidências muito claras de áreas cumulativas, ou seja, os números de 2007 estão sendo somados novamente em 2008, além de incorporarem savanas (campos naturais).

As autorizações de desmatamento emitidas pela Femact em 2007 e 2008, somadas, atingem 59,85 km², quase cinco vezes inferior à área de desmatamento divulgada pelo Inpe.

O Governo de Roraima está empenhado em preservar o meio-ambiente e defende um plano nacional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Informações incompletas, no momento em que se discute demarcação de terras indígenas, não servem a essa causa. Por isso, determinou que a Femact realize estudo detalhado do desmatamento no estado, para que possam ser adotadas as providências legais cabíveis.

JOSE DE ANCHIETA JÚNIOR
Governador do Estado de Roraima

Governo contesta números do desmatamento

Da Redação

O Governo do Estado contestou ontem os números do desmatamento de abril de 2008, divulgados pelo Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais) na mídia nacional, que apontam Roraima com um desmatamento de 284,8 km².

Segundo nota divulgada pelo governo, o próprio Inpe fala de imprecisão no monitoramento do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), uma vez que em março "78% da Amazônia estavam sob nuvens", enquanto em abril esse índice teria sido de 53%.

As imagens do Inpe revelam que Mato Grosso e Roraima eram os estados da Amazônia Legal com menor cobertura de nuvens naquele período. Portanto, com melhor possibilidade de identificação de desmatamento. Por isso, Mato Grosso, com 70%, e Roraima, com 25%, representam a quase totalidade, restando 5% para os demais estados. E Roraima, em segundo lugar na lista, era o único Estado da região que estava em período de seca.

A Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia) afirma que Roraima é o Estado mais preservado da Amazônia Legal, com cerca de 3% de desmatamento. E defende que - nos dados levantados pelo Inpe - há evidências muito claras de áreas cumulativas, ou seja, os números de 2007 estão sendo somados novamente em 2008, além de incorporarem savanas (campos naturais).

As autorizações de desmatamento emitidas pela Femact em 2007 e 2008, somadas, atingem 59,85 km², quase cinco vezes inferior à área de desmatamento divulgada pelo Inpe.

"O Governo de Roraima está empenhado em preservar o meio ambiente e defende um plano nacional de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Informações incompletas, no momento em que se discute demarcação de terras indígenas, não servem a essa causa. Por isso, determinou que a Femact realize estudo detalhado do desmatamento no Estado, para que possam ser adotadas as providências legais cabíveis", diz a nota assinada pelo governador Anchieta Júnior (PSDB).

CPI vota hoje relatório final sobre subnutrição de crianças indígenas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Subnutrição de Crianças Indígenas se reúne hoje para votar seu relatório final, elaborado pelo deputado **Vicentinho Alves (PR-TO)**. No documento, apresentado na semana passada, o deputado sugere ações para combater a desnutrição e melhorar a assistência à saúde indígena.

Entre as medidas propostas, está o fim dos convênios firmados entre a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e organizações não-governamentais para a contratação de

recursos humanos. "A saúde, a educação e a segurança pública são deveres do Estado e não podem ser terceirizados", afirmou o deputado.

Vicentinho Alves também defende a revisão dos casos de cessão de servidores da Funasa para o Sistema Único de Saúde (SUS) e recomenda maior integração entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Funasa nas localidades onde a desnutrição é mais grave, como no Maranhão. Alves ressaltou ainda a necessidade da compra

de veículos para executar ações de saúde e da construção de unidades de saúde dentro das aldeias ou próximas a elas.

Cesta básica

O relatório sugere o fornecimento de cestas básicas pelo Ministério do Desenvolvimento Social em articulação com a Funasa. O documento também aponta para a necessidade da promoção de políticas públicas que contenham assistência técnica e financiamento para melhorar a produção agrícola dos índios.

Segundo Alves, também é necessária a revisão dos limites das terras demarcadas dos povos indígenas Guarani, Kaiowá e Terena e a garantia de espaço territorial adequado para eles. O relator ainda considera importante o aumento do número de procuradores federais envolvidos em investigações relacionadas à desnutrição de crianças indígenas e a contratação de pessoal para a Funai.

Coisas da Política,

Mauro Santayana
maurosantayana@uol.com.br

Os índios do Norte e os índios do Sul

O MAIS GRAVE PROBLEMA indígena brasileiro não se localiza na Amazônia. Lá, o que se encontra em jogo é a soberania do país, ameaçada pelos interesses conhecidos. No Sudoeste, e mais precisamente na fronteira com o Paraguai, em Dourados, os caiovás, guaranis e terenás são dizimados pela miséria. Suas terras foram, paulatinamente, invadidas por posseiros e grileiros. A pressão dos pecuaristas e grandes plantadores, atraídos depois pela fertilidade das terras do Vale do Rio Paraná, reduziu ainda mais seu espaço ancestral, sem que lhes fossem abertos os caminhos de integração. O processo, iniciado há mais de 50 anos, foi mal conduzido. Houve a ruptura com os costumes tribais, sem que se consolidasse o processo de sua integração na sociedade rural circundante. Entre as duas culturas poderia ter havido a troca recíproca de conhecimentos, com o enriquecimento mútuo. Em suma, faltou, a uns e a outros, o que tem faltado ao Brasil como um todo: educação de boa qualidade. Educação que permitisse a transformação pacífica de caçadores em agricultores sedentários, trabalhadores urbanos, e em profissionais com formação universitária. Em razão disso, sentem-se hoje sem mundo próprio.

Sem mundo próprio se sentia também José María Arguedas, o melhor escritor peruano, branco, filho de pai e mãe de sangue europeu, que viveu sua primeira infância entre os índios do Altiplano, estudou antropologia e se destacou com seus livros de ficção e a magnífica autobiografia *Los ríos profundos*. Arguedas discutiu, em quase todos os seus livros, a crise de identidade: ainda que branco, ele se sentia, pela formação espiritual, um índio. Aprender quichua antes de aprender espanhol, e era um estranho na cultura a que se inseriu, ao retornar ao convívio com a comunidade em que nasceu. Essa circunstância do destino o colocava entre uma e outra visão do mundo, e o levou a fazer o que muitos de nossos índios, sobretudo os de Dourados, têm feito. Ele se matou, aos 58 anos, em uma sala de aulas

na Universidade de Lima, em que era professor, imerso em profunda depressão. Antes, e a conselho de seu médico, como tentativa de catarse, escreveu o magnífico e inconcluso *El zorro de arriba y el zorro de abajo*, em que descreve o caminho de alguém rumo à morte voluntária.

Em ensaio publicado em 1950, a propósito da linguagem empregada pelos seus personagens – e antes de sua obra maior, *Los ríos profundos* – expressou o pessimismo de forma inequívoca: "Hasta cuándo durará la dualidad trágica de lo índio y lo occidental? Una angustia creciente opina a quien, desde lo interno del drama, contempla el porvenir". E termina

dizendo que o povo indígena dos Andes, com sua cultura pré-colombiana sedimentada, não cederá, senão diante de uma "solução total". Para Arguedas, com sua grande cultura, a solução para o drama pessoal foi a mesma dos índios de Dourados, que têm procurado o êxodo para a morte. Ele procurou a terceira margem do rio, como o personagem de Guimarães Rosa.

Em nosso caso é possível encontrar os meios necessários a fim de acolher os indígenas na comunidade nacional, à qual pertencem, com todos os direitos. Para isso é mais importante ouvir os humanistas que identificam; no índio, o homem, com toda sua potencialidade de realização histórica, e não os que nele enxergam o incapaz, ou, pior ainda, o ser primitivo que deve ser estudado em sua concha intocada – prisioneiros do passado. Há, ainda, os *profiteurs* da filantropia alheia, como os dirigentes dessas ongés que pululam na Amazônia, mas são escassas no Mato Grosso do Sul, onde falta o romantismo das ocas e se escancara a miséria das favelas rurais.

E já que estamos no assunto, vale a pena ouvir o depoimento – que está circulando na internet, em vídeo – do maior dos sertanistas brasileiros, o respeitável Orlando Villas-Boas, sobre os ianomânis, cuja legitimidade étnica é contestada por especialistas. Logo depois de decidida a demarcação do território ianomâni pelo governo Collor, e antes de sua morte, Orlando denunciou – e ele sabia das coisas – o projeto internacional de transformar aquela discutível tribo em nação, e fazer da área protegida dos Estados Unidos. O primeiro passo foi dado com a resolução da ONU, no ano passado – com o apoio do Brasil – que reconhece os direitos dos índios à sua autonomia nacional.

Dossiê aponta desvio de verbas

ONG contratada sem licitação recebe R\$ 28 milhões

Talita Lima

A secretaria de Desenvolvimento Econômico de Niterói, Jandira Feghali, entregou ontem às procuradoras Roberta Trajano e Marina Filgueiras, do Ministério Público Federal, um relatório do TCU (Tribunal de Contas da União), no qual constam inúmeras irregularidades de desvio de verbas do governo federal para a área de saúde do município do Rio de Janeiro.

A pré-candidata do PC do B à prefeitura do Rio de Janeiro disse que pediu o relatório ao TCU o relatório em 2005, quando ela ainda era deputada federal. Ela critica a assistência básica de saúde no município e diz que milhões de reais são desviados. As procuradoras não quiseram se pronunciar antes de ler o conteúdo do relatório apresentado.

O TCU fez a análise de 2004 a 2006, mas só hoje pude

entregar ao MP Federal, disse a ex-deputada.

Uma das irregularidades seria a contratação sem licitação da ONG Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste (Cieszo). Segundo o relatório, a entidade recebe

Procurador disse que organizações idôneas são minoria entre as que recebem verba

R\$ 28 milhões por ano da prefeitura para atuar do Programa de Saúde da Família.

O JB procurou ontem a presidente da ONG, Maria José Bezerra, mas ela não quis dar entrevista por telefone.

- Esse dinheiro nunca chegou ao Programa de Saúde. No meio de uma epidemia de den-

Ou o pitoresco descuido do ministro Orlando Silva, do Esporte, que pagou com o cartão R\$ 8,30 por uma tapioca.

Claro que a oposição não pode engolir em seco o relatório do fecundo deputado Luiz Sérgio. Anuncia que reagirá com as armas da minoria: o voto em separado tentará desmontar a atapuca do relator. E o pedido de indiciamento da ministra-candidata Dilma Rousseff e de todos os envolvidos com o dossiê.

Novos escândalos e denúncias rolam a pedra do esquecimento morro abaixo. A ministra-candidata Dilma Rousseff ocupa-se com a denúncia do dia da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) do seu envolvimento na negociação da Varig e da VarigLog, suspeita de fraude e tráfico de influência.

Até quando o governo e o Congresso suportarão a enxurrada de escândalos que parece não ter fim?

"Assistência à saúde indígena deixa a desejar", diz diretor da Funai

Alex Rodrigues
Repórter da Agência Brasil

Brasília - "A assistência à saúde indígena deixa a desejar". Assim o administrador-executivo regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Macapá (AP) Frederico de Miranda Oliveira respondeu às perguntas da Agência Brasil sobre o surto de diarréia e vômito que já matou um garoto de um ano e atingiu outras 57 crianças e quatro adultos da aldeia Tiriyó, no município de Óbidos, norte do Pará.

"Até hoje, o poder público não conseguiu dar uma resposta à altura para o problema [da atenção à saúde dos índios]", disse Miranda. "A assistência à saúde deixa muito a desejar não só no norte do Pará, mas também do Amapá e em outras partes do Brasil. Ela está muito prejudicada em todas as terras indígenas."

O diretor reconhece que a não liberação de recursos impede o atendimento adequado, mas destaca problemas políticos dentro da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) como um dos maiores entraves às ações do órgão de saúde. "Há problemas dentro da própria Funasa em Brasília. Isso já foi discutido até com o Ministério Público Federal", comenta.

"Há situações políticas que têm de ser resolvidas, questões com organizações não-governamentais (ONGs) inadimplentes com encaminhamentos equivocados na área de assistência. Tudo isso junto acaba criando um grande problema para que a atenção à saúde não ocorra como deveria", afirma Miranda.

O diretor explica que o máximo que a Funai pode fazer é, quando solicitada pela Funasa, dar apoio operacional e institucional. Ele diz que a Funai, responsável por estabelecer e executar a política indigenista no Brasil, já recorreu ao Ministério Público. "Os problemas da saúde indígena são graves e complexos. Envolve a Funasa em Brasília, articulações políticas. As ações não são só a nível local e o Ministério Público é importante porque pode ajudar a resolver as coisas de forma mais rápida."

A Agência Brasil não conseguiu entrar em contato com a Funasa para comentar as críticas do diretor da Funai. Leia abaixo íntegra da nota divulgada pelo órgão sobre o caso.

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) vem a público prestar esclarecimentos sobre as informações veiculadas na imprensa a respeito do surto de diarréia, vômito e febre que ocasionou o óbito do pequeno indígena Gian, de 18 meses. A Funasa lamenta profundamente a morte da criança, que pertence à aldeia Tiriyós - Parque do Tumucumaque, no Pólo-base Missão Tiriyós, do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Amapá e Norte do Pará. As informações são as seguintes:

1 - A Coordenação Regional da Funasa no Amapá (Core/AP) enviou uma equipe nesta segunda-feira (14/4) – formada por dois enfermeiros e três auxiliares de enfermagem do corpo técnico da Fundação – para a região. Vários medicamentos também foram encaminhados para o local, ontem.

2 - Nesta quarta-feira (16/4), a Core/AP, em parceria com a Prefeitura de Macapá, enviará um médico clínico-geral para o local. Esse profissional ficará na região pelos próximos 15 dias.

3 - O surto de diarréia, vômito e febre atingiu a aldeia Tiriyós, composta de cerca de 600 índios. O Parque do Tumucumaque possui, aproximadamente, 1.1 mil indígenas. Localizado no extremo norte do Pará, essa região é próxima à fronteira com o Suriname.

4 - A Funasa já prestou, até o momento, assistência a 62 índios na região. Quatro casos mais graves foram levados de helicóptero para melhorar o atendimento médico em Macapá (AP). Mas, infelizmente, o menino Gian veio a falecer no hospital.

5 - O objetivo dos profissionais de saúde da Funasa é erradicar o surto na aldeia Tiriyós e, assim, evitar sua proliferação pela região.

6 - As organizações não-governamentais (ONGs) Apitkatxi e Apitu, que realizavam a prestação de serviços de atenção à saúde indígena na região, estão com problemas relativos à prestação de contas. Os casos estão sendo avaliados internamente pela Funasa, que não tem problemas financeiros para efetuar esses repasses. Mas essas ONGs precisam se adequar às diretrizes da Funasa.

7 - O Departamento de Saúde Indígena da Funasa encaminhou esta semana uma lista de 43 itens de remédios, já previstos na programação regular de envio para o Dsei Amapá e Norte do Pará. Os medicamentos chegam, no máximo, em 72 horas.

8 - A Core/AP solicitou, ainda, mais uma série de medicamentos para enfrentar o surto. O Desai já autorizou, em caráter excepcional, a compra desses remédios, que está sendo efetuada e encaminhada para a região nos próximos dias. Alguns dos medicamentos da lista também serão repassados por outros Dseis, próximos da região.

9 - Paralelamente, a Funasa realiza um trabalho de inquérito nutricional e alimentar indígena em 119 aldeias do país, por amostragem. O público-alvo desse trabalho são crianças menores de cinco anos e mulheres indígenas, entre 14 e 49 anos. O inquérito é uma iniciativa da Funasa, por meio do Projeto Vigisus II (parceria do Governo Brasileiro com o Banco Mundial), Abrasco e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O resultado desse trabalho servirá de subsídio para ações de saúde indígena nos próximos anos, baseado no modelo implantado do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), da Funasa.

A Funasa reitera o compromisso de continuar adotando as medidas que forem necessárias para garantir a total transparência de seus atos de gestão perante a sociedade e o País.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Fique V. Ex^a sabendo desde já que conta com a minha assinatura no pedido de CPI que pretende formular.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, eminente representante do belo Estado do Rio Grande do Sul, onde estarei a partir de domingo à noite em missão na CPI da Pedofilia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mesquita Júnior, quero aproveitar a sua fala para lhe pedir, aqui da tribuna do Senado, que me represente naquele evento, porque V. Ex^a sabe que estou fazendo um tratamento aqui por dois motivos: essa hemorragia que me deu na vista esquerda, feito um derrame, e o pequeno problema que me deu de infecção, por uma pancada na perna. É somente por isso que não estarei lá junto ao Senador Magno Malta. Então eu queria que V.

Ex^a, se puder, justifique a minha não-presença naquela atividade que haverá na Assembléia Legislativa.

Senador Mesquita Júnior, Senador Geovani, Senador Mozarildo, estou há três dias para falar do meio ambiente e acho que hoje vou conseguir falar.

Mas não tenho como deixar de registrar um fato, já que V. Ex^a, quando anunciou minha subida a esta tribuna, fez referência ao nosso querido Rio Grande do Sul. Eu diria a V. Ex^a que, nesses últimos meses, independentemente da crise econômica, há um clima de muita tristeza no Rio Grande do Sul, de muita decepção com o gestor público. Prometo, outro dia, aprofundar-me nesse assunto, porque hoje eu quero falar do meio ambiente.

Foi instalada lá a CPI do Detran. Um companheiro meu, Deputado Fabiano Pereira, é o Presidente daquela Comissão. O que a imprensa está divulgando... Eu falava a V. Ex^a, Senador Geovani, ainda hoje, que

não vou acusar ninguém, citar nome de ninguém. Mas o que o jornal *Zero Hora*, o *Correio do Povo*, o *Jornal do Comércio*, o jornal *O Sul* e o jornal *Grupo Sinos* e todas as rádios e TVs estão divulgando de gravações que a Polícia Federal colocou à disposição da CPI!... Entendo que uma minoria – não estou aqui condenando ninguém – apropriou-se do Detran, desviando milhões de reais. E as gravações chegam a revelar: Olha, vai depositar um milhão na conta de sicrano; desse um milhão, divida cem assim; e consulte o outro, para ver para onde vai a outra parte da verba do dinheiro público.

É lamentável! Sei que o povo gaúcho está, não digo chorando, mas está muito machucado. Porque nunca na história do Rio Grande apareceu uma denúncia tão grave como essa. Nunca! Nunca na história do povo gaúcho!

Não quero fazer nenhuma injustiça. Vou me apropriar mais dos dados e até comentarei em outro momento. Isso não faz parte da tradição do Rio Grande. Isso não faz parte da tradição do Rio Grande. Acho que é um grupo minoritário. Lá no Sul, a gente usa muito o termo erva daninha. É uma erva daninha que será retirada para permitir que, de fato, os campos voltem com toda a força que sempre tiveram, aquele verde bonito, enfim, que representa os pagos, as planícies, os campos e as serras do nosso querido Rio Grande.

Apenas faço este pequeno desabafo aqui. Sei que o povo do Rio Grande está assistindo neste momento e percebendo o que fiz aqui, como havia falado para V. Ex^a, de forma muito respeitosa. Não estou aqui acusando ninguém, mas o que está sendo divulgado é assustador. É assustador! Repito, nunca ouvido ou visto na história do Rio Grande. Não estou aqui condenando partido nenhum. Não estou aqui condenando Parlamentar nenhum, mas que houve um assalto ao Detran, houve. E, naturalmente, aqueles que assaltaram, uma vez comprovado, vão ter que responder, até porque as gravações que as rádios, as TVs estão divulgando são algo que não deixa nenhuma dúvida do crime que foi cometido, e num Estado como o nosso que está com uma série de dificuldades.

Estamos aqui tentando, junto ao Governo Federal... Já conseguimos o aval... Tem um problema, agora, junto ao Supremo Tribunal Federal, que estamos também resolvendo. Estamos tentando um aporte de mais de US\$1 bilhão impressos junto ao Banco Mundial, para buscarmos a recuperação do Rio Grande. E, quando vemos que grande parte de verbas como essa, que eu digo, são milhões de reais – fala-se em torno de R\$50 milhões desviados – desviados, isso assusta, preocupa, mas quero acreditar que vamos resolver e,

quem for culpado, seja quem for, vai ter que responder pelo crime cometido contra o povo gaúcho.

Senador Mesquita Júnior, esperei até este momento para que eu pudesse falar de um tema que sei é apaixonante também para V. Ex^a. Aqui todos os Senadores que usaram a tribuna, de uma forma ou de outra, tocaram nesse assunto. Quero falar sobre o meio ambiente. Ontem, dia 5, foi o Dia Internacional do Meio Ambiente e da Ecologia.

Eu começaria dizendo, Sr. Presidente Mesquita Júnior, que o coração do Planeta Terra está pulsando mais forte, provavelmente esse coração emocionado pela celebração, pelas homenagens que estão sendo feitas em todo o mundo ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Emocionado ele está, mas sabemos que ferido ele está também, porque a agressão ao meio ambiente no mundo todo é da maior gravidade.

Eu lembraria aqui que, em 22 de abril foi a vez do Dia Internacional do Planeta Terra, quando vim à tribuna. Já em 22 de maio, falei desta tribuna pelo Dia Internacional da Biodiversidade e o tema deste ano é também a biodiversidade e a agricultura.

A intenção, claro, é chamar a atenção de como as atividades humanas geram profundos impactos para o ecossistema do nosso planeta.

Um exemplo direto disso é o caso do tráfico, só como exemplo aqui, de animais silvestres, que são comercializados por espécie.

No período de março de 2007 a março de 2008, foi celebrado também o Ano Polar Internacional, que é um fórum mundial que pretende discutir e aprofundar as pesquisas de ponta desenvolvidas nos Pólos Sul e Norte, reunindo exploradores de diversos países para estudar a relação destes inóspitos locais gelados com o restante do planeta, como interagem, como funcionam, e de que forma influenciam os oceanos, atmosferas e massas terrestres. Ele são imensos e privilegiados laboratórios terrestres que temos de valorizar.

Este também é o Ano Internacional dos Recifes de Coral. Trata-se de um esforço global para aumentar o conhecimento sobre o assunto e é uma forma de apoiar trabalhos de pesquisa, conservação e manejo.

Nós estamos vivendo, também, Sr. Presidente, a Década Brasileira da Água. Ela tem como objetivo promover e intensificar a formulação e a implementação de políticas, programas e projetos que dizem respeito ao gerenciamento e uso sustentável da água e assegurar a participação de todos a fim de que colaborem para que os objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos sejam realmente efetivados.

Sr. Presidente, cumprimentamos em especial o Meio Ambiente e a Ecologia pelo seu aniversário ontem, dia 5 de junho.

Diversos já foram os temas escolhidos para esse dia tão especial comemorado desde 1972. Houve um ano em que fizemos um longo e positivo debate em todo o mundo acerca da chuva ácida. Depois, discutimos, com a mesma importância, a poluição no mundo. Depois o aquecimento global, os oceanos, a água, o consumo e as cidades verdes.

Sabemos que a natureza conta com o apoio, com certeza absoluta, deste Parlamento, porque ela representa a vida, a garantia de qualidade de vida para toda a humanidade. Por isso, todos precisamos ter claro que dependemos da natureza. Defender a natureza, repito, é defender a vida de cada um de nós e de todas as gerações futuras.

Lembro aqui, Sr. Presidente, que a *BBC News* publicou matéria recente onde informa que “os danos a florestas, rios, vida marinha e outras reservas naturais podem reduzir pela metade os padrões de vida das populações pobres do planeta”.

Essa notícia teve por base um estudo divulgado durante a Convenção sobre Diversidade Biológica realizada em Bonn, na Alemanha.

A iniciativa, Sr. Presidente, de realizar o estudo foi lançada pelo Governo alemão e a Comissão Européia quando a Alemanha estava na Presidência do G8.

Vocês podem ver que, como sempre, os pobres, por esse relatório que estou aqui anunciando, são os maiores atingidos.

A pesquisa *A Economia de Ecossistemas e Biodiversidade* mostrou que os atuais índices de declínio na natureza podem reduzir o PIB, Produto Interno Bruto, global em cerca de 7% até 2050.

Lembro aqui, Sr. Presidente, que o líder do projeto, Pavan Sukhdev, que é diretor da divisão de mercados globais do *Deutsche Bank*, disse:

Chegamos a respostas como 6% ou 8% do PIB quando pensamos sobre os benefícios de ecossistemas intactos, em que há um controle do uso da água, de enchentes e secas e do fluxo de nutrientes da floresta para o campo.

Mas aí você percebe que os grandes beneficiários (da natureza) são os 1,5 bilhão de pobres do mundo; esses sistemas naturais representam de 40% a 50% do que nós definimos como ‘PIB dos pobres’.

Ou seja, o que ele sintetiza aqui é que, se investirmos, efetivamente, na defesa do meio ambiente, estaremos ajudando os pobres do mundo todo. Por isso ele insiste tanto nessa tese.

Sr. Presidente, cada um de nós é um agente ativo do desenvolvimento sustentável; cada um de nós é parte

de um grande todo. E nesse todo, somos responsáveis pelo espaço, que não somente nós ocupamos, mas pela vida que pulsa em cada parte do nosso planeta.

Alguns depreciadores da questão ambiental se perguntam por que as empresas têm que se preocupar com o desenvolvimento sustentável uma vez que geram empregos e pagam tributos?

Um grande engano. Achar que só gerar empregos e pagar tributos – você já respondeu – para a questão ambiental é um absurdo. Cada um de nós, independentemente da sua função, da sua atividade, no Parlamento, como empreendedor ou como trabalhador, tem que ter responsabilidade econômica e social com o meio ambiente. Aí, sim, você estará fazendo a sua parte.

Eu diria mais. Essas pessoas deveriam olhar com bastante atenção para o faturamento de algumas empresas multinacionais e compará-las com o PIB de alguns países. Garanto que tomariam um susto!

A responsabilidade com o meio ambiente é de todos nós!

Eu não deixaria de falar sobre a nossa querida Amazônia e quero citar e depois vou comentar um pouco a questão do Rio Grande.

O desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica, o aquecimento global, a depredação da fauna e da flora, o uso irracional da água, tudo é problema nosso e não apenas de alguns.

Quero, Sr. Presidente, trazer para esta tribuna uma dessas bandeiras que entendo fundamental para a natureza. Tenho recebido do povo gaúcho, do meu Rio Grande, diversos questionamentos a respeito do que estamos fazendo sobre a situação atual do Parque Estadual Delta do Jacuí.

O Delta do Jacuí é um conjunto hidrográfico de 16 ilhas, canais, pântanos e charcos do Rio Grande do Sul, que se formam a partir do encontro dos Rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí.

Este mês, Senador Mozarildo, em que todos falam da Amazônia, faço questão de trazer aqui... Vamos falar da Amazônia, mas ajudem a se preocupar com a Amazônia, responder à expectativa que focam na Amazônia, com os rios, com as florestas, mas também com o povo da Amazônia. Eu sei que esse é o eixo do seu pronunciamento.

O próprio Rio dos Sinos chocou o Brasil quando vimos milhões de peixes mortos naquele rio, porque ele estava morrendo, o que fez com que aprovássemos aqui – agradeço a todos os Senadores por isso – uma emenda, pode-se dizer, simbólica, de R\$200 milhões, para tentar recuperar o Rio dos Sinos. Claro que, depois, os R\$200 milhões viraram R\$20 milhões e, infelizmente, acabamos aportando lá algo em torno

de R\$20 milhões para ajudar a recuperar o Rio dos Sinos, por uma emenda que propus.

São as águas que passam pelo Delta do Jacuí que formam o nosso querido Lago Guaíba, que muitos chamam de Rio Guaíba, cujas águas seguem para a Lagoa dos Patos e, por seqüência, para o Oceano Atlântico.

Pois bem, o parque sofre de abandono e precisa do apoio das autoridades e da mobilização da sociedade para ser efetivamente garantido, respeitado, implementado e ter direito à vida.

Logo no início do mês de abril foi ajuizada uma ação civil pública por parte do Ministério Públco estadual neste sentido, pois os promotores das áreas urbanística e ambiental do Ministério afirmam que "a situação é caótica no local".

O 2º Juizado da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre concedeu parcialmente a liminar pedida na ação, ordenando a elaboração urgente, pelo Município de Porto Alegre e pelo Estado do Rio Grande do Sul, de um Plano de Manejo Emergencial a ser aplicado imediatamente no Parque Estadual Delta do Jacuí.

Sr. Presidente, eu diria que sou parceiro nessa luta em favor do nosso Delta e de todas as ações que forem feitas em favor da preservação do nosso meio ambiente. Aqui, no caso específico, está-se tratando da água.

Sr. Presidente, ao falar sobre meio ambiente, é importante dizer também sobre a reciclagem de lixo. Outro dia, que culminou com esse meu problema de doença de hoje, eu peguei um vôo daqui para Porto Alegre. Chegamos em Porto Alegre, o avião não conseguiu descer, e tivemos que descer em Curitiba. Eu, com problema de infecção numa perna, tive que viajar 12 horas de ônibus de Curitiba a Porto Alegre. Daí, fiquei quatro dias no Hospital Ulbra, lá em Canoas.

Mas, como alguém já disse que não há mal que venha só, que há sempre um bem que o acompanha, eu, nessa viagem de ônibus de 12 horas de Curitiba a Porto Alegre, encontrei o professor Nilton Fischer. Esse professor leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Lasalle, lá em Canoas, de onde eu vim, da base do Sindicato dos Metalúrgicos. Tivemos uma longa conversa, e muito boa, sobre a questão da reciclagem, e eu disse a ele que eu falaria aqui, no Dia do Meio Ambiente, sobre a importância da reciclagem, da recuperação do material usado, pois isto, sim, vai evitar o corte permanente das nossas florestas.

Ele me encaminhou um e-mail que me subsidiou com dados importantes sobre o assunto da reciclagem. Diz ele: "estão acontecendo parcerias importantes nesse sentido. Temos o Movimento Nacional dos Catado-

res". E quero dizer que apresentei um projeto de lei, há dois anos – e, mais uma vez, elogio o Senado, que aprovou por unanimidade o projeto –, que já está na Câmara para regulamentar a situação dos catadores de lixo. "Temos associações independentes, universidades e outras entidades como o Cempre, o Instituto Ethos e muitas outras", que estão trabalhando com a questão dos catadores.

O Movimento dos Catadores pratica o apoio mútuo, a solidariedade da classe e objetiva a conquistar "o direito à cidade", local para o trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e a sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores.

O que eles querem com isso? Não que os catadores sejam retirados simplesmente da rua e jogados nos lixões, mas que os catadores sejam transferidos para galpões com estruturas dignas onde possam fazer a coleta seletiva, que vai garantir também a sustentação dos seus familiares, com creche e escola para crianças.

Em seguida, Senador Mozarildo Cavalcanti, assim que eu puder aqui desenvolver o raciocínio, quero conceder o aparte a V. Ex^a.

Quero lembrar aqui ainda que apresentei o Projeto nº 618, de 2007, que avança mais ainda do que o projeto primeiro que eu já havia apresentado. Trata dessa questão da reciclagem e do papel fundamental dos catadores, porque acredito na importância da tarefa que eles executam.

Neste ano, apresentei outro projeto, de nº 112, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública para determinar que o Poder Públco priorize a compra de papel reciclado.

Acho que o Poder Públco, com esse projeto, devia dar o exemplo de efetivamente usar – o Congresso Nacional, por exemplo – tudo o que fosse possível. Claro, não posso engessar. Também o Executivo, também o Judiciário, também as prefeituras, enfim, que essa responsabilidade, que eu digo, ambiental, política e econômica passe indiretamente não digo a obrigar, mas a incentivar que o papel reciclado seja usado.

As compras governamentais, que, no Brasil, movimentam recursos estimados em 10% do PIB, mobilizam setores importantes da economia, que se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação.

Entretanto, embora o Brasil tenha avançado bastante na direção da transparéncia dos processos, ampliando o controle social e reduzindo – porque é muito grande ainda – o risco de fraudes, o modelo vigente ainda inspira a maioria dos editais de licitação, porque o País ainda é omisso em relação a uma premissa fundamental que aponta para a importância de que toda

a concorrência passe também por certo percentual na hora de decidir se aquela empresa está ou não cumprindo a sua responsabilidade no chamado desenvolvimento sustentável e ambiental.

Por exemplo, para a nossa população entender: se duas empresas concorrem em edital do serviço público, para mim, deveria contar ponto positivo para aquela empresa que, efetivamente, comprovar que está assumindo a sua responsabilidade social e ambiental, o que poderia ser até motivo de desempate, por exemplo. Só para dar um exemplo. A temática ambiental precisa ser olhada com mais atenção.

Há inúmeros exemplos de universidades, de ONGs que têm se dedicado à pesquisa relativa à reciclagem do lixo. Por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul lançou o “Projeto Universidade sem Lixo”. Esse projeto, por um sistema de gestão integrada de resíduos, poderá ser implantado em Município de pequeno porte, se copiarmos o exemplo da nossa Universidade Federal.

A Universidade justifica o projeto dizendo que a problemática dos resíduos sólidos, em iminente perigo, está presente em todas as comunidades e que é justamente no meio acadêmico que essa questão deve ser debatida, implementada. Como a UFRGS é foco de convergência de conhecimento e por tudo isso tem que dar o exemplo. Está dando o exemplo e fazendo parceria com os Municípios, para que eles copiem o modelo usado pela Universidade Federal.

O Cempre, Compromisso Empresarial para Reciclagem, é uma associação sem fins lucrativos que se dedica à promoção da reciclagem de acordo com o conceito de gerenciamento integrado do lixo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, faço questão do seu aparte. Depois, eu continuo, até para que eu possa tomar aqui um copo de água e, naturalmente, ouvir sua contribuição que, tenho certeza, será importantíssima para o meu pronunciamento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paim, V. Ex^a é dos poucos, digamos assim, que defendem com serenidade, com bom senso, essa questão. Por isso mesmo, eu quero dizer a V. Ex^a que nós precisamos, como eu disse, criar aqui, principalmente com relação à Amazônia, que é 61% do território nacional, a Amazônia Legal, e que está no foco de várias coisas... Primeiro, a declarada internacionalização da Amazônia não é mais uma miragem no deserto, não. Ela é declarada por inúmeras pessoas. E o desgoverno que existe na Amazônia? Desgoverno, por quê? Porque o Governo Federal não trata aquela região como se fosse parte da Federação, age como se ali fosse realmente uma coisa federal e não existissem os Estados. Com isso, propicia a desconexão entre Es-

tados, Municípios e Governo Federal. Aí, se agravam, portanto, os problemas fundiários, ambientais – uma correlação íntima entre fundiário e ambiental –, de fronteira, indigenistas. E estão todos imbricados. E a ausência do Estado – quando eu falo, é o Estado brasileiro – naquela região imensa está levando realmente a facilitar essas coisas. Então, eu não estou aqui me contrapondo ao pronunciamento de V. Ex^a. Ao contrário, eu quero me somar à preocupação. V. Ex^a disse muito bem, que eu primeiro vejo o viés humanista. Para mim, o ser humano tem de estar acima de tudo. Aliás, uma coisa não é incompatível com a outra. Por isso mesmo, vou pedir uma CPI só sobre a Amazônia, porque ela é urgente, dado o quadro em que está, mas acho que nós deveríamos pensar de maneira global o Brasil na questão do meio ambiente: se lá no seu Estado há uma peculiaridade, se a Mata Atlântica como um todo tem uma outra peculiaridade... Mas nós não podemos deixar essas questões na mão de ONGs como essa *Cool Earth* e outras mais que, no fundo, se vestem com essa capa bonita da tese de defesa do meio ambiente para, na verdade, fazer negócios ilícitos e visando, na prática, lucro e domínio sobre a Amazônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, eu não esperava outro aparte de V. Ex^a que não fosse nessa linha. V. Ex^a, inclusive, ampliou agora, nesse aparte, a sua preocupação, a CPI que já havia anunciado sobre a questão da Amazônia. Como V. Ex^a diz, além da Amazônia, nós poderíamos, na CPI, discutir toda a questão do meio ambiente no nosso País, com um único objetivo: o de aprimorar.

Na minha fala tentei demonstrar que a questão do meio ambiente é vida e V. Ex^a reafirma: vida, os seres humanos fazem parte desse contexto. Não se pode falar em vida achando que são somente os animais, a floresta e desconhecendo os seres humanos.

V. Ex^a foi feliz na sua colocação. Eu acho que é esse o debate que temos que fazer. Todo mundo fala em defesa do meio ambiente. Mas o que efetivamente nós estamos fazendo? Eu estou vendo que sua proposta de CPI é como aquela proposta do Senador Cristovam que alguns não entenderam. O Senador Cristovam propôs uma CPI sobre educação, mas não é para atirar contra ninguém; era para ver o que está acontecendo com a educação e o que o Congresso, o Executivo e a sociedade organizada podem fazer a favor da educação.

Entendi que a sua proposta é a mesma. Não é contra ambientalista, não é contra Governo, não é contra esse ou aquele Parlamentar, não é contra índio, não é contra negro, não é contra caboclo, como os termos usados nas mais variadas regiões. É para a gente ver o que está sendo feito e o que nós podemos fazer,

senão todo ano a gente vem aqui na base da denúncia: está-se fazendo isso, está-se fazendo aquilo, e os caminhos não são apontados. Por isso o aparte de V. Ex^a fica incorporado ao meu pronunciamento.

Senador Geraldo Mesquita, Senador Geovani, eu falava sobre o Cempre – estou falando aqui de empresários – Compromisso Empresarial para Reciclagem. É uma associação sem fins lucrativos que se dedica à promoção da reciclagem dentro do conceito gerenciamento integrado do lixo. Ela se dedica a aumentar a consciência da sociedade sobre a importância da redução, reutilização e reciclagem do lixo através de publicação, pesquisas técnicas, seminários e banco de dados.

Senador Geovani, o Instituto Ethos, que conta com o UniEthos – Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável –, é uma instituição também sem fins lucrativos, voltada à pesquisa, produção de conhecimento, instrumentalização e capacitação para o meio empresarial e acadêmico nos temas que chamo de Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável.

Ele tem como objetivo oferecer soluções educacionais para o meio empresarial nesses temas vinculados à gestão estratégica e operacional das empresas, além de atuar com a comunidade acadêmica, que desempenha papel fundamental na capacitação e formação de gestores e futuros gestores de empresas comprometidos com a questão ambiental.

Muitas são as ações em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável – ninguém tem dúvida. Em vários lugares, existem pessoas, entidades e até empresas que dedicam toda a sua existência, toda a sua vida à preservação da natureza – e ficam aqui, de minha parte, a eles, os melhores elogios.

Eu poderia citar aqui, como exemplo, um casal que formou o Instituto Terra, uma ONG voltada ao projeto de educação e recuperação ambiental, que foi pauta de uma longa reportagem a que assisti. Eles adquiriram, como exemplo, 300 hectares de terra na Mata Atlântica que estavam totalmente devastados. Desde 1999, Sr. Presidente, já plantaram mais de um milhão de mudas na área prevista para reflorestamento. Ali se tornou um laboratório de pesquisa e desenvolvimento de técnicas do manejo florestal. A única nascente que sobrevivia naquela época hoje dobrou a sua vazão e outras seis nascentes surgiram, o que é um belo exemplo de cidadania e de espírito comunitário.

Sr. Presidente, a Mata Atlântica, assim como a Amazônia, sofre com o problema de desmatamento. Outro dado também que para mim é importante é que ela concentra 75% da população brasileira e, conforme foi divulgado pela imprensa, a expansão urbana junto

com as monoculturas de café, cana e eucalipto foram as maiores detratoras das árvores.

Em resumo, Sr. Presidente, precisamos preservar a Amazônia, a Mata Atlântica, o bioma Pampa.

Enfim, como eu disse antes, senhores e senhoras, são muitas ações vindas dos mais variados setores que demonstram preocupação, repito. E estou insistindo nesta frase: com o desenvolvimento social sustentável do planeta.

A Câmara dos Deputados, por exemplo, faz parte da campanha “carbono neutro”. Ela se tornou o primeiro Parlamento verde do mundo ao neutralizar suas atividades. O projeto de carbono neutro surgiu para potencializar todas as ações ambientais desenvolvidas no Parlamento. Além do plantio de árvores, ela objetiva reduzir gastos com energia, água, papel e quer, além disso, sensibilizar, naturalmente, todos os funcionários que trabalham na Casa.

No fim de 2007, a Câmara plantou 12 mil árvores nativas da Mata Atlântica na região de Moji das Cruzes, em São Paulo. Com esse gesto, ela compensa os gases do efeito estufa que foram emitidos pela Casa nos últimos anos.

Sr. Presidente, eu me sinto especialmente satisfeito também com a resolução do Senado Federal. O Senado Federal fez o lançamento, recentemente, da campanha “Senado Verde”. Eu falo da parceria firmada com a Associação dos Agentes Ecológicos da Vila Planalto. A associação vai auxiliar, reciclando todos os resíduos aqui do Senado. Dará apoio social e logístico aos associados. O lixo será dividido em seco e molhado e serão disponibilizadas lixeiras específicas para um e para o outro.

Meus parabéns! Aqui, eu fiz questão, Sr. Presidente, de elogiar o trabalho da Câmara e também do Senado, que estão na linha do desenvolvimento sustentável com responsabilidade social, mas tenho a dizer que nós podemos fazer muito mais.

Foi divulgado, recentemente, que “dezenas de emendas à Constituição e projetos de lei que tratam do meio ambiente estão prontos para serem votados ainda este ano no Congresso”.

Acho que a melhor maneira de homenagear a vida e o meio ambiente é votar os temas que estão nas duas Casas, que visam preservar o meio ambiente.

Eu diria mais. Já foi destacado que, juntas, estas propostas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, formariam – aí, sim – um verdadeiro pacote verde.

A nossa responsabilidade é muito grande. Precisamos estar atentos, pois é a vida do planeta que está em pauta, que está ao alcance dos legisladores, para que eles façam a sua parte.

Sr. Presidente, ao prestarmos nossa homenagem ao meio ambiente, à ecologia e ao nosso planeta, estamos celebrando a vida, a natureza – repito –, a água que verte das cachoeiras, o mar, na sua amplitude, cobrindo e – eu diria – se misturando com a areia das praias, a chuva que a nuvem embala, o vento que balança as árvores, os frutos que as enfeitam, a mata que canta músicas místicas e o rio que corre majestoso – eu podia, aqui, lembrar dos rios do Sul – na nossa Amazônia, as geleiras da Patagônia que protegem o meio ambiente do aquecimento global, as pedras que, colocadas umas sobre as outras, formam as magníficas Pirâmides do Egito, o sol que se estende por longas horas sobre o Saara, as belas hortênsias que, enfileiradas, sorriem para os visitantes nas terras do meu Rio Grande, os campos férteis de trigo, as variadas espécies de animais que crescem aqui e acolá formando um universo infinito de aves, anfíbios, insetos, répteis, mamíferos, e a criação maior do nosso Deus, que somos nós, seres humanos.

Nós, que fomos pensados em cada célula, em cada vértebra, em cada gota de sangue, em cada parte do nosso organismo, capazes de escolher entre estender nossas mãos para o bem ou recolhê-las em um sinal de egoísmo; nós, que fomos criados para ser felizes – e, como diz o estudioso e filósofo M. Ruberck, “a felicidade não é uma estação de chegada, mas um modo de viajar”; nós, que fomos feitos para viver plenos de alegria, cientes do momento presente, que, como a própria palavra expressa, é um presente; criados com a vontade de agir sempre melhor, nós fazemos parte desse universo maravilhoso e temos que defendê-lo.

Sr's e Srs. Senadores, neste momento muito especial, quero deixar essa pequena mensagem, que é de amor ao nosso planeta, amor ao ato divino da criação, amor aos meus semelhantes, amor a toda esperança que vive nos corações.

A esperança, quando brilha forte, faz com que a cada segundo um desejo se realize nesse Universo. Falo isso, Sr. Presidente, porque tenho muita fé. A esperança com pensamento positivo tem um brilho tão contundente quanto as estrelas e faz com que a cada segundo um desejo se realize para o bem no universo, porque quem pensa para o mal, com certeza, vai receber somente o mal.

E eu terminaria, Sr. Presidente, lembrando Nikos Kazantzakis, que disse o seguinte: “Ao acreditarmos apaixonadamente em algo que ainda não existe, nós o criamos. O que não existe é aquilo que não desejamos suficientemente”.

Ao finalizar, leio, Sr. Presidente, parte de uma carta sobre o uso do solo, que teria sido escrita em 1854 pelo chefe indígena Seatle. Este a remeteu para

o Presidente dos Estados Unidos da época, Franklin Pierce, que propôs comprar as terras dessa tribo e conceder-lhe uma outra “reserva”. Então, esse líder indígena respondeu da seguinte forma. Disse o líder indígena ao Presidente dos Estados Unidos:

Como é que se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Essa idéia nos parece estranha. Se não possuímos o frescor do ar e o brilho da água, como é possível comprá-los?

Cada pedaço dessa terra é sagrado para o meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro, cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho....

Em outro trecho, ele diz:

O ar é precioso para o homem vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro: o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. (...) Há uma ligação em tudo. Tudo está ligado.

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com a vida de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe.

Bonito, não é, Presidente? Estou lendo aqui, mas estou achando bonito mesmo.

Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra acontecerá também aos filhos da terra.

Repto:

Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra acontecerá também aos filhos da terra.

Sr. Presidente, eu termino. Espero, Sr's e Srs. Senadores, todos que estão assistindo à TV Senado, que todos nós saibamos fazer o que esse homem sábio nos pede, ou seja, preservar a vida. E preservar a vida é preservar o meio ambiente. Eles se conjugam, caminham e se abraçam da mesma forma.

Por isso, um forte e carinhoso abraço nesse dia do seu aniversário, nosso querido planeta Terra, mãe e pai de todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Antes de encerrar a sessão, Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso com que V. Ex^a hoje nos brindou, inclusive com essa poesia, esse poema, essa declaração de amor ao planeta Terra.

Como amazônica, lá do estado do Amapá, fico feliz em lhe dar até uma boa notícia. Acho que o Amapá é o Estado de maior preservação, possui 99% de sua área preservada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – É um exemplo a ser seguido.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Um exemplo a ser seguido pelo Brasil inteiro, pela Amazônia de um modo geral.

Quero mais uma vez me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT RS) – Muito obrigado, Senador Geovani. Fiquei muito feliz em saber que V. Ex^a, que está presidindo a sessão neste momento, é um defensor dessa causa. Ao fazer essa declaração, V. Ex^a também faz uma declaração de amor à vida, ao meio ambiente, ao seu Estado e ao nosso País.

Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – A Sr^a Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Novamente a mídia nacional chama a atenção da opinião pública do país para o assunto das pesquisas com células-tronco embrionárias.

O Supremo Tribunal Federal acaba de julgar como improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade feita em 2005 pelo então procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, e mantida pelo atual, Antônio Fernando de Souza.

A Ação de Inconstitucionalidade questionava o artigo 5º da Lei de Biossegurança, contestando a permissão para que pesquisadores brasileiros utilizem células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

Permito-me recordar que, há exatos 4 anos, quando exercia a presidência da Comissão de Assuntos

Sociais desta Casa, tive o privilégio de coordenar uma histórica Audiência Pública para a discussão do PLC nº 9 de 2004, no que se referia à permissão para pesquisas com células-tronco embrionárias.

Na oportunidade estiveram conosco os maiores especialistas do país no assunto, inclusive a Dra. Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo e uma das maiores autoridades do mundo no assunto.

Tão esclarecidos ficamos que esta Casa aprovou, com tranquilidade, a autorização para as pesquisas.

Senhoras e Senhores,

As células-tronco são células progenitoras, que mantêm a capacidade de diferenciar e construir diferentes tecidos do corpo humano. Além disso, tais células têm a capacidade de gerar cópias idênticas de si mesmas.

Na perspectiva de tratamento com os resultados das pesquisas estão doenças como Alzheimer, Parkinson e outras doenças neuromusculares em geral.

Portanto, não é sem motivo que o assunto chama a atenção de comunicadores, pacientes de doenças degenerativas, cientistas e pesquisadores, juristas e, de resto, pela sua importância, da opinião pública em geral.

A maioria dos países da comunidade Européia, o Canadá, a Austrália, o Japão e Israel aprovaram pesquisas com células embrionárias de embriões com até 14 dias. Essa é, também, a posição das academias de ciência de 63 países, inclusive a brasileira.

O americano David Baltimore, prêmio Nobel em Medicina, em 1975, em entrevista a uma revista brasileira na semana passada, assim se expressou: "Acredito que devemos investir tempo, dinheiro e energia nas pesquisas com células-tronco embrionárias".

Pensando nas pessoas, nas famílias e nas entidades representativas de pacientes que me procuraram quando da tramitação do projeto aqui no Senado, saúdo a decisão da Suprema Corte de Justiça do país.

Os magistrados, atendo-se aos aspectos jurídicos da questão, não descuraram de aspectos éticos de valorização da pessoa humana, do direito a uma vida digna e, sobretudo, "da liberdade de pesquisar, de informar e de ser informado", como disse a Ministra Cármem Lúcia, em seu voto.

Por sua vez, o ministro Joaquim Barbosa pontificou: "Proibir as pesquisas significa fechar os olhos para o desenvolvimento científico e os benefícios que dele podem advir".

Presente ao julgamento no Supremo Tribunal Federal, a menina Kathy Fabrício de Oliveira, de 9 anos de idade, portadora de distrofia muscular congênita, disse: "acho que posso sonhar em correr e brincar".

A expressão da menina Kathy representa a esperança de milhares de pessoas em nosso país.

Foi a vitória, acima de tudo, da liberdade na pesquisa científica em favor da vida.

Confirma, de resto, o acerto da decisão desta Casa há quatro anos. Decisão que não foi tomada sem embasamentos. Mas após aprofundadas discussões com os maiores especialistas no assunto.

Senhor Presidente,

Achei por bem reavivar a memória dos nobres colegas desta Câmara Alta sobre o assunto, pelo dever que temos de nos preocupar com o bem estar da população em todos os sentidos.

Acima de tudo, para que continuemos com a nossa consciência pública aguçada em bem servir ao nosso país, através de nossos mandatos.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada!!!

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 22º SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2008

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 19, de 5 de março de 2008)

Retificação

No sumário, página 4.388, 1ª coluna, Requerimento nº 204, de 2008,

Onde se lê:

“(...) de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros Srs. Senadores, (...”)

Leia-se:

“(...) de autoria da Senadora Ideli Salvatti, do Senador Arthur Vírgílio e outros Srs. Senadores, (...”)

ATA DA 32ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2008

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 29, de 19 de março de 2008)

Retificações

Na página 6.166, no despacho, final de página.

Onde se lê:

À Comissão de Ciência Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática.

Leia-se:

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.)

Na página 6.211, primeira coluna.

Onde se lê:

Brasília, 2 de abril de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Leia-se:

Brasilia, 2 de abril de 2005. – **Sérgio Luiz de Moraes Diniz**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.)

Nas páginas 6.272, 6.273 e 6.274 republique-se, na íntegra, o texto do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2008, por incorreção gráfica.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 78, DE 2008 (Do Senador Gilberto Goellner)

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios às pessoas físicas e jurídicas, proprietárias de imóveis rurais, que promovam a reposição florestal em seus imóveis.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se por reposição florestal tanto aquela destinada à produção de madeira para exploração quanto a destinada à recomposição da floresta para cumprir a legislação ambiental, de acordo com as seguintes especificações:

I – plantio de árvores para produção de madeira e de matéria-prima para uso industrial;

II – preservação e recuperação de matas ciliares, de nascentes, cursos ou depósitos de água, terrenos, remanescentes florestais ou cultivares, e formação de áreas de refúgio para a fauna local ou estímulo à sua criação,

inclusive a destinada à recomposição das florestas a fim de dar cumprimento à legislação florestal.

III – plantio e preservação de espécies frutíferas, medicamentosas, odoríferas, ornamentais, de enriquecimento do solo e de qualquer outra que seja útil para a recomposição florestal;

IV – plantio de espécies para produção de alimentos, e de tenha e carvão; para preservação do solo e para refúgio e alimentação da fauna;

Art. 2º A reposição florestal de que trata esta Lei deverá ser implementada de acordo com projeto técnico que atenda aos seguintes requisitos:

I – ser elaborado por profissional legalmente habilitado, com registro de anotação de responsabilidade técnica;

II – permitir a identificação precisa da área sob processo de reposição;

III – apresentar especificação detalhada do cronograma físico-financeiro de execução;

IV – ser aprovado e registrado no órgão ambiental competente.

§ 1º Serão suspensos os incentivos fiscais e créditos previstos nesta Lei em caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos neste artigo, salvo os decorrentes de acontecimentos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

§ 2º Os prazos previstos no cronograma físico-financeiro de que trata o inciso III do parágrafo único deste artigo poderão ser prorrogados em até cinqüenta por cento de seu tempo, desde que o projeto receba, anualmente, o certificado de que trata o § 3º deste artigo e que tenha a sua implantação iniciada dentro de seis meses a contar da data de sua aprovação.

§ 3º Para beneficiar-se dos incentivos fiscais e créditos previstos nesta lei, o proprietário do imóvel rural deverá obter certificado específico, com validade de um ano, expedido pelo órgão de que trata o inciso IV do parágrafo único deste artigo, o qual verificará, mediante vistoria, o cumprimento regular dos requisitos estipulados neste artigo.

§ 4º O projeto técnico de que trata este artigo será elaborado gratuitamente pelo Poder Público para os proprietários que exploram imóvel rural em regime de economia familiar, nos termos de regulamento desta Lei.

Art. 3º Fica isenta do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR a área do mesmo imóvel

rural equivalente ao quádruplo da área sob processo de reposição florestal.

Art. 5º o proprietário do imóvel rural poderá deduzir do Imposto de Renda, no mesmo período-base, o valor correspondente ao produto da alíquota do imposto multiplicada pelo montante dos dispêndios realizados com o processo de reposição florestal de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A dedução de que trata o presente artigo não poderá exceder, em cada período-base, a vinte por cento do Imposto de Renda devido.

Art. 6º Os juros e demais encargos incidentes sobre as operações de crédito rural, contratadas com recursos considerados como crédito rural, que se destinarem aos imóveis rurais que apresentem projetos de reposição florestal nos termos desta Lei, deverão sofrer um desconto proporcional entre a área do projeto e a área total do mesmo imóvel.

Art. 6º A reposição florestal em regime pleno de utilização de que trata o parágrafo único do art. 1º desta lei, será promovida diretamente pelo proprietário do imóvel rural, que ficará isento do pagamento da taxa de reposição florestal.

Art. 7º O Poder Executivo, com vistas a cumprir o disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Parágrafo único. As isenções fiscais de que tratam este Projeto de Lei só terão efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto neste artigo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de estimular, em todo o território nacional, a reposição florestal nos imóveis rurais, concedendo incentivos fiscais e creditícios aos seus proprietários, como redução do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, Imposto de Renda, juros e encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito rural contratadas.

A reposição florestal contemplada com esses incentivos será destinada à produção de madeira e de

matéria-prima para uso industrial e outros fins, em regime de exploração pleno, e para a recomposição das florestas para cumprir a legislação florestal.

Espera-se, assim, que este Projeto de Lei favoreça o abastecimento dos centros urbanos nacionais com produtos de origem vegetal e, sobretudo, que cumpra os requisitos da legislação ambiental, possibilitando, neste caso, que os proprietários dos imóveis rurais corrijam eventuais desvios de procedimentos.

Foram incluídas neste Projeto diversas exigências de procedimentos, incluída a aprovação do órgão ambiental competente, para que o proprietário se insira no processo de reposição florestal e se habilite a se beneficiar dos incentivos que serão concedidos. Para os proprietários rurais em regime de exploração familiar foi previsto neste projeto de lei que o Poder Público arque com os custos decorrentes da elaboração do projeto técnico, dando, assim, àqueles proprietários, por motivos óbvios e justos, um tratamento diferenciado.

O artigo sétimo do presente Projeto de Lei inclui as salvaguardas necessárias para que o Poder Executivo possa prever o montante da renúncia de receita decorrente das isenções previstas neste Projeto, e ainda inclui, devido à sua enorme complexidade, a necessária fixação de data para que elas entrem em vigor, determinando que isso se dê somente no exercício financeiro subsequente à sua aprovação.

A opção de se valer de incentivos pecuniários para que os proprietários rurais façam a reposição florestal de seus imóveis é entendida, do ponto de vista prático, como uma necessidade para que eles se motivem e também se viabilizem financeiramente para arcar com os custos decorrentes dessas operações. Isso porque outras iniciativas vêm-se mostrando de difícil implementação e viabilidade e, também, porque o objetivo maior não é promover sanções mas, sobretudo, criar condições favoráveis para a reposição florestal se realize no maior número possível de imóveis rurais do Brasil.

Sala das Sessões, 18 de março de 2008. – Senador **Gilberto Goellner**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

SEÇÃO III Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

SEÇÃO II Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

Retificações

No Sumário do DSF nº 37, de 2 de abril de 2008, página 7430, item 4, onde se lê: “Ata da 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 17 de março de 2008”, leia-se: “Ata da 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27 de março de 2008”.

No DSF nº 60, de 7 de maio de 2008, página 12.115, 1ª coluna; onde se lê:

“– O Requerimento lido será votado oportunamente”,

leia-se:

“ – O Requerimento lido vai à publicação.”

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 4 de junho de 2008, quarta-feira, às catorze horas e trinta minutos, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 433, adotada em vinte e sete de maio de 2008 e publicada no dia vinte e oito de maio do mesmo ano,

que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31 de dezembro de 2008, sem a presença de membros a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10.173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2008. – **Sérgio da Fonseca Braga**, Diretor.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1161 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 007.142/08-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora MARIA CRISTINA NORONHA COSTA, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível M 30, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 06 de junho de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga*** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro*** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL (11)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 03.06.2008, o Senador João Pedro é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 060/2008-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

- O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
- Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).
- Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
- Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. VAGO ⁽⁸⁾
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)

PTB (4)

João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.

PDT

Osmar Dias	1. Jefferson Praia (9)
------------	------------------------

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividad...>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279 **Fax:** 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (8)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (6)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque (8)

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. VAGO ^(9,13)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,12)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
12. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1.

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
 9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1. Adelmir Santana (DEM)	
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
 Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. VAGO (13)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
13. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

- Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
- Em virtude do retorno da titular, Senadora Mariana Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (5)	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).

10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (10)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maoria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (11)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ^(3,4)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR **(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão. Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA ⁵ (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. ILDERLEI CORDEIRO ⁴ (PPS/AC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 05.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercous

CONGRESSO NACIONAL

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado pela Liderança do PPS tendo em vista a renúncia do Deputado Fernando Coruja, nos termos do OF/LID/Nº 115/2008, de 16.04.2008, lido na Sessão do SF de 17.04.2008.

⁵ Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

LÍDER DA MAIORIA

HENRIQUE EDUARDO ALVES
PMDB-RN

LÍDER DA MINORIA

ZENALDO COUTINHO
PSDB-PA

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

MARCONDES GADELHA
PSB-PB

SENADO FEDERAL

LÍDER DA MAIORIA

VALDIR RAUPP
PMDB-RO

LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA

MÁRIO COUTO
PSDB-PA

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

HERÁCLITO FORTES
DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senao.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



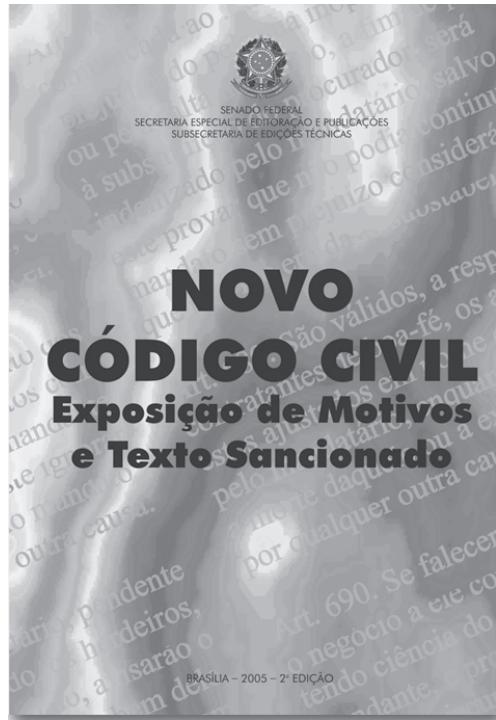
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS